AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ❑ CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS ❑ VOL 19 ❑ Nº 3 ❑ 15 DE MARÇO DE 1999 ❑ R$ 6,00



MAIS LEITE

Diminui o rebanho, melhora a tecnologia e aumenta a produção leiteira

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

IBRE

ISSN 0100-4298

00003 >

9 770100 429988

COMO SERÁ O AMANHÃ:

38 opiniões de peso sobre os novos dias de câmbio livre

AGRISHOW 99

O MELHOR DA AGRICULTURA

De 26 de Abril a 01 de Maio - Ribeirão Preto/SP

Local: Núcleo de Agronomia da Alta Mogiana (Antiga Estação Experimental "Ney Bittencourt de Araújo") do Instituto Agronômico - IAC



- Implementos Agrícolas
- Máquinas Agrícolas
- Sementes
- Corretivos, Fertilizantes e Defensivos
- Silos e Armazéns
- Equipamentos para Irrigação
- Aviões de Serviço
- Veículos Utilitários
- Softwares e Hardwares
- Peças Autopeças e Pneus
- Ferramentas
- Bombas e Motores
- Perfuração de Poços Artesianos
- Sacarias e Embalagens Agrícolas
- Equipamentos de Comunicação Rural
- Equipamentos de Segurança
- Telas e Arames
- Construções Pré-Fabricadas
- Sistemas de Informações
- Centros de Pesquisa e Universidades
- Antenas Parabólicas
- Revistas e Publicações Técnicas

Realizadores: ABAG - ABIMAQ - ANDA - SRB **Co-Realizadores:** ABC - ABRASEM - ACIRP - ACI - AEASP - ANDEF - FAESP MAA - OCB - OCESP - PMRP - SAA - SIMERS **Apoio:** BNDES/FINAME - CNA - ESALQ/USP - FINEP - IAC - SDR/DENACOOP (MAA) - UNESP JABOTICABAL **Agência Oficial:** BBTUR

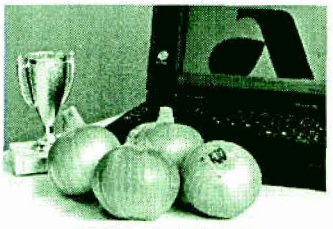
Patrocinadores:

BANCO DO BRASIL · Bradesco · Banco Real · banespa

ABIMAQ - Av. Jabaquara, 2925 - 4º andar - 04045-092 - SP - Brasil - Tel.: (011) 5582.6421- Fax: (011) 5582.6429
E-mail: agrishow@abimaq.org.br - Home Page: http://www.abimaq.org.br/agrishow

CIA. IDEIAS

AGRO drops



Nova cebola enfrenta argentinas com sucesso

A Asgrow fez a primeira apresentação pública da nova cebola crioula totalmente desenvolvida no Brasil durante o Seminário Nacional de Cebolas dias 10 e 11 de março em Ituporanga, SC. Batizada provisoriamente de XP 8417, a nova variedade foi desenvolvida a partir de germoplasma nacional da região Sul e chega ao mercado para atender ao produtor nacional que hoje tem seu produto desvalorizado frente à concorrência das cebolas argentinas. "O mercado adotou como padrão de comercialização a cebola redonda, de casca grossa e escura, que é preferida pelo consumidor e produzida predominantemente na Argentina", explica o pesquisador Marcos David Ferreira, um dos responsáveis pelo desenvolvimento da nova crioula brasileira. Ele enfatiza que "por ter sido desenvolvida na região onde será cultivada, ela está totalmente adaptada e apresenta bulbos uniformes, grandes e firmes, com casca de cor bronzeada e adequada ao armazenamento, prática comum na região Sul do país".

Em fase de pré-lançamento e com o objetivo de avaliar a opinião dos agricultores sobre o produto, a Asgrow implantou áreas demonstrativas na região de Ituporanga. O material está sendo recomendado para plantio em todo o Sul do país e também na região de Piedade, SP.

CORTESIA DA EDITORA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Cenoura de inverno tem novas alternativas

A cenoura Forro, da empresa Royal Sluis, de Campinas, SP, tem este ano duas novas alternativas de plantio. Além da semente nua vendida em latas de 500 gramas, o agricultor tem disponível a Forro Eco-Plus, especialmente tratada e calibrada para o plantio em máquinas de semeio de precisão (*semeio a vácuo*). Esse tratamento permite diminuir o consumo de sementes por hectare e aumentar a uniformidade de distribuição e de germinação das sementes.

A outra alternativa é a Forro Peletizada, comercializada em baldes de 300 mil *pellets*. As sementes tratadas e calibradas são envolvidas individualmente por camadas de material inerte, formando pequenas esferas de aproximadamente 3mm de diâmetro. Destinadas ao semeio mecânico e de precisão, proporcionam melhor distribuição e uniformidade e facilitam o controle da densidade de plantio.

A Forro é uma seleção da variedade Nantes, propícia ao plantio de inverno. A preferência pelo cultivar se explica pelo alaranjado intenso na cor externa e interna, sem as *destoações* comuns a outros cultivares. É bastante uniforme e tem formato cilíndrico. É plantada nas principais regiões produtoras de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul. Em São Gotardo, MG, uma das maiores regiões produtoras de hortaliças do Brasil, o cultivar responde por mais de 95% das áreas ocupadas com cenouras de inverno e tem uma produtividade de 2.700 caixas/ha, além de aparência melhor e melhor rendimento por área.

Canal Rural informa em tempo real

Desde 22 de março o Canal Rural (no *line-up* da Net/Sky) vem fazendo transmissões ao vivo de São Paulo. O telespectador recebe informações do agribusiness paulista em tempo real no jornal das 18h30 e tem no fim do dia um programa dedicado especificamente à análise do mercado e às cotações agrícolas.

Sob o comando do jornalista Antonio Reche, o programa *Mercado & Cia* dá ao vivo, diariamente às 20h30, o fechamento da Bolsa de Chicago e das bolsas brasileiras, com direito a gráficos e entrevistas especiais para o produtor acompanhar melhor o jogo de compra e venda no mercado. O programa identifica também que ações estão influenciando os índices das bolsas.

Para a estréia de *Mercado & Cia*, o canal 35 preparou algumas mudanças na grade de programação: *Estúdio Rural* passa para as 23h, com reprises às 11h30 e 15h30 e o programa *Opinião* passa a ser apresentado diariamente às 15h.

Comunidade científica questiona estudo

Um dos nomes mais importantes da comunidade científica que apoiou Arpad Pusztai, cientista que apontou problemas no consumo de batatas geneticamente modificadas em teste realizado com ratazanas, manifestou publicamente que mudou de idéia. Em e-mail enviado a outros cientistas envolvidos neste debate, Maarteen J. Chrispeels, professor de biologia da Universidade da Califórnia em San Diego, explica que "uma montanha de evidências científicas e informações seria necessária para me convencer de que esta opinião é correta. Considerando a abrangência da aceitação e do uso de vegetais geneticamente modificados após 15 anos de pesquisa intensiva, precisaríamos de evidências palpáveis para concluir que todo o processo é inválido e que uma moratória para os organismos geneticamente modificados seria necessária".

Maarteen Chrispeels ressaltou que o dr. Pusztai deveria submeter suas informações para avaliação de seus pares na comunidade científica, como é praxe. Somente desta forma pode-se determinar se os dados são suficientes para se abstrair uma conclusão ou se mais pesquisa é necessária.

O dr. Pusztai é o autor de pesquisa com ratazanas alimentadas com batatas geneticamente modificadas que não estão liberadas para consumo e, portanto, nunca foram ingeridas por humanos. Seus resultados ainda não foram avaliados por outros cientistas porque, fugindo às convenções desta comunidade, o dr. Pusztai divulgou as informações pela grande mídia antes que esses estudos fossem avaliados por outros pesquisadores ou publicados em revista científica.

Ele foi desligado do Rowett Research Institute, do Reino Unido, com o qual mantinha relações. O Instituto se manifestou publicamente em *press-release* sobre o assunto. No texto, o Instituto declarou que não se responsabiliza pelas análises ou interpretações da informação divulgada. A direção do Rowett Research Institute instalou em agosto do ano passado um comitê de auditoria para avaliar se as declarações do dr. Pusztai para a mídia justificavam-se pelas evidências colhidas em seu

estudo. Desde então, o Instituto mantém seu pedido do material de pesquisa para publicação deste trabalho, solicitação não atendida até o momento da divulgação do *press-release*, em meados de fevereiro.

Pecuária de leite tem encontro em Minas

De 16 a 20 de agosto será realizado em Belo Horizonte, MG, o primeiro grande encontro da cadeia produtiva do leite do estado: a I Feira Agroindustrial do Leite, o I Congresso Jersey Brasil e a I Exposição Interestadual da Criação Nacional.

O local escolhido foi a Expominas e os organizadores esperam reunir fornecedores, prestadores de serviços, criadores, veterinários, agrônomos, zootecnistas, farmacêuticos e geneticistas, para discutir temas de interesse específico e conhecer as novidades em produtos e serviços disponíveis no mercado.

Para mais informações sobre os eventos, contatar: Tecnitur, tel. (031) 261-3870 e fax (031) 261-4061, para a I Feira Agroindustrial do Leite; Congress, tel. (031) 273-1121 e fax (031) 273-4770, para o I Congresso Jersey Brasil; e Associação dos Criadores de Gado Jersey de Minas Gerais, telefax (031) 371-2646, para a I Exposição Interestadual da Criação Nacional.

Exportação de café bate novo recorde

O mês de fevereiro de 1999 entra para a história do comércio exterior brasileiro com um novo recorde. Com exportações de 1,85 milhão de sacas de 60kg, o Brasil conseguiu, em um mês de 28 dias, sem considerar os feriados, demonstrar alta capacidade de logística e flexibilidade.

No mês de fevereiro, vários problemas afligiram o comércio exportador brasileiro, atingindo também um dos seus setores mais dinâmicos, o da exportação de café verde. Dificuldades de linhas crédito, como as de adiantamento de contratos de câmbio – ACC, falta de contêineres, *overbooking* de armadores levando a que cafés despachados fossem deixados para trás, não conseguiram frustrar o ritmo de negócios do setor.

O desempenho da exportação de café verde em de fevereiro significou crescimento de 32% sobre o volume observado em janeiro de 1999. Comparando o mês de fevereiro de 1999 com o mesmo mês de 1998 o crescimento foi da ordem 94%. Em termos de principais destinos, observa-se espetacular crescimento para alguns países. No mês de fevereiro do corrente ano contra igual período de 1998, observa-se crescimento de 310% no volume exportado para os Estados Unidos da América, 137% para a Alemanha e de 26% para a Itália, somente para citar alguns.

O excelente volume de exportações de café verde no segundo mês do ano em curso permitiu ao Brasil contar com uma receita cambial estável, da ordem de US$210 milhões, compensando a queda dos preços médios da saca de café, comparadas às do mesmo período do ano passado.

Nos dois primeiros meses de 1999, a exportação de café verde rendeu receita cambial de US$378 milhões, cerca de 2% acima da verificada em igual período do ano passado.

Com base no desempenho desses dois meses e em projeções para o ano de 1999, pode-se confirmar a estimativa de receita cambial para o ano em curso na ordem de US$2,4 bilhões.

Para o mês de março, estima-se que cerca de 1,7 milhão de sacas de café verde sejam exportadas, gerando receita cambial de US$200 milhões. Confirmadas estas estimativas, o mês também irá apresentar melhora significativa de desempenho sobre março de 1998, com crescimento de 130% do volume exportado e de 30% sobre a receita cambial.

Já para os meses de abril até julho, período de entressafra, o desempenho das exportações brasileiras de café verde ficará na dependência da combinação de duas situações – da manutenção dos leilões de cafés dos estoques públicos em patamar mínimo de 300 mil sacas ao mês e das condições climáticas no período de colheita, particularmente para as regiões cafeeiras do Brasil cuja colheita tem início em abril, como as do estado do Espírito Santo.

Neste particular, o setor exportador considera fundamental e dá todo o apoio à reivindicação dos produtores capixabas no sentido da urgente alocação de recursos do Fundo Nacional da Defesa da Cafeicultura (Funcafé), da ordem de R$50 milhões, com vistas a estimular uma eficiente colheita.

Sem essas duas medidas, o desempenho da exportação brasileira de café poderá cair dramaticamente pela simples falta de produto.

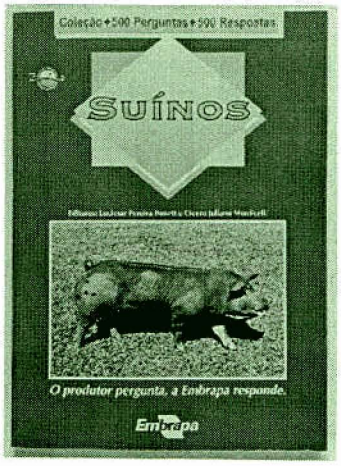
A disponibilidade brasileira de café verde em mãos do setor privado em princípios de março de 1999 está estimada em 10,5 milhões de sacas de 60kg.

Considerando, para o período de março e julho do corrente ano, exportações de café verde na ordem de 7,5 milhões de sacas, cerca de 1,35 milhão abaixo do desempenho dos meses de outubro de 1998 até fevereiro de 1999, consumo interno de 5 milhões de sacas e exportações de café solúvel em 800 mil sacas no período, o estoque de café em mãos do setor privado não será capaz de atender à demanda de 13,3 milhões de sacas.

O déficit potencial de 2,8 milhões de sacas, resultante de uma demanda total de 13,3 milhões de sacas contra estoques em mãos privadas de 10,5 milhões, só pode ser corrigido com os leilões de cafés dos estoques públicos e com o ingresso antecipado de cafés de áreas de colheita precoce do Brasil.

Sai nova edição de livro sobre suínos

A Embrapa está lançando a segunda edição revista de 5 mil exemplares do livro *Suínos: 500 perguntas, 500 respostas*, já que



a primeira tiragem esgotou-se rapidamente. Com 274 páginas, o livro é um resumo das questões veiculadas nas cartas que a Embrapa Suínos e Aves recebeu e respondeu entre 1986 e 1996. Das perguntas, foram selecionadas 500 que atenderam às principais dúvidas dos produtores de suínos do país, contribuindo e ampliando a discussão sobre temas da suinocultura brasileira.

Os pedidos podem ser dirigidos à Embrapa Suínos e Aves, caixa postal 21, CEP 89.700-000, Concórdia, SC ou ao Serviço de Produção da Informação, caixa postal 040315, CEP 70.770-901, Brasília, DF, com cheque nominal à empresa no valor de R$18,00 mais R$2,00 para despesas postais. O livro também poderá ser encontrado nas livrarias que trabalham com temas agropecuários em todo o país. Mais informações pelo telefone (049) 442-8555, ramal 316 ou pelo fax (049) 442-8559.

Embrapa lança nova variedade de soja

A Embrapa Cerrados, de Planaltina, DF, está lançando uma nova variedade de soja, indicada para a região dos Cerrados, de alta produtividade e resistente às principais doenças, inclusive ao oídio e ao cancro-da-haste. Trata-se da Milena, que produz até 4.500kg (75 sacas) por hectare. Seu ciclo é médio, com 125 dias, o que permite melhor programação de plantio.

As sementes estarão disponíveis aos agricultores no próximo ano, para o plantio da safra 2000/2001. Já aprovada e validada para a região dos Cerrados, a Milena está agora sendo testada no Paraná e em São Paulo.

Por ser resistente a doenças, a nova variedade reduz, de maneira significativa, o volume de agrotóxicos aplicados, diminuindo assim as agressões ambientais ao solo e às águas, além de baixar os custos do agricultor.

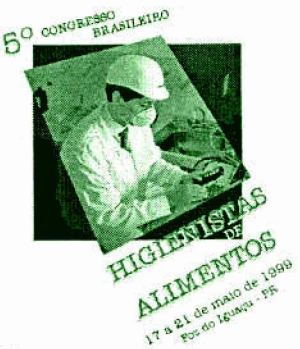
A Milena está sendo apresentada em diversos dias-de-campo, organizados pela Embrapa Cerrados e Fundação Cerrados, onde haverá também demonstrações das cultivares Caria e Celeste, lançadas em 1998 e cujas sementes já se encontram à venda.

Mais informações com a Embrapa Cerrados, pelo telefone (061) 389-1171.

Paraná tem congresso de segurança de alimentos

O Colégio Brasileiro de Médicos Veterinários Higienistas de Alimentos e a Associação de Médicos Veterinários Sanitaristas do Paraná promovem de 17 a 21 de maio, em Foz do Iguaçu, o V Congresso Brasileiro de Higienistas de Alimentos, cujo tema central será Qualidade e Segurança dos Alimentos: um Desafio para o Novo Milênio.

O evento pretende pautar a questão da responsabilidade social que todos os profissionais ligados à área de alimentos têm com a coletividade, através de um fórum para a criação de um sistema para qualifiquar e proporcionar segurança à população na alimentação e por conseqüência à saúde, especialmente num momento histórico em que fome, avanço tecnológico e enfermidades transmitidas por alimentos emergentes e reemergentes são realidades antagônicas e contraditoriamente contemporâneas.



Os temas abordados serão Tecnologias convencionais e não-convencionais de produção de alimentos; Política institucional: controle e padronizacão dos alimentos para o Mercosul; Defesa do consumidor: papel dos responsáveis técnicos e das organizações governamentais e não governamentais; Qualidade dos alimentos: sistemas de controle higiênico-sanitário e tecnológico (APPCC, ISO); e Zoonoses: alimentos como fonte de disseminação, um desafio a ser vencido.

Para mais informações, contatar Idealiza Eventos, telefax (041) 342-7175. Os preços para as inscrições variam de R$70,00 para estudantes a R$140,00 para profissionais associados e R$160,00 para os não-asociados.

Touro é campeão em venda de sêmen em 1998

Vinke da MV, touro nelore da Fazenda Morro Vermelho (Grupo Camargo Correa, Jaú, SP), é o campeão em venda de sêmen em 1998. Segundo levantamento da Associação Brasileira de Inseminação Artificial (Asbia), que incluiu reprodutores nacionais e importados de todas as raças disponíveis no mercado, o touro comercializou 53.777 doses de sêmen no ano passado, superando em 8,3 mil doses o segundo colocado no *ranking* dos reprodutores mais vendidos. A marca é inédita. Jamais na história da inseminação artificial brasileira um touro vendeu tal quantidade de sêmen em apenas um ano.

Aos seis anos de idade, o animal coleciona recordes. Em apenas 18 meses de coleta, já vendeu 79.373 doses de sêmen. Em 1997, bateu o recorde mundial de peso com 1.325kg. Nesse mesmo ano, durante os 10 dias da Expozebu (Uberaba, MG) recebeu pedidos para 53.799 doses de sêmen.

A transmissão de características econômicas e padrão racial de *Vinke* já pode ser avaliada em seus filhos, que a partir deste ano chegam às pistas de exposição e passam a ser utilizados para monta em rebanhos comerciais.

A Fazenda Morro Vermelho mantém 120 descendentes puros do touro e cerca de mil no seu rebanho comercial. No total, o animal, que está em coleta na empresa Peeplan ABS, já tem cerca de 20 mil filhos espalhados pelo rebanho brasileiro.

Lagoa da Serra fortalece melhoramento genético

A Lagoa da Serra está reforçando o seu Departamento Técnico. A central acaba de adquirir 50% do Núcleo de Zootecnia, de Ribeirão Preto, SP, e amplia o seu quadro de profissionais especializados. O objetivo é aprimorar o suporte a seus programas de melhoramento genético.

Os benefícios são repassados integralmente aos pecuaristas brasileiros. De seu lado, o Núcleo de Zootecnia entra com a experiência em administração de projetos pecuários. A Lagoa repassa toda a sua experiência em genética bovina, além de incorporar todo o *know-how* da Holland Genetics. Especial atenção será dada ao Programa de Avaliação e Identificação de Novos Touros (Paint), implantado pela Lagoa em 1994, e à avaliação de novos touros. Novas ações também já estão sendo analisadas. "A Lagoa renova o seu compromisso com o resultado dos seus clientes e a seriedade dos seus projetos, como o Paint", explica o gerente de *marketing* Paulo Portilho.

"Estamos levando nossa experiência e um time de profissionais capacitados para dar o respaldo técnico necessário ao aprimoramento dos programas da Lagoa da Serra", ressalta Alessandro de Caprio, do Núcleo.

Sêmens da 3M são os mais vendidos

Segundo relatório da Associação Brasileira de Inseminação Artificial (Asbia) divulgado recentemente, a Estância 3M Limousin lidera o *ranking* entre os criadores de touros campeões em venda de sêmen pelas centrais de inseminação brasileiras.

O Limousin conquistou a preferência dos criadores que utilizam a heterose das raças européias e zebuínas para diminuir o tempo gasto em cria, recria e engorda dos animais. Os testes de abate realizados pela Associação Brasileira de Criadores de Limousin (ABCL) em conjunto com instituições de pesquisa comprovam a capacidade da raça em corresponder às suas funções a campo, em grandes extensões e sobre o calor das regiões Central e Norte do país.

A Estância 3M Limousin também participa dos programas desenvolvidos pela ABCL: o programa de *performance* e de touro jovem.

CARTAS *dos leitores*

Ruy Miller Paiva

Fiquei muito emocionada ao ler a homenagem prestada em AGROANALYSIS (v. 18 n. 12) pelos colegas que acompanharam Ruy Miller Paiva, meu marido, entre 1963 e 1968 na FGV.

Notei em todos eles muita sensibilidade e respeito em suas análises não só em relação ao trabalho como também à parte humana de Ruy.

Gostaria de transmitir a cada um deles os meus sinceros agradecimentos por tudo e a Ignez Vidigal Lopes o meu muito obrigada por seu carinho comigo e com toda a minha família.

STELLA PAIVA
São Paulo, SP

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia.

Contatos com a redação pelos telefones (021) 536-9213, 551-7995 e 536-9225 e fax (021) 536-9207 ou pelos e-mails regis@fgv.br e cgarcia@fgv.br

Fundador
Julian M. Chacel

Chefe do CEA/IBRE
Ignez Vidigal Lopes

REDAÇÃO

Redator chefe
Regis Alimandro

Redatores setoriais
Dan Biller (meio ambiente e recursos naturais), Daniela de Paula Rocha (algodão), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Luiz Antônio Pinazza (pecuária de corte e de leite e política agrícola), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do preço do milho) e Stivilane Dornelas (cooperativas).

Colaboradores
Adib Jamil Amin (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Antonio Danieleto Filho (digitação).

Redatores
Alexandre Oliveira e César Garcia

Arte
Osvaldo Moreira da Silva (editor) e Juliana da Silva Prado (estagiária).

Revisor
André Pinheiro

Suporte técnico
Bruno da Silva Júnior

Estagiários
Alessandra Santos Vaz, Gregory Honczar, Marcus Tadeu Vilaça Pessôa, Raquel da Silva Guedes e Viviane Seda

Secretaria e apoio administrativo
Eliane dos Santos Botelho, Bianca Leal de Castro e Antonio Getúlio de Oliveira.

PUBLICIDADE

Gerente comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda; tel.: (021) 536-9269; fax: (021) 536-9207; e-mail: caique@fgv.br

Representantes comerciais
Rio – telefax: (021) 533-3121.
S. Paulo – tel: (011) 3061-9754, fax: (011) 3063-2126 e e-mail: mixmidia @ uol.com.br
Brasília – telefaxes: (061) 314-1541 e 322-2034.
Rio Grande do Sul – tel: (051) 343-8423; fax: (051) 337-4262.

CIRCULAÇÃO

Gerente comercial (Editora FGV)
Carlos Hamilton Rocha

Central de Atendimento ao Assinante
Elsa Maria Saboia Stephan

Serviço de Vendas
Praia de Botafogo, 190 s/607, CEP 22253-900 ou caixa postal: 62.591, CEP 22252-970, Rio de Janeiro, RJ, tel.: (0800) 21-777.

Livrarias
Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (021) 536-9105
São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (011) 281-7875.

Permitida a reprodução total ou parcial de nossos índices e matérias desde que citada a fonte.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (021) 536-9100.

Presidente Fundador:
Luiz Simões Lopes

Presidente:
Jorge Oscar de Mello Flôres

Diretor Geral:
José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR
Presidente:
Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-Presidentes:
Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Carlos Ivan Simonsen Leal e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

Demais Vogais:
Celina Vargas do Amaral Peixoto, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manuel Fernando Thompson Motta, Manuel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos e Roberto Paulo Cezar de Andrade.

Suplentes:
Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Carlos Braga Lemgruber, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquer-que, Daniel Dantas, José Julio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Oswaldo Antunes Maciel e Maria Silvia Bastos Marques.

CONSELHO CURADOR
Presidente:
Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

Vice-Presidente:
Armando Klabin

Demais Vogais:
Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz SA), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France SA, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Félix de Bulhões (SA White Martins), Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil, Jorge Gerdau Johann-peter (Gerdau SA), Mario Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles, DMB&B Publicidades SA), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragás SA), Paulo Rabello de Castro, Sergio Franklin Quintela, Sergio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro e Theodoro Arthou.

Suplentes:
Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen SA), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia SA), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga SA), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimento Garantia SA), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico SA), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes, Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos SA), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda SA) e Fernando Roberto Moreira Salles (União de Bancos Brasileiros SA).

CONSELHO CONSULTIVO
Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado e Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Diretor:
Antonio Carlos Porto Gonçalves

Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estudos de Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa

Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota

Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira

Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Visite nossa home page: **http://www.fgv.br**

As cartas dos leitores devem ser remetidas para AGROANALYSIS *– Praia de Botafogo, 190, sala 813, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900, fax (021) 536-9207.*

Para assinar, ligue grátis: **0800-217777**

ou utilize o e-mail assine@fgv.br ou ainda o fax (021) 536-9155.

NESTA edição

pág. 8 **Abre Aspas: Desvalorização cambial**
A visão das lideranças
- Citricultura 9
- Máquinas e implementos agrícolas 11
- Cooperativismo agropecuário 12
- Cafeicultura 14
- Grãos 16
- Indústria do fumo 18
- Pecuária 18
- Avicultura 20
- Pecuária de leite 21
- Indústria veterinária 22
- Agroindústria canavieira 22
- Carnes frigorificadas 23
- Fertilizantes 23
- Produtos fitossanitários 24

A visão dos economistas 25

pág. 39 **Especial: Pecuária de leite**
Mercado interno
- Amarga travessia

Mercado externo
- A qualidade faz a diferença 43

pág. 48 **Extra!**
MPEs agropecuárias
- O que esperar de 1999

pág. 52 **Conjuntura**
Avicultura de corte
- Novo modelo

Fumo
- Queda-de-braço 53

Indicador do Milho FGV/BM&F
- "Just in time" 54

pág. 55 **Legislação**
- Incentivo à tecnologia

pág. 56 **IBGE**
- Primeiros dados

pág. 57 **Oferta e demanda**
- Carne bovina: Argentina em queda

pág. 58 **Estatísticas**

pág. 62 **Panorama**

pág. 66 **Diário de bordo**
- Onda ou maremoto?

DA redação

Qualidade e preço

A liberalização cambial promovida pelo governo em janeiro continua a dominar os cenários econômicos do país.

E o agribusiness, como se situa neste contexto?

Preocupada em trazer aos leitores informações sobre o tema que possam responder essa pergunta, AGROANALYSIS convidou especialistas de dentro e de fora do agronegócio para darem sua opinião sobre o assunto.

Afortunadamente, captou, ao longo dos depoimentos tomados, um nítido tom de otimismo subjacente mesmo às questões relativas aos maiores desafios de curto prazo do agribusiness brasileiro.

Sem dúvida, a desvalorização do real trouxe problemas para aqueles que, de alguma forma, dependem de insumos importados – que o digam, por exemplo, os suinocultores, ao adquirirem material genético para seus criatórios. No entanto, muito haverá de conseqüências positivas.

O maior interesse pelas exportações fará com que o superávit comercial do setor em 1999 venha a ser muito maior do que se projetava antes de meados de janeiro. Além do mais, alguns setores, como o da produção de algodão, cujos produtores sobreviventes saem da fase de sobrevalorização da moeda brasileira adaptados a um ambiente de concorrência acirrada, hoje têm o novo valor do dólar como um importante reforço na busca pela recuperação de seu lugar no agronegócio.

No entanto, seria ingênuo pensar-se que a agropecuária e a agroindústria poderão facilmente recuperar todo o espaço que perderam ao se tornarem a "âncora verde" do Plano Real.

Se hoje os produtores internos de alimentos contam com a liberalização do câmbio como um forte aliado na disputa com os concorrentes estrangeiros, eles não podem esquecer que o consumidor de 1999 é muito diferente daquele de cinco anos atrás. Pouco mais de quatro anos de ausência de inflação o tornaram mais cônscio do valor do seu dinheiro. Além do mais, o maior convívio com bens importados neste período ensinou-lhe que o *gap* tecnológico entre o Brasil e outros países pode ser, ainda, abissal.

O segmento da pecuária leiteira – tema de capa desta edição – desponta, a propósito, como um excelente exemplo de como a voz do consumidor precisa ser vista como o grande balizador de um negócio, não importando em qual setor econômico se insira. O relativamente recente processo de tomada de consciência quanto às urgentes melhorias tecnológicas pelas quais tem que passar o ambiente leiteiro "antes da porteira", mostra claramente a força que o crescimento das exigências qualitativas nos outros elos da cadeia produtiva pode ter sobre todo um segmento do agronegócio.

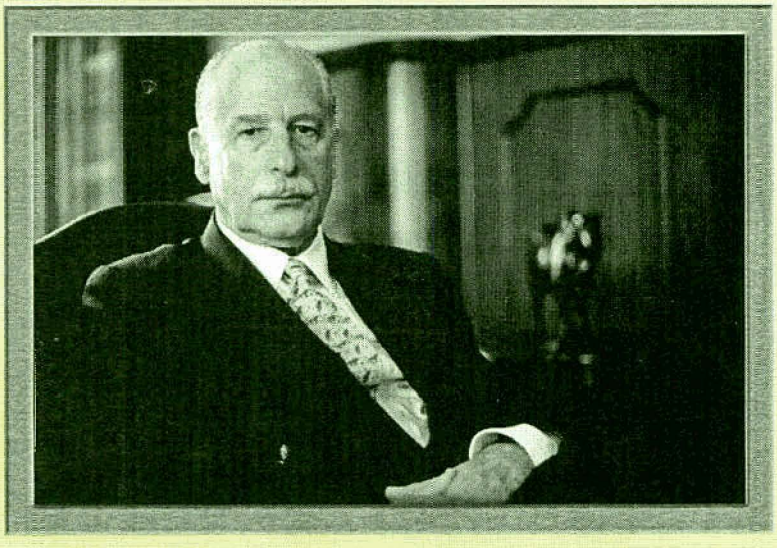
O que se depreende é que toda a sociedade terá a lucrar, se as lições aprendidas desde a abertura econômica do país – por mais amargas que tenham sido – pelo menos trouxerem o benefício de ter mostrado que a sobrevivência nos negócios do mundo globalizado requer capacitação forjada à base do binômio qualidade-preço. Até porque o propósito fundamental de uma relação de troca é a satisfação mútua no encontro entre ofertantes e demandantes, desdobrada na garantia da perpetuidade dos negócios e do crescimento econômico.

AGROANALYSIS convidou as principais lideranças do agronegócio e economistas de peso para falar sobre os efeitos da recente desvalorização cambial. As respostas compõem um interessante painel de expectativas e preocupações desse grupo de estudiosos, executivos e líderes setoriais, muitos deles com uma longa folha de serviços prestados ao setor agropecuário. Vale a pena conhecer o que toda essa gente tem a dizer.

A visão das lideranças

A cultura da reclamação

O saldo positivo é maior, mas as notícias se concentram nos aspectos negativos



LUIZ HAFERS
Fazendeiro

"A comoção provocada pela atualização do câmbio estimulou uma discussão tópica sobre preço de queijo importado, prestações de carro e outras circunstancialidades.

O básico é que o câmbio arbitra valores de competência e competição pela média de produção de um país e sua necessidade de importação. A arrogância burocrática como a prevalecente ultimamente no Plano Real represa as tensões e os resultados aí estão.

A agricultura há muito se queixava da sobrevalorização. Era a que mais sofria, pois até o advento da Lei Kandir havia impostos até mesmo na exportação. Também se importavam produtos agrícolas que além da sobrevalorização do câmbio eram subsidiados, prejudicando nossa produção. Os lácteos são um bom exemplo; o algodão é outro.

Com o câmbio no real – o trocadilho é irresistível –, acomodam-se as verdadeiras vantagens comparativas. Vamos pois iniciar uma sólida expansão de produtividade e produção, aumentando a exportação e diminuindo a importação.

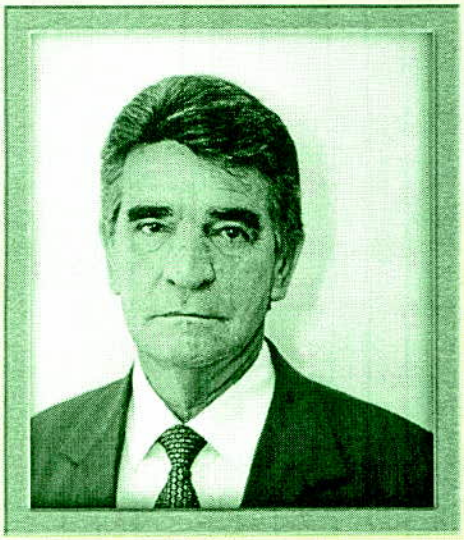
No crédito também há vantagens. A dívida em reais é diluída pelo aumento de receita. A dívida em dólares, pela 63 caipira ou financiamento em moeda estrangeira, também está hedgeada, pois quase toda a produção nesse caso é de exportação. As compras afetadas pela desvalorização não passam de 20% a 30% dos custos.

As notícias se concentram nos pontos negativos, não nos saldos positivos. É a cultura da reclamação.

O futuro fica mais claro para investimentos no setor: a agricultura foi e será sempre a mais rápida provedora de divisas. Espera-se que o erro cometido no câmbio não se repita e que possamos investir e receber retorno. Apesar de uma conspiração sinistra que considera o confisco e a revogação da Lei Kandir uma opção. Deus nos livre!"

Questão de tempo

Os efeitos negativos da liberalização do câmbio podem acabar por anular os positivos



Antonio Ernesto de Salvo
Presidente da CNA

"Haverá evidente melhora de preços em real para os produtos que têm volume significativo de comércio exterior, com reflexo nos similares que tenham consumo apenas no mercado doméstico. As proteínas – carne suína, de frango e de boi – são um bom exemplo dessa correlação de preços. Se a carne de frango tem um alto volume de exportação, sua remuneração em real acabará beneficiando quem a exporta e indiretamente também pressionará, no mercado interno, os preços da carne de boi e de porco. Isso vale para todos os produtos que tiverem cenário semelhante.

Mas se o único efeito da desvalorização fosse melhorar a remuneração dos produtores, ela seria uma panacéia para todos os problemas do mercado externo. A curto prazo, ela realimenta tendências altistas dos insumos, salários e custos em geral e o benefício inicial passa e se consome no aumento dos custos de produção. Se durarem muito, os efeitos negativos acabarão anulando os positivos e ficaremos em situação pior do que estamos. Contidas as altas, teremos apenas uma mudança de patamar, e a economia se reajustará com predominância dos fatores positivos.

As perspectivas anteriores

O setor agropecuário é aquele que tem a maior dose de sonho envolvida em seus anseios econômicos. O produtor rural, aqui e em qualquer lugar do mundo, é sempre otimista. Optamos pela hipótese de que a desvalorização da moeda é conjuntural e depois se sedimentará em determinado ponto. Nossa expectativa é de que o conjunto de benefícios supere o conjunto dos problemas, resultando em maior possibilidade de crescimento e de competitividade no mercado externo. No mercado interno, esperamos que possa causar aumento de produção, com produtos de melhor qualidade e de preços estáveis."

Citricultura

Água no suco

O lento ritmo da citricultura deixa o setor em suspenso quanto aos efeitos da liberalização cambial

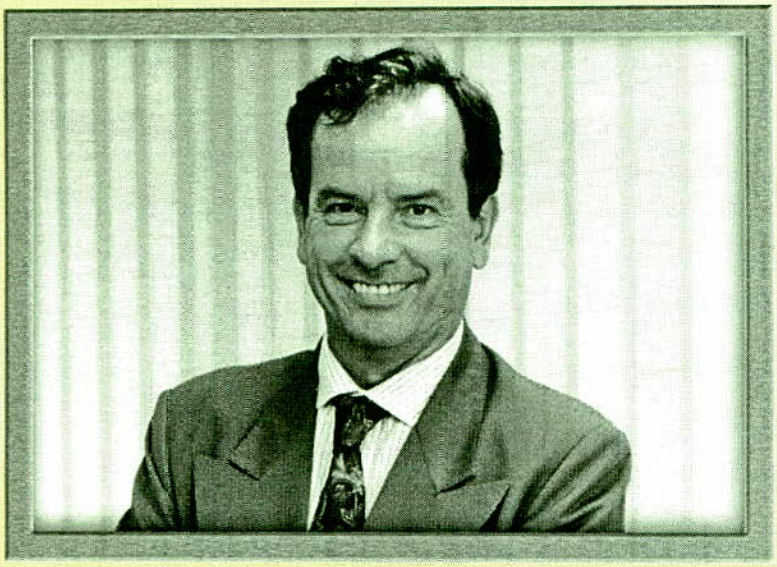
Ademerval Garcia
Presidente da Abecitrus

"A laranja é uma cultura perene. Não se devem esperar bruscos movimentos de sua oferta e procura ao sabor das mudanças na economia. Com as árvores tudo acontece lentamente, ao contrário das culturas anuais que podem ser reduzidas ou expandidas em um ano ou menos.

A liberalização do câmbio é um dos componentes macroeconômicos a serem considerados no perfil da safra que começa em junho. É razoável esperar que o pano de fundo da economia apresente aspectos novos resultantes da guinada no câmbio – aumento da inflação e um certo desequilíbrio nos preços relativos causado pelo peso diferente da moeda estrangeira nos insumos de produção e pela memória inflacionária que provoca aumentos preventivos de preços.

O efeito imediato, portanto, é quase nulo. A safra está terminada, não há laranja para novas exportações. Se houvesse, a oferta seria ampliada e os preços deprimidos, com resultado negativo na receita total, eventualmente comprometendo a performance futura do setor, de lenta recuperação de preços.

Mesmo na rentabilidade do setor o efeito é inexpressivo; muitos contratos de frutas são dolarizados e a maior parte dos estoques está financiada com recursos externos ou ACC.



Num contexto de estabilidade econômica a liberalização do câmbio é positiva, porque encoraja novos investimentos agrícolas que demoram pelo menos quatro anos para produzir.

Um cenário estável onde as exportações sejam priorizadas resultará em grande desenvolvimento para a atividade citrícola – bem como para as demais atividades agroindustriais e agropecuárias.

Novas perspectivas

Com base nas afirmações governamentais, o setor vinha trabalhando na convicção ambígua de que havia defasagem cambial, mesmo difícil de ser quantificada, mas que mudanças bruscas nas cotações não ocorreriam. A nova realidade ainda precisa ser digerida para se avaliarem seus efeitos.

O setor citrícola é exclusivamente exportador, sem participação expressiva no mercado interno (menos de 2% do suco são consumidos aqui); não conta com a alternativa de decidir quanto deve ser vendido no mercado interno e quanto, com a nova realidade cambial, deve ser exportado. Qualquer que seja o câmbio, devemos continuar exportando.

As perspectivas eram de razoável crescimento da demanda interna de fruta fresca e de suco, o que vai depender do poder de compra que emergir do novo quadro econômico. Há no setor uma grande preocupação com o crescimento do mercado interno, como redução da dependência externa. O suco de laranja dispõe de características extremamente positivas, como componente da dieta da população, especialmente no âmbito da merenda escolar, alimentando melhor e criando novos consumidores.”

Laranja mais doce

As expectativas para o setor citrícola, que já eram boas, passam a ser agora ainda melhores

Antonio Adalberto Fiorezi
Presidente do Sindicato Rural de Monte Azul Paulista

“A desvalorização cambial favorece os setores exportadores de uma maneira geral, pois cada dólar exportado representa mais reais para o exportador. A cadeia citrícola brasileira é voltada basicamente para a exportação do suco de laranja congelado; conseqüentemente, o principal fator positivo é o aumento da receita com as exportações do suco. Esse aumento da receita ocorre na ponta final da cadeia, ou seja, não significa dizer que esse ganho será distribuído uniformemente para todos os segmentos: fornecedores de insumos, produtores rurais, indústria de suco etc. Os segmentos mais concentrados, como a indústria esmagadora, tendem a ficar com a maior parte do bolo.

Outro fator positivo é o ganho dos produtores que têm contratos de venda de laranja em dólar para a indústria. Nesses casos há um repasse total da desvalorização cambial.

No entanto, há muitas negociações no chamado mercado *spot*, onde os produtores vendem sua laranja em real e sem contrato, podendo haver apenas um repasse parcial da desvalorização. É o caso da maioria dos pequenos produtores de laranja do estado de São Paulo.

Em relação aos fatores negativos, o que mais prejudica o setor é o aumento dos custos de produção. Muitos insumos contêm matérias-primas importadas, mais caras após a desvalorização cambial. Vários fornecedores de insumos acabam praticando preços abusivos, acima da desvalorização, caracterizando uma espécie de especulação (alguns insumos já tiveram aumento de mais de 50%).

Além disso, muitos fornecedores retêm seus produtos à espera de melhor definição do câmbio, prejudicando o desenvolvimento dos pomares. Um exemplo claro são os fertilizantes.

Deve-se considerar também que em vários negó-

cios de compra de insumos em dólar, inclusive financiamentos, os produtores sairão muito prejudicados.

No setor de produção agrícola de laranja, haverá ganhos e perdas. Espera-se que os primeiros sobreponham-se aos segundos, caso contrário a desvalorização beneficiará apenas a indústria de suco e não os produtores rurais.

O que mais prejudica o setor é o aumento dos custos de produção. Muitos insumos contêm matérias-primas importadas, mais caras após a desvalorização cambial.

Perspectivas para o empreendimento

O setor de citrus no Brasil já vivia um período de preços elevados, devido às quebras de safras em São Paulo e na Flórida (EUA), as duas principais regiões produtoras no mundo. A indústria brasileira de suco apresentará significativos aumentos de receita e deverá aumentar sua produção e exportação. Para tanto, sairá em busca de laranja, aumentando sua procura nos pomares.

Isso deve se traduzir em um aumento de renda para o produtor rural, mesmo que ocorra aumento nos preços do insumos. ”

Máquinas e implementos agrícolas

Perde-ganha

Há fortes indicadores de aumento de renda agrícola, mas há a possibilidade da volta da inflação



Alistair McLelland
Diretor de Vendas e Marketing da AGCO

“ Os aspectos positivos da liberalização cambial estão vinculados à possibilidade de o mercado ser o condutor das taxas cambiais, o que conceitualmente e a longo prazo é muito saudável. Há fortes indicadores de aumento da renda agrícola dos produtores, o que configura uma maior possibilidade de investimento. Outro aspecto positivo é a maior competitividade alcançada na exportação de nossos produtos.

Turbulência e insegurança

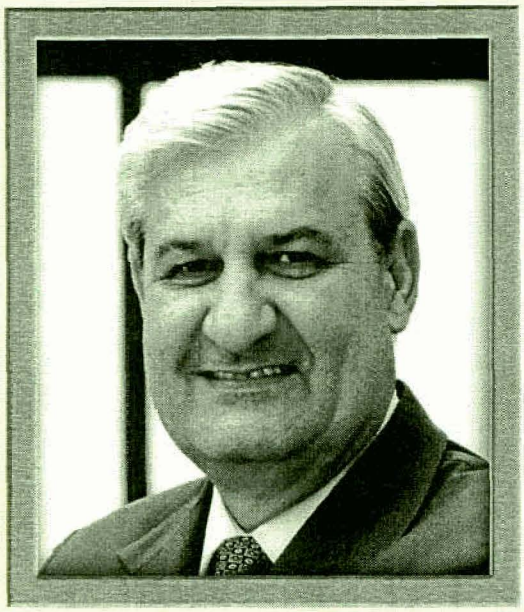
O efeito imediato da alta do dólar no entanto tem outros desdobramentos: a turbulência e insegurança geral geradas pela forma com que o processo foi conduzido; o aumento imediato dos custos dos componentes importados usados na produção de tratores e colheitadeiras e a possibilidade de avanço de um processo inflacionário. O fortalecimento da posição de exportador do mercado brasileiro tem efeito contrário no segundo maior mercado agrícola da América do Sul, a Argentina, onde a AGCO também possui duas fábricas de tratores e colheitadeiras.

Os planos da AGCO para a América do Sul estão sendo mantidos integralmente. O maior impacto se deu na aceleração do processo de nacionalização de alguns componentes importados, buscando diminuir o aumento de custo. ”

Máquinas e implementos agrícolas

Engatando a primeira

Com o novo quadro cambial, resgata-se a competitividade oculta pelo real sobrevalorizado



Pérsio Pastre
Diretor de Relações Externas da Fiat Allis New Holland

"As dificuldades da agricultura brasileira não permitem que seu desenvolvimento seja compatível com a sua potencialidade econômica, abaixo de sua total capacidade, sem obter toda riqueza e geração de bem social que a natureza oferece.

Com o novo quadro cambial, resgata-se a capacidade de competir que esteve pressionada nos últimos anos pelo real sobrevalorizado, já não bastassem os subsídios recebidos pela concorrência no exterior.

Assim, o negócio agrícola recupera atratividade, melhora a perspectiva de renda e de crédito e o investimento na mecanização tem o seu represamento afrouxado.

É preciso, no entanto, que a agricultura seja orientada, motivada e gerenciada para metas efetivamente agressivas. Aqui reside o risco da ilusória fascinação pelo momento atual. Não podemos nos acomodar a um câmbio que não será perene. Devemos usar o *status quo* como base para buscar novos patamares de operação, que só serão duradouros se houver investimento em infra-estrutura, logística, tecnologia e negociações internacionais.

As vendas domésticas de tratores e colheitadeiras no primeiro semestre de 1998 cresceram 33% sobre o mesmo período em 1997; essa evolução reduziu-se para apenas 1,6%, quando comparados os dois segundos semestres. A projeção feita no fim do ano passado para 1999 é de algo em torno de -10%.

Agora, ainda que seja prematuro fixar um número, acreditamos que as vendas internas evoluirão positivamente e o crescimento poderá alcançar dois dígitos. Várias ações precisam ser implementadas na facilitação do investimento agrícola. A nossa frota está obsoleta. O nosso campo é campeão em desperdício de tempo, combustível e produtos agrícolas.

As exportações de máquinas agrícolas automotrizes superaram, em 1998, pelo segundo ano consecutivo, os US$700 milhões. Os líderes mundiais estão instalados aqui. As montadoras e os fornecedores de autopeças estão produzindo apenas 50% de sua capacidade. O Brasil tem credenciais para se tornar o maior fabricante mundial neste ramo."

Cooperativismo agropecuário

Recuperando a competitividade

Houve mais benefícios que prejuízos para o cooperativismo na recente desvalorização cambial

Amilcar Gramacho
Superintendente da OCB

"Levando em conta apenas o resultado da liberalização, que acredito todos estejamos traduzindo como desvalorização do real na faixa de 25% a 30%, entendo que os efeitos positivos serão maiores do que os negativos, pelo menos do ponto de vista do cooperativismo agropecuário. O setor deverá recuperar boa parte da competitividade perdida nos últimos 10 anos, período em que enfrentamos não apenas o peso da moeda sobrevalorizada mas também a redução

indiscriminada e mal negociada das barreiras alfandegárias, altas taxas de juros e desmonte das políticas internas de apoio à agricultura entre outros.

O lado negativo fica por conta da insegurança sobre como e quando o mercado de câmbio conseguirá alcançar um novo ponto de equilíbrio estável após a liberalização. Se o ajuste convergir com rapidez, o custo poderá ser menor pela minimização dos impactos inflacionários. Mas se o *overshooting* for longo, será inevitável a contaminação do sistema de preços, desajustes de contratos, tendências de indexação – enfim, todos os problemas com os quais nos defrontamos na maior parte desta metade de século.

Temos oportunidade agora de recuperar importantes parcelas dos mercados internos de produtos capazes de absorver expressivo contingente de mão-de-obra.

O que mudou

Temos oportunidade agora de recuperar importantes parcelas dos mercados internos de trigo, arroz, algodão, leite, frutas, pescado e outros, capazes de absorver expressivo contingente de mão-de-obra.

Não menos importantes devem ser os benefícios nos setores ligados à produção de exportáveis. Apesar das dificuldades, os agricultores brasileiros perseguiram intensamente absorver tecnologias que lhes permitissem manter sua presença nos mercados internacionais. Os esforços do governo para reduzir o custo Brasil e a desoneração tributária das exportações pela Lei Kandir podem agora impulsionar as nossas exportações de soja, café, açúcar, carnes etc.

Além de tudo, são setores onde o cooperativismo tem enorme tradição nas tarefas de organizar os produtores e apropriar ganhos de escala operacional na compra de insumos, no beneficiamento, na comercialização interna e na exportação.

Bom para as exportações

A liberalização cambial reduz custos e eleva os preços agrícolas em reais para os produtores



José Aroldo Gallassini
Presidente da Coamo

A liberalização cambial recém-promovida teve reflexos positivos sobre o setor cooperativista, como a melhoria da competitividade dos produtos para exportação; redução dos custos para exportação e elevação dos preços agrícolas em reais para os produtores.

Os efeitos negativos da medida foram o aumento dos custos das matérias-primas importadas; dos custos financeiros; a elevação dos custos dos insumos em reais, com conseqüente aumento do custo da produção, e instabilidade da taxa cambial (grandes oscilações diárias).

O impacto sobre as perspectivas anteriores para o sucesso dos empreendimentos do setor consiste no aumento da demanda de produtos domésticos (milho, algodão, trigo); redução da importação de produtos agrícolas; elevação dos preços praticados no mercado interno; aumento nos custos financeiros pela elevação das taxas de juros internos e aumento dos custos de produção: desvalorização de 68% (R$2,06 por dólar), gerando um aumento de 41% no custo da soja e 38,5% no do milho; desvalorização de 31% (R$1,60 por dólar), gerando um aumento de 18% no custo da soja e de 17% no do milho.

É preciso mais

Foi positivo liberar o câmbio, mas o setor quer condições de igualdade para competir no mercado



Sérgio Coimbra
Presidente da Abics

"A indústria brasileira do café solúvel está voltada primordialmente para a exportação e por isso a liberalização cambial em termos gerais foi positiva.

Concretamente, é cedo para avaliar os resultados da medida. O regime de câmbio livre ainda não se consolidou, o que só ocorrerá depois que o mercado definir o patamar adequado para a cotação do dólar. Fundamental agora é segurar a aceleração inflacionária para que não sejam anulados os benefícios da verdade cambial.

Foi negativo para o segmento o aumento desproporcional dos preços internos de matéria-prima, decorrente do fator adicional de ser pequena a próxima safra de café verde – 23,15 milhões de sacas –, conforme a primeira previsão oficial.

Pouca coisa mudou

Punida com tarifa de 10,1% nas vendas para os países da União Européia e suportando preços de café conilon (cerca de 2/3 na composição dos *blends*) bem superiores aos preços dos cafés robustas da Indonésia, Vietnã e África, a indústria brasileira do café solúvel não experimentou modificação significativa em seu quadro de dificuldades, que só poderá ser revertido com o acesso à matéria-prima em condições de preços idênticas às de empresas concorrentes, localizadas nos países do hemisfério Norte, não-produtores de café cru em grão.

Permanece a cobrança de ICMS nas operações interestaduais de circulação do café verde adquirido pelas indústrias de café solúvel, gerando acúmulo de créditos de difícil e onerosa recuperação, enquanto as transações comerciais de café verde destinadas à exportação estão, com justiça, livres da incidência de ICMS."

Ação e precaução

A desvalorização controlada da moeda ajuda o setor, mas tudo se perderá se a inflação voltar

Manoel Bertone
Presidente da Garcafé

"Um dos grandes problemas da cafeicultura era, sem dúvida, a sobrevalorização do real, que elevava nossos custos em dólares e diminuía nossa competitividade internacional. As altas taxas de juros, necessárias para manter o câmbio sob controle, aumentavam ainda mais o problema do cafeicultor. A desvalorização controlada do real permitiria que esses importantes problemas fossem solucionados, com reflexos positivos indiscutíveis na renda líquida do produtor.

No entanto, essa medida foi tardia e fez com que se perdesse momentaneamente o controle da política cambial, com sérios riscos para o controle da inflação. O cafeicultor viu os preços em reais aumentarem e os preços em dólares caírem, apesar da pouca disponibilidade internacional do produto. Como a desvalorização terá um importante efeito nos custos – a cafeicultura se utiliza de muitos insumos importados, o que represen-



ta aproximadamente 40% dos custos de produção –, é importante recuperar os preços internacionais e o controle da inflação para melhorar a relação entre custos e preços. Uma vez recuperado o controle da economia, a desvalorização do real, no caso da cafeicultura, será indiscutivelmente positiva.

Impactos da liberalização

O impacto dessa decisão no setor foi muito bom. A situação da oferta internacional de café nos favorece. Os estoques internacionais estão baixos e nossa próxima safra será pequena. Não temos dúvidas de que o preço internacional tende a subir, o que nos coloca em excelente posição nesse momento. A nova política cambial nos permitirá pagar as dívidas e reservar um pouco de café para cobrir a baixa produção que se apresenta para a próxima safra. Assim, teremos toda condição de dar uma importante contribuição para que o país não perca as divisas cambiais geradas por nossa atividade. Mas é imprescindível que não percamos o controle sobre a inflação.

A situação da oferta internacional de café nos favorece. Os estoques internacionais estão baixos e nossa próxima safra será pequena.

No momento em que a economia sofre profundas modificações, devemos nos manter atentos para não sermos prejudicados por políticas econômicas inadequadas à nossa atividade. O controle da inflação é fundamental para todos nós. Sempre fomos parceiros do governo nesse sentido e agora não será diferente. A desvalorização controlada da moeda nos ajuda, pois corrige distorções antigas, mas tudo se perderá se a inflação voltar.

Também teremos problemas caso se elevem os juros agrícolas. Esse é o momento de apoiar o governo na estabilização da economia em novo patamar cambial e resolver de vez as questões do endividamento agrícola, mantendo controladas suas taxas de juros.

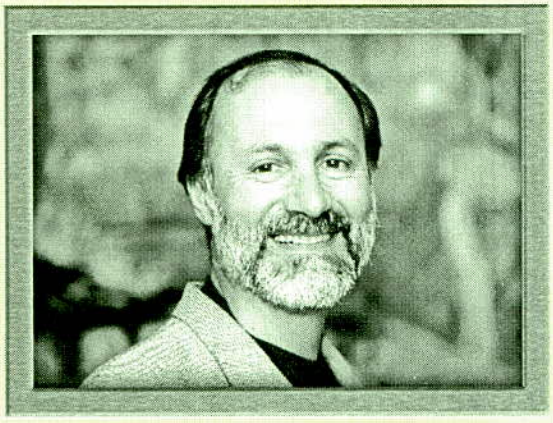
Em nossas propriedades, devemos nos esforçar no controle dos custos, não aceitando aumentos de preços injustificados e evitando compras desnecessárias. Pesquisar preços e buscar produtos substitutos mais em conta nos ajudará muito. Não podemos nos acomodar diante da elevação aparente dos preços do café, pois na verdade eles caíram em dólares e nossos custos nessa moeda ainda não estão definidos.

Além disso temos que cuidar dos preços internos do café para o consumidor, nosso maior aliado. O mercado interno tem crescido nos últimos anos, o que muito nos ajudou. Não podemos perder esse avanço. No Conselho Deliberativo da Política do Café temos instrumentos institucionais para controlar esses preços. A indústria deve ser atendida com maiores estoques estratégicos em boas condições de pagamento, ou seja, prazo mais dilatado e juros compatíveis com a necessidade de estabilizar os preços ao consumidor.

Não podemos ainda deixar que o governo, preocupado com as grandes questões financeiras, adie a implementação dos programas de saneamento financeiro já estabelecidos, como o Recoop e o Pesa. Ao contrário, eles devem ser aperfeiçoados e agilizados. A desvalorização da moeda não deve gerar crise, mas ser fator de soluções para a economia nacional. Por isso, todos ansiavam por ela. Nossa posição como exportadores, geradores de emprego, de divisas e de renda bem distribuída deve ser enfatizada e valorizada. O Brasil não pode perder o rumo deixando-se levar por especuladores. O apoio ao governo e ao país deve ser claro, como devem ser claras as exigências de saneamento do setor agrícola, um dos que mais contribuíram para os quase cinco anos de êxito do Plano Real.

Esperar para ver

Muito embora a nova política cambial favoreça a agricultura, crédito e custos ainda preocupam



Cesar Borges de Souza
Diretor do Grupo Caramuru

"A mobilidade do capital financeiro internacional no mercado globalizado amplia rapidamente os reflexos das crises econômicas, criando uma espécie de efeito dominó que afeta profundamente economias emergentes e dependentes de capital externo, como o Brasil.

O país foi eleito a bola da vez e teve que recorrer à ajuda financeira do Fundo Monetário Internacional e de alguns países. O governo implementa um conjunto de medidas de austeridade fiscal para controlar o déficit público, recorrendo inclusive a aumentos na já elevada carga tributária. Mas sem dúvida alguma o mais relevante para o agribusiness nacional foi a mudança da política cambial.

A livre flutuação da taxa de câmbio trouxe no curto prazo incertezas para os agentes econômicos. O mercado ainda está muito volátil, trabalha em nível mais elevado do que seria de esperar de um patamar de estabilização da moeda compatível com os fundamentos atuais da economia brasileira. Espera-se que tal comportamento, que dificulta o estabelecimento de custos e preços de venda dos produtos, não vá além de um curto período de transição.

A nova política cambial é favorável à agricultura em geral. Produtos que são costumeiramente exportados ou importados serão os mais beneficiados. Os sojicultores, por exemplo, já estão auferindo preços mais elevados em reais, aumentando a sua rentabilidade, mesmo considerando a elevação do custo em reais de alguns insumos importados. Entretanto, contrariando as expectativs iniciais, os custos portuários não sofreram redução do valor em dólar e algumas concessionárias ferroviárias estão dando sinais de manter o mesmo frete em dólar, apesar de seus custos não serem dolarizados. Mesmo assim, o impacto do mercado cambial livre é positivo, e antecipa-se novo recorde de plantio e de exportações na próxima temporada.

No milho ocorrerá o encarecimento do produto importado em relação ao milho produzido localmente. Desta forma diminuirão as importações de grãos da Argentina e Paraguai, abrindo espaço para que a produção interna volte a crescer. As exportações de carnes de frango e suíno tenderão a aumentar, estimulando a demanda de milho.

Entretanto, nem tudo são flores. A crise de credibilidade da economia brasileira resultou no corte das linhas internacionais de crédito utilizadas tradicionalmente na comercialização de soja e derivados. Adiantamentos de Contrato de Câmbio (ACC) e pré-pagamentos se tornaram escassos e caros. Fontes do mercado financeiro estimam que somente 30% dos créditos internacionais estão sendo renovados.

Desde 1997 a indústria processadora de soja é punida por uma carga tributária mais elevada do que a aplicada à exportação de matéria-prima e à indústria dos países concorrentes. A escassez de créditos a taxas internacionais para carregamento de estoques forçará o Brasil a vender tudo de uma vez, derrubando os preços, e incentivará ainda mais a exportação de soja em grão, em detrimento do óleo e farelo de soja, provocando perdas de emprego e redução no valor das exportações do Brasil. É necessária e urgente a implementação de linhas especiais de crédito do BNDES ou a criação de uma instituição financeira especializada, tipo Eximbank, para financiar as exportações brasileiras de produtos industrializados com agilidade a taxas internacionais, como ocorre em outros países.

A atual política cambial é realista e o agribusiness, agora mais competitivo, saberá aproveitar a oportunidade e contribuir ainda mais para a geração de saldos positivos na balança comercial."

Viagra e exportação

Quem é do ramo sabe que o remédio aumenta o desejo, mas não melhora a *performance*

Nelson Mamede
Representante da Abag na Europa

Na qualidade de brasileiro com formação em comércio exterior e vivenciando há anos a dificuldade de o Brasil se inserir na comunidade internacional como nação exportadora – cujos produtos tornam-se participantes de um mercado em que o preço é o único atrativo a ser percebido pelo importador –, vejo consolidar-se uma cultura exportadora desastrosa de país oportunista dependente tão-somente das políticas governamentais.

Ao ser anunciada a repentina mudança na política cambial, ficou claro que como nação de terceiro mundo somos dependentes de poupança externa para a manuntenção de crescimento sustentado. A balança de serviços como conseqüência gera déficit que necessariamente precisa ser coberto em parte, no todo e preferencialmente, com sobras pela balança comercial. Devido ao atual sistema de presença oportunista nos mercados, consolidamos ainda mais a cultura de país exportador na modalidade FOB (*free on board*), ou seja, o não-acesso ao consumidor final faz com que o exportador brasileiro acabe repassando quase todas as vantagens aos tantos intermediários que promovem nossa comoditização no mercado mundial.

Contempla-se num primeiro momento essa euforia acadêmica da discussão sobre as conseqüências econômicas da mudança de política cambial, extremamente importante para transferir aos segmentos produtivos a análise de fatos ocorridos. Depois, passado um período, a nossa competitividade nos mercados externos começa a diminuir novamente, voltando ainda que timidamente o foco para o comercial.

Como representamos em torno de 1% das relações de trocas no comércio internacional, permito-me relacionar Viagra com exportação, pois qualquer um do ramo sabe muito bem que o remédio aumenta o desejo, mas não melhora a qualidade da *performance*. Assim podemos imaginar que o câmbio propicia, mais intensamente no início, um aumento de exportação, até mesmo recordes. Mas é apenas um aumento quantitativo e não qualitativo. Continuo a enfatizar a necessidade de o setor exportador não depender tão-somente de políticas governamentais e começar de fato a mudar o seu grande paradigma. É preciso que o país se torne exportador da modalidade CIF (entrega do produto ao consumidor) com ênfase na agregação de valor

A desvalorização beneficiou de imediato as *commodities* com maior inserção no mercado internacional. O benefício foi maior para aquelas cuja estrutura de custos não incorporava fortemente bens e serviços dolarizados. Entretanto, mesmo em relação a essas *commodities* mais básicas, não podemos negligenciar o passado para entender o presente. Os fatos demonstram que desde a criação do Gatt, que passou a WTO (World Trade Organization) desde 1994, foi-se articulando um sistema para controlar o comércio exterior em que os ganhos foram reservados a seus próprios criadores. Por exemplo, durante os anos 80 vimos as economias líderes, Europa, Japão, Estados Unidos, numa batalha em que o aumento do protecionismo atingiu seu pico máximo. Basta verificar que o uso do instrumento de *antidumping* representou 80% dos casos levantados contra economias de terceiros países. Nada mudou e ainda hoje, com a Rodada Uruguai, as economias líderes discursam a favor de uma maior liberação e concordam em tornar mais efetivo o termo *anti dumping code,* o que reflete a continuidade do protecionismo sob uma ótica histórica .

Na entrada do novo milênio adicionamos mais uma tarefa para o setor exportador brasileiro, que agora se confronta com mercados regionalizados que exigem mais competência no trato dos acordos multilaterais. Quando se substitui Estados Unidos por Nafta, Euroland e Japão por bloco asiático, inicia-se uma nova ordem global que se desenvolverá e imporá novas tendências e oportunidades não àqueles que dependerem de câmbio, custo Brasil e etc., mas àqueles cuja visão comercial for prioritária. Cabe a esses empreendedores e ao país conquistar mercados através da marca Brasil.

Finalizando, aqui no Reino Unido onde resido temporariamente está se desenvolvendo um *slogan* como norte para o grande desafio do próximo milênio, que poderíamos adotar: "*think the unthinkable.*"

Indústria do fumo

Correção de rumo

Foram quatro anos de insistência em um erro elementar que era altamente prejudicial ao país

Nestor Jost
Presidente da Abifumo

"Embalados na euforia do sucesso obtido pela URV, os economistas do governo e um grupo de consultores preocupados em lisonjeá-los não perceberam que a sobrevalorização do real, a taxa de juros estratosférica mais a queda brutal das tarifas aduaneiras não poderiam dar certo.

Foram quatro anos de insistência em um erro elementar altamente prejudicial ao desenvolvimento do país, gerando o empobrecimento dos setores produtivos, com repercussão direta no nível de empregos.

Para citar apenas um exemplo: calcula-se que, por conta da política econômica praticada pelo Plano Real, só a lavoura de algodão suprimiu meio milhão de empregos rurais, com intensa repercussão na indústria têxtil, totalmente prejudicada.

Diante desse quadro, a extinção do regime cambial vigente durante o Plano Real causou grande alívio e alimentou esperanças condicionadas a que o Banco Central, dentro do novo regime, exerça sua autoridade regulatória com austeridade e competência."

Pecuária

Males que vêm para bem

A desvalorização do real diminui a importação de carne suína e eleva a venda de aves de corte



Urbano Campos Ribeiral
Presidente da Agroceres

"Embora a desvalorização da moeda fosse uma reivindicação dos agentes econômicos, muitos segmentos foram surpreendidos pelos efeitos colaterais gerados pelo câmbio livre e ainda estão em processo de adaptação ao novo sistema.

A verdade é que não se esperava uma depreciação tão forte do real. Mas se é verdade que há males que vêm para bem, a atual crise deverá incitar nossos governantes e legisladores a tomarem as medidas necessárias ao equilíbrio fiscal.

Positivo e negativo

Aumentou a competitividade do preço das carnes de frango, suíno e bovino brasileiras, possibilitando acelerar a taxa de crescimento das exportações. A desvalorização do real diminuiu o risco da importação de carne suína, que poderia então ocorrer em virtude dos baixos preços vigentes em outros países produtores. A avicultura deve aumentar significativamente a venda de matrizes de corte. Espera-se que a produção de carne de frango cresça 6,7% em 1999, atingindo 4,8 milhões de toneladas, por causa da expansão de 14,3% do volume das exportações, que passam a cerca de US$900 milhões.

Com a elevação dos preços de ingredientes importados (minerais, vitaminas, medicamentos, preservantes, trigo e produtos lácteos) e do farelo de soja, aumenta o custo de produção. No caso de suínos, reduz-se bastante a aquisição de material genético, tendo em vista as incertezas do mercado e a queda de margem decorrente da elevação dos custos de produção. Há ainda desaceleração da expansão, adiamento da implantação de novos projetos de produção e também elevação da taxa de juros e impostos.

O que esperar

Os principais negócios da Agroceres estão no início da cadeia produtiva, e dependem do impacto sofrido pelos demais elos da cadeia. No negócio de matrizes de suínos houve uma redução da expansão prevista do crescimento de vendas de material genético para os próximos dois anos, em decorrência da postergação de implantação de novos projetos de produção e da desaceleração da expansão de outros em andamento. Mas diante do avanço tecnológico e do reconhecido padrão de qualidade dos produtos Agroceres-PIC, as perspectivas de crescimento do empreendimento são muito favoráveis.

Apesar de a desvalorização do real aumentar a exportação de carne de frango, o resultado depende muito do mercado interno.

No tocante ao negócio de matrizes de aves, apesar de a desvalorização do real gerar um aumento na exportação de carne de frango, o resultado do empreedimento é muito dependente do mercado interno, cujo poder aquisitivo deverá sofrer grande redução no ano em curso. Mas, como a elasticidade-renda da carne de frango é menor do que a da carne bovina, o seu consumo deverá ser pouco afetado.

Nos demais negócios da empresa (nutrição animal e isca formicida), a desvalorização da moeda brasileira nos níveis atuais vem causando muitos transtornos nas negociações com os fornecedores e os clientes. Nesses negócios, ela deverá afetar negativamente o resultado do empreendimento. Portanto, as incertezas e dificuldades nas negociações são mais em razão do nível de desvalorização do real do que da liberalização do cambio.

Apesar das dificuldades momentâneas da economia brasileira, a Agroceres vê com otimismo o desenvolvimento do agronegócio nacional. Está esperando passar o período de turbulência para tomar decisões sobre novos investimentos no setor.

Tomando fôlego

As exportações aumentarão, gerando empregos, trazendo desenvolvimento e gerando divisas

Pedro Camargo Neto
Presidente do Fundepec

A recente liberalização cambial e a conseqüente desvalorização do real trazem novo fôlego para o campo. Foram anos difíceis tanto para a exportação como para a concorrência com importados. Um câmbio de *0,82* nunca se esquece.

A alteração traz um alento: chegou a tempo de valorizar a comercialização desta safra. A correção desta variável macroeconômica foi essencial para o equacionamento da integração competitiva do setor agropecuário. Mas ainda falta a questão dos juros.

Os preços agrícolas devem procurar um novo patamar. A contrapartida será o aumento nos insumos, outro lado da mesma moeda. Um ajuste difícil, mas necessário. Os insumos já foram todos reajustados. Parece evidente que houve abusos e a própria concorrência entre fornecedores deve provocar uma redução de preços. Será uma queda-de-braço importante nos próximos meses. Será preciso dedicar-se às compras. Persistindo os equívocos, os instrumentos de defesa econômica estão aí para ser trabalhados.

A aceleradíssima integração regional do Mercosul vinha reforçando o estresse comercial. Além das possíveis triangulações, a fertilidade da pampa úmida e a rápida modernização dos vizinhos representam um concorrente de peso. Acostumados a ter vantagem, os vizinhos não estão querendo aceitar a competitividade. Também na questão dos direitos compensatórios e *dumping*, a burocracia ganha tempo para atingir maturidade e responsabilidade suficientes para não causar tantos prejuízos ao setor.

As exportações certamente aumentarão, criando empregos, desenvolvimento e trazendo divisas. A Lei Kandir foi praticamente a única reforma estrutural desse período. O fantasma do passado continua à espreita, mas o setor não admitirá retrocesso.

Vender é lutar

A alteração cambial não mudou as diretrizes do setor avícola: o desempenho tem que melhorar



José Carlos Teixeira da Silva
Presidente da Associação Paulista de Avicultura

"A atual liberalização do câmbio deverá influir positivamente sobre as exportações do setor avícola, tornando mais competitivos os produtos brasileiros, especialmente a carne de aves. O Brasil nesta década aumentou sua participação na produção mundial de carne de frango, representando em 1998 11,6% do total (4,5 milhões de toneladas), enquanto em 1990 essa percentagem era de 9,6% (2,4 milhões).

Entretanto, a participação nas exportações mundiais diminuiu, passando de 13,7% em 1990 para 12,7% em 1998. O desafio consiste em buscar novos mercados, enfrentar e contornar os subsídios e as barreiras dos países concorrentes e reduzir custos e tributos para que cresça o volume do produto brasileiro no mercado externo – apesar da prevista redução de 2% nas importações mundiais de carne de frango em relação ao ano passado.

Precisam também melhorar as condições de exportação para pintos de um dia, ovos férteis, carne de peru e produtos industrializados à base de ovos.

Em contrapartida, será sensível a influência das cotações do dólar na genética, alimentação das aves, vacinas e medicamentos, conferindo maior importância à produtividade e à redução de custos na manutenção dos níveis de produção e consumo interno.

A liberalização do câmbio é um fato recente. É preciso tempo para que a moeda se fixe em um patamar. Após o primeiro semestre o cenário deve estar mais claro e as estimativas e previsões do final do ano passado podem ou não se confirmar. Até lá, o desempenho do setor avícola vai ditar tomadas de decisão e correções de rumo. No médio prazo, poderão ser confirmados os prognósticos de crescimento modesto neste período, descartada a hipótese de se manter o aumento dos últimos anos, de até 10% no volume produzido.

As previsões mundiais de produção, comércio e consumo de carnes de aves também começam a ser revistas, diante dos acontecimentos que envolvem vários blocos econômicos (especialmente o asiático), os países emergentes e a China."

Boa repercussão

O setor de carne avícola prevê um crescimento de 15% após a desvalorização da moeda brasileira

José Augusto Lima de Sá
Diretor presidente e de Relações com o Mercado da Frangosul

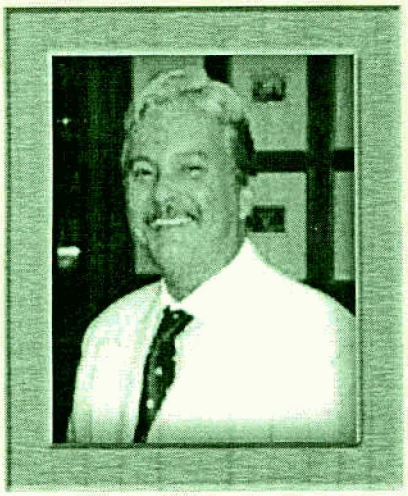
"O aumento de competitividade em mercados que perdemos nos últimos quatro anos foi um fator positivo da liberalização cambial. Foi possível, por exemplo, a abertura de novos mercados.

Foi, no entanto, negativo o aumento no custo de matérias-primas (matrizes, farelo de soja, milho, ingredientes para ração), assim como o risco de empresas sem tradição exportadora repassarem os ganhos da desvalorização aos importadores.

A liberalização atingiu as perspectivas anteriores do setor de carne de frango de modo bem positivo. Prevê-se um crescimento para o setor de 15%. Com a aquisição da Frangosul pela Doux, baseada em um projeto de aumento das exportações anterior à desvalorização, prevê-se um crescimento ainda maior."

Volta por cima

Retomada a credibilidade do país, encontraremos nas exportações o pleno desenvolvimento



Claudio Martins
Diretor executivo da Abef

"A recente mudança na política cambial brasileira sem sombra de dúvida vai dar novo fôlego às exportações ao mesmo tempo freando as importações, revertendo os consecutivos déficits da balança comercial brasileira, acredito, já no primeiro semestre deste ano.

No setor de carne de frango, a desvalorização do real vai contribuir decisivamente para se alcançar com maior facilidade a meta fixada para este ano: exportações de 700 mil toneladas de frangos com receita cambial de US$900 milhões.

Este é o lado positivo e imediato de uma desvalorização cambial: restabelecer a competitividade dos produtos de exportação.

O lado negativo é o conseqüente aumento de custos oriundo da importação de componentes utilizados na produção do bem a ser exportado.

Conhecedores dessa equação, orientamos nossos associados a não ceder às pressões de baixa de preços dos importadores, para que possamos suportar os aumentos de custos.

No primeiro momento da desvalorização cambial, procuramos conhecer o impacto que teria sobre nossos custos um dólar de R$1,70. A grande maioria dos economistas e autoridades do governo imagina que o dólar se estabilizará. Nossos cálculos apontaram aumento de 19% nos custos de produção, sem levar em consideração o aumento de impostos oriundo da reforma fiscal (CPMF, PIS/Cofins).

Tão logo passe a turbulência inicial e a credibilidade do país volte a níveis normais, certamente será através das exportações que encontraremos a solução para o pleno desenvolvimento do Brasil."

Pecuária de Leite

Fazendo qualquer negócio

Exportadores fortalecem práticas desleais de comércio para manter a participação no mercado

Paulo Roberto Bernardes

Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA

"Como conseqüência da mudança no regime cambial ocorrida em janeiro último, a expectativa da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) é de que as importações de leite e derivados em 1999 fiquem inferiores às observadas no ano passado, quando atingiram o equivalente a 2,27 bilhões de litros de leite e US$511 milhões. Uma queda nas compras externas de laticínios da ordem de 40% em relação ao ano passado poderia proporcionar a criação de 21 mil novos empregos diretos nas propriedades leiteiras, de acordo com coeficientes técnicos da Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite da Embrapa e esse espaço seria ocupado pela produção nacional. Esse cenário deveria ser perseguido pelas autoridades governamentais já que a alta regularidade do trabalho e a elevada relação trabalho/capital qualificam a pecuária leiteira como atividade estratégica para qualquer política de promoção do emprego.

No entanto o resultado das compras externas de laticínios em janeiro revelou um aumento de 18,1% no volume e de 12,8% no valor das importações, em relação ao mesmo período do ano passado, atingindo US$35,7 milhões. Esses dados revelam redução nos preços dos produtos lácteos importados depois da desvalorização do real, evidenciando que os países que vendem para o Brasil estão dispostos a fortalecer as práticas desleais de comércio para manter a participação no mercado."

Indústria veterinária

Saúde sai perdendo

Em torno de 80% a 95% das matérias-primas usadas nos produtos veterinários são importadas



Nelson Antunes
Presidente do Sindan

"Praticamente não houve fatores positivos diretos no segmento de produtos veterinários decorrentes da liberação cambial; o setor não é exportador e o total das exportações não atingiu 2% do nosso faturamento. Poderá indiretamente influenciar melhorando as exportações da pecuária e da avicultura e os negócios dos nossos consumidores, com algum reflexo no setor.

Quanto aos fatores negativos, são muitos: quase 80% das matérias-primas usadas nos produtos veterinários são importadas e, em alguns produtos, esse índice chega a 95% no custo. As vacinas aviárias e para pequenos animais são, na sua maioria, importadas e, nesse caso, o impacto sobre o custo será o repasse total da desvalorização cambial.

O desempenho do setor veterinário em 1998 não foi nada positivo, pois, além da queda de demanda dos produtos, houve uma sensível redução de preços dos fabricantes, redução que, em muitos segmentos, foi acima de 50% dos preços praticados em 1997.

Além da queda dos preços e, conseqüentemente, da rentabilidade do setor, houve inadimplência dos compradores, chegando, em alguns momentos, a 25% do faturamento.

As perspectivas do setor não são das melhores. Esperávamos em 1999 iniciar uma trajetória de crescimento moderado, mas a falta de um cenário mais nítido a curto prazo deixa-nos sem perspectivas. Precisamos crescer, temos capacidade ociosa, as margens se deterioram e as vendas estão aquém do potencial representado pelo tamanho da população animal e da necessidade de melhoria da sanidade e produtividade em termos de proteínas de origem animal."

Agroindústria canavieira

Caso a pensar

Muita reflexão será necessária para que se conheça o efeito final da liberalização cambial

Luiz Carlos Corrêa Carvalho
Superintendente da União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo



"A liberalização cambial trouxe um resultado altamente positivo: fez crescer a competitividade internacional do açúcar e do álcool brasileiros.

Já a expectativa criada no mercado internacional de que o Brasil exportaria muito mais gerou queda do preço do açúcar – um impacto que merece atenção e análise cuidadosa.

No que diz respeito ao álcool, medidas internas tanto privadas quanto de governo serão fundamentais para reverter um quadro que não pode ser considerado favorável."

Carnes frigorificadas

Dá para crescer

Apesar das previsões pessimistas para 1999, é preciso confiar na recuperação econômica do país

Nildemar Secches
Presidente da Perdigão Agroindustrial

"Foi positivo o aumento do volume de exportações. Apesar da pressão pela redução de preços em dólares, há uma demanda de maiores volumes para a exportação de carnes frigorificadas, principalmente frango e cortes especiais. Isso tende a compensar as recentes perdas de competitividade das exportações brasileiras em função da desvalorização da moeda da Tailândia – quarto maior exportador mundial de carnes de aves –, do aumento de subsídios por parte do governo francês e da forte redução de importações pela Rússia, além de uma redução generalizada no consumo global de *commodities*.

Fator negativo foi o aumento de preço de insumos, principalmente farelo de soja. Sendo o Brasil o segundo maior exportador de soja do mundo, o preço deste grão no mercado interno está atrelado ao mercado internacional. Independentemente do comportamento baixista dos preços externos, decorrentes de superoferta do grão, os preços internos de farelo de soja sofreram forte correção em reais imediatamente após a desvalorização cambial.

Existem outros insumos cujo peso relativo na composição de custos é pequeno mas que também sofreram aumento, pelo fato de serem importados ou produzidos a partir de itens importados, tais como material genético e alguns componentes do *premix* da ração para alimentação de aves e suínos.

Há outros fatores negativos. Tradicionalmente exportadora, a grande maioria das empresas do setor tem acesso a empréstimos em dólares com níveis internacionais de taxas de juros. Os balanços dessas empresas com certeza serão afetados pelo crescimento de passivos a curto e longo prazos.

No caso da Perdigão, a estratégia foi proteger os passivos de longo prazo em dólar através de mecanismos de *hedge* no mercado financeiro, ou seja, adquirindo ativos também reajustados pela variação cambial.

Apesar das previsões macroeconômicas mais pessimistas para o ano de 1999 no Brasil, com perspectivas após a desvalorização de crescimento nulo ou até negativo do PIB, inflação podendo atingir dois dígitos, taxas de juros elevadas, aumento de impostos e redução do acesso a créditos externos (mais baratos), a Perdigão reitera sua confiança na recuperação da economia do país. Mantém sua estratégia de continuar crescendo a taxas superiores às de mercado, seu nível de investimentos de longa maturação – orçado originalmente em mais de R$100 milhões somente no ano de 1999, especialmente para o projeto de expansão em Rio Verde – e sua agressiva política comercial, através do lançamento de novos produtos, especialmente na linha de conveniência e de maior valor agregado, e otimização de sua estrutura e distribuição."

Fertilizantes

Choque de competitividade

No curto prazo a mudança no câmbio traz um choque de competitividade às exportações agrícolas

Fernando Cardoso Filho
Presidente da Manah S.A.

"O principal efeito positivo da desvalorização cambial sobre o setor agrícola é a elevação da renda nominal dos agricultores. Lavouras tipicamente voltadas para o mercado externo, como café, soja, laranja e fumo, serão fortemente beneficiadas. Produtos que concorriam com importações, como trigo, algodão, arroz e leite, também serão beneficiados.

Ainda mais importante será a substancial melhora dos termos de troca para o setor, uma vez

que a elevação na renda será suficiente para compensar com sobra os eventuais aumentos no custo de alguns insumos. A conseqüência será um forte potencial de crescimento da demanda de insumos modernos.

Também melhora a competitividade das exportações agrícolas. É evidente que ainda se fazem necessários avanços na redução do custo Brasil, na redução da carga tributária, no padrão de financiamento e no protecionismo internacional. Mas no curto prazo a mudança no câmbio traz um choque de competitividade às exportações agrícolas.

Para 1999, previa-se que o consumo de fertilizantes repetiria o recorde alcançado em 1998, de 14,6 milhões de toneladas. Existe de fato um grande potencial de crescimento, que só se concretizará na medida em que as empresas do setor tenham resolvido seus novos problemas financeiros originários da maxidesvalorização, até então não prevista.

Produtos fitossanitários

Ajuda de custo

Em 1999 o setor vai colher os frutos da melhora das relações de troca do agricultor



Cristiano Walter Simon
Presidente executivo da Andef

Preservadas as condições básicas de sua operacionalidade, o setor de produtos fitossanitários vai colher os frutos da melhora das relações de troca do agricultor, tanto no mercado externo quanto no interno. A valorização das culturas de exportação, cotadas em dólar, aumenta a competitividade; enquanto os grãos que vinham sendo importados, entre eles feijão, arroz e principalmente trigo, passam a ser protegidos por estímulo ao plantio. Espera-se que a mudança no regime cambial, associada à queda na taxa de juros e ao esperado financiamento, operem para consolidar um novo patamar na produção de grãos na safra 1998/99 em cerca de 83 milhões de toneladas.

As expectativas giram em torno de uma oferta adequada de crédito para a agricultura. Pode-se mesmo chegar a uma explosão de demanda, que será atendida desde que respeitados os custos de reposição, pois o parque industrial brasileiro está perfeitamente dimensionado e tecnologicamente capacitado para atender a um crescimento do consumo, seja doméstico ou do Cone Sul.

Há aspectos negativos relacionados à parcela de produtos importados. Mas é necessário saber o que realmente representam em termos de participação percentual os produtos fitossanitários no custo operacional da produção agrícola em algumas importantes culturas do estado de São Paulo. Além disso, cada pacote tecnológico oferecido tem impacto diferente sobre o custo das formulações oferecidas no mercado, tornando-se difícil generalizar a situação para todo o setor.

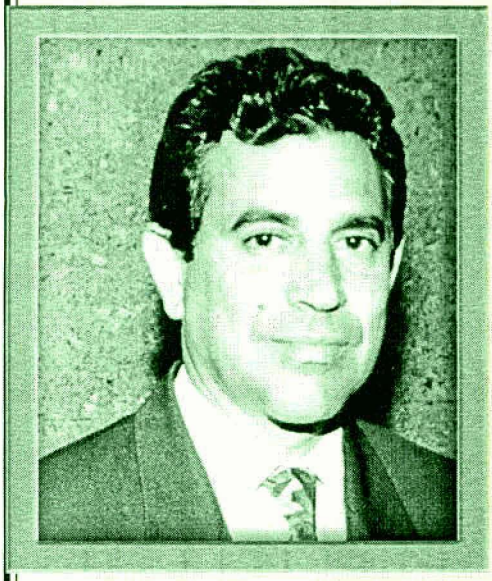
Os rumos previstos para os negócios em 1999 não sofrerão alterações significativas com a liberação do câmbio. Se ocorrerem, as mudanças serão positivas, com benefícios para o segmento de produtos fitossanitários, que em 1998 encerrou o ano com um crescimento de 17,5% e continua com todas as condições de repetir um desempenho semelhante em 1999.

A mudança no regime cambial, associada à queda na taxa de juros e ao esperado financiamento, operam para consolidar um novo patamar na produção.

A visão dos economistas

É agora ou nunca

A agricultura não agüenta mais servir de âncora para os planos econômicos do governo



Xico Graziano
Deputado federal pelo PSDB de São Paulo

É certo que a desvalorização do real trará ganhos de competitividade para os agronegócios brasileiros. Os setores exportadores de *commodities* tradicionais com mercados já conquistados, como açúcar, café e soja, terão suas receitas aumentadas em reais, mesmo com baixos preços no mercado internacional. Produtos diferenciados que já ocupam posições importantes na pauta de exportações, como suco de laranja, frango, carne bovina, ganharão não apenas no efeito-renda da desvalorização, como terão a chance de abrir novos mercados, visto sua competitividade ter aumentado. Essa possibilidade de conquista de mercados antes quase impenetráveis dará a muitos produtos nacionais um impulso inusitado, beneficiando os suínos e as frutas tropicais, por exemplo.

Por outro lado, o encarecimento das importações vai aliviar setores que estavam sendo estrangulados pela excessiva valorização do real, destacando-se o leite e a borracha – importações absolutamente freadas. Outras cadeias produtivas importantes terão realinhados seus negócios, favorecendo a produção nacional, como no caso do algodão e do trigo, embora sejam setores nos quais importações em volumes consideráveis continuarão necessárias.

É possível dizer que os agronegócios brasileiros contam com perspectivas bastante favoráveis, talvez as melhores dos últimos 10 anos. A geração de divisas e a oferta de empregos certamente valorizarão as cadeias produtivas ligadas à agricultura. O efeito multiplicador de renda no interior do país será fundamental para a transição da crise da economia, melhorando o desempenho de vários setores de comércio e serviços, particularmente dos menores municípios.

Contra essa expectativa favorável concorrem dois fatores: um de mercado e outro na esfera da política.

Quanto ao primeiro, preocupam as elevações abusivas de preços de insumos agrícolas. Embora seja certo que a desvalorização do real afetou os preços dos insumos cujos componentes sejam importados, os custos da produção agropecuária não poderão se elevar acima de 10% a 15%, sob pena de anular os ganhos nos preços.

Na política, estarrece observar as movimentações da área financeira do governo no sentido de aproveitar o aumento das exportações agrícolas para corrigir o déficit fiscal, através de eventuais aumentos de impostos, introdução de confisco ou revisão da Lei Kandir. Seria um retrocesso na política econômica do país. Mais que isso, seria inaceitável para os agronegócios brasileiros, uma verdadeira paulada na agricultura. Embora descabidas, tais medidas continuam sendo consideradas pelo governo e ameaçando o setor.

Contra esses dois fatores, os aumentos abusivos e a imposição de taxas, só há uma possibilidade: a capacidade de organização e de articulação dos agronegócios brasileiros. Ao invés de reclamar do governo, o setor precisa aprender a se organizar e defender seus interesses. Isto é, fazer política, o que exige capacidade de articulação interna, entre os vários setores que compõem as cadeias produtivas ligadas à agricultura. Muitas vezes, afinal, a disputa ocorre dentro da cadeia produtiva.

> *A possibilidade de conquista de mercados antes quase impenetráveis dará a muitos produtos nacionais um impulso inusitado.*

Esse é o melhor momento, quase o único, para caminhar na direção dessa articulação dos agronegócios brasileiros. Ou se toma consciência de que os

ganhos de competitividade devem se repartir entre todos os elos da produção, ou continuará a concorrência dentro das cadeias produtivas, quase sempre prejudicando a base da produção, o setor de dentro da porteira.

Talvez seja também a última chance para os economistas do país descobrirem a mina de ouro que representam os agronegócios brasileiros. No contexto de uma crise sem precedentes, a agricultura e os negócios dela dependentes aparecem como a melhor alternativa para transitar no rumo do futuro. Naqueles momentos de angústia, olhando o mercado financeiro caótico da globalização, acabarão descobrindo que, ao contrário de taxar, essa seria a hora de estimular as exportações para gerar empregos e renda no país.

A agricultura não agüenta mais servir de âncora para os planos econômicos. Chegou a sua hora de abrir caminho para o desenvolvimento nacional. ”

A visão dos economistas

Virada salutar

O novo regime de flutuação da taxa cambial libertará a economia da ditadura dos juros altos

Delfim Netto
Deputado federal pelo PPB de São Paulo

“ A sobrevalorização cambial e sua aliada, a política de juros escorchantes, produziram uma enorme transferência de renda do setor agrário para os setores urbanos. Reduziram a renda derivada das exportações dos produtos agropecuários e estimularam importações predatórias, deprimindo os preços internos e aprofundando o processo de descapitalização do setor rural.

A mudança do regime cambial é um fato positivo porque permite interromper este processo destrutivo. Melhora a remuneração em reais dos produtos exportáveis e aumenta o poder de competição da produção nacional ante os importados.

O mais importante é que o novo regime de flutuação da taxa cambial permitirá libertar a economia da ditadura dos juros altos. Com a queda dos juros, pode-se pensar em mudar o processo de descapitalização do setor, com a retomada dos investimentos para expandir a produção e melhorar os níveis de produtividade.

No curto prazo ainda teremos que enfrentar uma recessão que deve durar pelo menos mais um semestre. A recuperação dos negócios vai depender basicamente:

- da capacidade do governo para realizar o ajuste das contas internas, impedindo o crescimento da dívida pública em relação ao PIB;
- da rapidez com que soubermos negociar a dívida externa, restabelecendo as linhas de crédito no exterior, inclusive para o setor privado;
- de coragem e habilidade para obter uma rápida queda nas taxas de juros;
- da competência para implementar um programa vigoroso de estímulo às exportações;
- e finalmente, mas não menos importante, da disposição de dar um efetivo suporte à agricultura, com crédito na hora certa do plantio, seguro contra perdas nas colheitas e financiamento para investimentos e na comercialização.

A mudança do regime cambial é um fato positivo porque permite interromper o processo destrutivo em que nos encontrávamos.

Essas são as ações básicas no curto e médio prazos para superar a crise e retirar o país da recessão. A liberalização cambial permite que o governo trabalhe na montagem de uma nova política que estabeleça as condições para a retomada do desenvolvimento, com equilíbrio interno e externo. Se o governo puser a ênfase de sua política – como temos reclamado insistentemente – na promoção das exportações e no financiamento amplo e irrestrito da atividade agrícola, poderemos ter a agradável surpresa de ver nossa economia voltar a crescer rapidamente, reduzindo os indecentes índices de desemprego que hoje se verificam nas cidades e no campo. ”

Aposta no sucesso

O agribusiness será favorecido e o câmbio livre se traduzirá em aumento de renda no campo



Mailson da Nóbrega
Consultor e ex-ministro da Economia

O principal efeito positivo da recente liberalização cambial será o aumento líquido da renda real de alguns segmentos dos agronegócios. No caso de alguns produtos agrícolas, dependendo da participação dos insumos importados no custo de produção, o aumento da renda do produtor rural pode ser bem expressivo.

Mas há riscos também. Se não for acompanhada de medidas de estabilização, via âncora monetária, a desvalorização pode se transformar em inflação, tornando o ganho real inexpressivo ou até nulo. Aliás, dependendo da intensidade do processo, o segmento agrícola pode se transformar de grande beneficiário em grande perdedor do processo. A experiência mostra que a agricultura é fortemente prejudicada em processos de inflação.

Se não for acompanhada de medidas de estabilização, via âncora monetária, a desvalorização pode se transformar em inflação, tornando o ganho real inexpressivo ou até nulo.

Voltando ao cenário positivo, no qual não há o retorno da inflação, é claro que o aumento de renda não será equivalente ao percentual da desvalorização do câmbio. Haverá aumentos de custo dos insumos e também de mão-de-obra.

Tendência de queda nas commodities agrícolas

Haverá também queda dos preços em dólares das *commodities* agrícolas. Aliás, já houve. A queda dos preços da soja no mercado externo corresponde, em grande medida, à antecipação já realizada pelo mercado do aumento da competitividade do complexo soja brasileiro.

Devemos ser otimistas e imaginar que o processo terá êxito. O agribusiness será favorecido e o câmbio livre se traduzirá em maior plantio, aumento da demanda por insumos, aumento da renda no campo, ganhos no processamento, na industrialização e na comercialização das safras. E, é claro, esse ganho de renda se multiplicará nos demais segmentos econômicos.

Ou seja, devemos todos torcer para que o processo no Brasil se pareça mais com o caso coreano do que com o mexicano.

Depois da tempestade

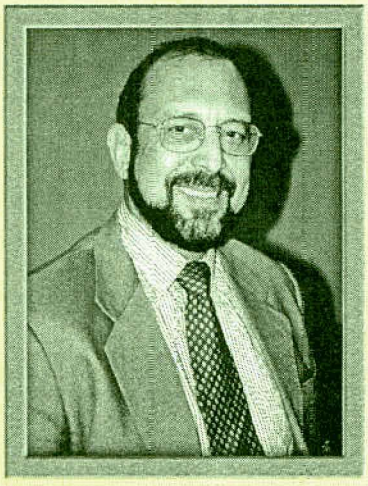
Na Coréia houve uma inflação de curta duração e a taxa de câmbio, após o processo de *overshooting*, se estabilizou em patamar muito menor do que o atingido no pico da subida do câmbio. É claro que houve perdas também. Empresas quebraram, os salários caíram, o desemprego aumentou. Mas depois dessa fase, houve ganhos importantes de produtividade para a indústria coreana. Já no México, a desvalorização foi praticamente tomada pelo processo inflacionário. No caso do Brasil, se repetíssimos a experiência mexicana, os efeitos seriam ainda mais desastrosos.

Mas devemos ser otimistas.

Incentivo e incerteza

A liberalização do câmbio incentiva a exportação mas traz incertezas quanto ao processo inflacionário

Antonio Carlos Porto Gonçalves
Diretor do Instituto Brasileiro de Economia da FGV



"Os fatores positivos que a liberalização do câmbio trouxe para a economia brasileira são, à primeira vista, o incentivo à exportação, inclusive serviços, e proteção maior contra a competição estrangeira.

Em termos de fatores negativos, no entanto, o pior parece ser a incerteza quanto ao processo inflacionário.

A maior contenção de despesas por parte do governo vai diminuir o tamanho do negócio de consultoria. A inflação incerta torna incertos os nossos custos."

Poder aquisitivo em xeque

Os produtos agrícolas ficam mais competitivos mas as taxas de juros e a inflação preocupam



Ignez Vidigal Lopes
Chefe do Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/FGV

"Desde a edição do Plano Real a agropecuária brasileira experimentou acentuada queda de preços e renda. Algodão, milho, soja, leite e frango foram algumas das *commodities* mais afetadas, tendo os preços acumulado quedas de até 40% após 1994. A chamada âncora verde só não teve efeitos piores sobre a renda líquida dos produtores rurais porque foi em parte acompanhada pela queda dos preços dos insumos agrícolas, principalmente os fertilizantes.

A liberalização do câmbio veio inverter a tendência anterior. As *commodities* agrícolas, por serem transacionadas no mercado internacional, foram diretamente afetadas com a alta de seus preços em reais. As cotações de produtos como soja, farelo e café dispararam e já não há que falar em âncora verde.

Ademais, a liberalização ocorreu quando a safra de grãos já estava plantada, o que tende a magnificar o efeito sobre os preços, pois não é possível aumentar a produção no curto prazo e, por outro lado, a política de contenção dos gastos governamentais já não anima a manutenção de estoques reguladores de grãos.

Além do efeito imediato da elevação dos preços médios das *commodities* agrícolas, outro fator é a tendência de melhoria da competitividade de nossos produtos no mercado externo, viabilizando margens positivas na exportação. Os produtos agrícolas ficam também mais competitivos no mercado interno, onde no passado recente vinham perdendo espaço para os produtos importados, beneficiados pelo câmbio barato. Produtos como feijão, trigo e algodão tiveram sua importação exacerbada nos anos recentes.

Como efeitos negativos da liberalização cambial, podemos esperar a elevação das taxas de juros

e a volta da inflação. Juros altos comprometem ainda mais a capacidade de pagamento das dívidas dos produtores rurais e a inflação tende a corroer o poder aquisitivo dos consumidores. O Plano Real teve um efeito surpreendente na expansão do consumo interno de alimentos processados, sobretudo laticínios e carnes, de maior elasticidade-renda da demanda. A queda nesse segmento de consumo poderá afetar o desempenho do mercado interno do setor do agribusiness.

Conta a pagar

Não se consegue perceber que uma das contas mais difíceis de pagar é a do desemprego rural



Mauro de Rezende Lopes
Economista do Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/FGV

A sobrevalorização do real representava um imposto implícito sobre as exportações do complexo agroindustrial brasileiro, cujas conseqüências foram medidas em estudo levado a efeito pelo Centro de Estudos Agrícolas, da Fundação Getulio Vargas, que mediu os efeitos das políticas públicas sobre a eficiência e a competitividade do agribusiness brasileiro. O imposto, por incidir sobre os agricultores que não podiam transferi-lo para fora do setor, a menos que o abandonassem, representava uma distorção sobre setores de exportação que deveriam se desenvolver após a abertura comercial. Prejudicava o setor agrícola na medida em que barateava os custos de produtos importados, que competiam com a produção doméstica. Com a abertura de setores importantes do agronegócio brasileiro acabaram sofrendo uma concorrência ruinosa com o produto importado, sob a forma de um subsídio implícito aos produtos provenientes do exterior.

Se algum benefício havia, através da importação de fertilizantes e componentes de princípios ativos de defensivos, cujos efeitos podiam melhorar o desempenho do setor, estes eram muito pequenos em relação à menor remuneração dos fatores domésticos usados nas explorações agrícolas, tais como a terra, o trabalho e o capital. O balanço final da sobrevalorização cambial era sempre negativo para o setor. Aliado à importação de produtos subsidiados no exterior, importados livremente, sem quaisquer mecanismos de defesa da concorrência comercial, o câmbio sobrevalorizado teve efeitos altamente negativos sobre a produção nacional de produtos exportáveis e produtos que substituiriam os produtos importados.

Os efeitos da sobrevalorização cambial e da importação sem defesa comercial foram de tal magnitude que geraram um notável desemprego no setor rural brasileiro. A sociedade não se deu conta de quantos empregos estavam sendo perdidos com a queda da área de cultivo de algodão e leite em pó (dois produtos intensivos no uso da mão-de-obra rural), trigo e arroz, para citar apenas alguns exemplos. O Brasil passou de quarto produtor mundial e sexto exportador mundial de algodão para a posição ímpar de maior importador do mundo da fibra – gastando quase US$1 bilhão nas importações de fibra e subprodutos do algodão. O país chegou a importar cerca de 2 milhões de toneladas de arroz e quase 6 milhões de toneladas de trigo.

As importações atingiram outros elos das cadeias agroindustriais, como a cadeia do algodão e dos produtos têxteis, atingindo outros subsetores, como os de fios, tecidos e confecções, produtos industrializados do trigo e produtos lácteos. Enquanto isso, o câmbio sobrevalorizado passava a representar um subsídio implícito para quem importava, produtos cujos setores produtores acabaram tendo que solicitar ao governo regimes especiais, tais como os que foram implementados para o setor calçadista, a linha branca, os produtores automotivos – criando-se exceções à Tarifa Externa Comum do Mercosul.

As conseqüências desta sobrevalorização do câmbio estão nas manchetes dos jornais e dispensam comentários: a inflação volta a assaltar o pesadelo do país. O que não se consegue perceber é que uma das contas mais difíceis de pagar permanece ignorada pela maioria da população, possivelmente incapaz de somar todas as contas que são a causa do seu empobrecimento (déficit fiscal, aumento da dívida interna, aumento da dívida das empresas, necessidade de aumento dos juros, recessão e tudo mais que se segue, inexoravelmente). O desemprego rural, que gera o desemprego urbano, é, sem sombra de dúvida, uma das contas que deveria preocupar muito o homem da cidade.

Brutal recessão

A adoção de uma política monetária restritiva faz prever um ano de alta recessão para a economia

Ernesto Pierobon
Economista do Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/FGV

Entre os fatores negativos provocados pela liberalização cambial promovida no dia 15 de janeiro de 1999, com desvalorização do real de 70% no ano, o mais grave e assustador é a possibilidade da volta da inflação e seus perversos efeitos sobre todo o sistema econômico. Apesar de as variações atuais da taxa de câmbio (por volta de R$2,06 ao final de fevereiro) refletirem um processo conhecido como *overshooting* – variação exagerada da taxa de câmbio, onde a moeda nacional tende a desvalorizar-se além de um limite razoável dado pelos fundamentos da economia brasileira –, existe o temor do retorno da indexação, o que tornaria permanente um processo inicialmente transitório de alteração de preços relativos da economia.

A inflação já se fez sentir em fevereiro: segundo o IGP-M da FGV, atingiu a taxa de 3,61%, apesar de a economia brasileira apresentar condições favoráveis para evitar o descontrole inflacionário. É uma economia relativamente fechada ao exterior, o que minimiza os efeitos do aumento de preços dos bens e insumos importados, e vive situação recessiva desde meados de 1998, o que dificulta o repasse do aumento de preços ao consumidor. Isso pode ser observado nos índices de preços do atacado, com inflação maior que os de preços ao consumidor. O temor da volta da inflação faz com que o governo tenha que elevar as taxas de juros para buscar mais equilíbrio nas variações da taxa de câmbio e do processo inflacionário. A necessidade da adoção de uma política monetária restrita de curto prazo, combinada com uma política fiscal ainda mais restrita e urgente, nos faz prever um ano de alta recessão para a economia. Autoridades do governo já falam em redução da atividade de 4% em 1999. O grau de recessão será proporcional ao atraso no ajuste fiscal que deve ser implementado por todas as esferas de governo, seja federal – incluindo as empresas estatais –, estadual ou municipal.

Além da inflação e da recessão da economia brasileira, a desvalorização do câmbio recai sobre a estrutura de custos das empresas nacionais que precisam importar equipamentos ou insumos necessários para o processo produtivo, diminuindo de imediato a competitividade desses setores. Este é um efeito que perdurará enquanto não for revertida a magnitude da desvalorização. Além disso, o governo já deu sinais de que, se for preciso, diminuirá tarifas de importação de produtos que tiverem aumentos abusivos no mercado interno para que não repassem aos consumidores seus aumentos de custo. Tal medida causará impactos negativos na competitividade de setores expostos à concorrência desleal e predatória praticada por certos países.

A adoção de maiores taxas de juros para controle da inflação terá conseqüências perversas sobre o mercado de crédito do Brasil, piorando as péssimas condições de financiamento encontradas aqui ante as condições de países concorrentes no mercado mundial, mesmo sob a diminuição de demanda de financiamento em virtude da recessão. O problema piora quando se sabe que há meses estão sendo reduzidas as linhas de crédito comercial e interbancário dos bancos estrangeiros para o Brasil, diminuindo a oferta de crédito. Sem contar o impacto negativo da falta de financiamento para as exportações brasileiras.

Todos os aspectos negativos advindos da desvalorização do real (inflação, taxas de juros altas e recessão) estão concentrados no curto prazo da economia brasileira, tanto mais curto quanto mais baixa for a inflação, menos indexação houver na economia e mais rápido se resolverem os graves problemas fiscais que há anos vêm assolando a economia.

Estabilizada a taxa de câmbio, passado o período de *overshooting*, virão os frutos da adoção de um regime cambial sem os artifícios gerados pelo modelo anterior. O setor externo da economia terá um ajuste natural, trazendo o déficit em conta corrente a um nível compatível com o tamanho dos fluxos líquidos de capitais internacionais e beneficiando a balança comercial. A taxa de juros deverá cair a um nível capaz de estimular os investimentos necessários à busca de maior competitividade da economia brasileira. O potencial de crescimento natural da economia será

liberado, depois de ser travado pelas sérias restrições impostas pelo regime de câmbio controlado.

Se as autoridades implementarem um ajuste fiscal sério, conseguindo mudar a âncora cambial para uma âncora fiscal de médio a longo prazo, os efeitos da liberalização cambial sobre a economia tendem a ser altamente positivos.

O curto prazo para o agribusiness

No curto prazo, as perspectivas da economia brasileira são ruins na medida em que será necessária a adoção de uma política monetária restritiva para o controle do impacto inflacionário do processo de desvalorização do real. Somada à urgente política fiscal restritiva, essa restrição monetária levará o país a uma brutal recessão este ano, algo em torno de 4%. Apesar de minimizarem os efeitos inflacionários dos produtos agrícolas, a perspectiva de queda acentuada da demanda interna e a safra recorde de grãos observada neste ano (83 milhões de toneladas) não conseguem alterar o cenário pessimista com relação à rentabilidade de setores do agribusiness que não estão voltados para o mercado mundial, ou seja, que dependem exclusivamente do comportamento do mercado interno. Os incluídos no competitivo mercado mundial terão possibilidade de aumentar suas vendas externas, mesmo com a esperada queda da demanda.

O esperado crescimento das exportações após a alteração do câmbio não vai atingir todo o seu potencial. Há meses estão sendo reduzidas as linhas de crédito comercial dos bancos estrangeiros para o país, devido à elevação do risco Brasil nos mercados de capitais internacionais. ”

Sinal de mais

Um câmbio ajustado sinalizará para que empresários invistam e aloquem eficientemente seu capital

Ricardo Simonsen
Chefe do Centro de Finanças do IBRE/FGV

“ A melhoria no preço recebido pelo produto exportado é um ponto positivo da desvalorização do real por permitir um aumento da renda doméstica. Com os ganhos de produtividade conseguidos nos últimos anos, o exportador terá maior capacidade competitiva para colocar seus produtos no mercado internacional. Um câmbio ajustado no médio prazo dará o sinal correto para que os empresários realizem seus investimentos e façam uma alocação eficiente de seu capital.

Como ponto negativo temos a necessidade de implementar políticas restritivas de curto prazo para evitar os efeitos do câmbio na inflação. O Banco Central deve se preocupar em manter a inflação sob controle.

Pode aparecer também um aumento temporário no desemprego, gerado por uma mudança na alocação produtiva e na demanda de mão-de-obra. Outro efeito negativo é o fato de algumas empresas estarem descasadas com passivo em dólar. Este deverá ser um efeito localizado, já que muitas tiveram tempo de fazer *hedge* para seus passivos.

No caso brasileiro, a questão da credibilidade sobre a política econômica, em especial sobre a questão fiscal, reduziu o crédito externo e trouxe uma volatilidade indesejada ao câmbio. O governo terá que reforçar o ajuste fiscal, importante para a sustentação da política monetária, o que trará efeitos negativos no curto prazo, mas grandes benefícios posteriores, já que a estabilidade trará de volta os investimentos. No curto prazo, enquanto o governo não resolver a questão fiscal, a rolagem da dívida e houver desconfiança sobre o comportamento da inflação, os investidores permanecerão reticentes.

Na questão do câmbio, o Banco Central deve ter uma política de intervenção, visando reduzir os movimentos bruscos e operando em torno de um valor de equilíbrio. Só de fevereiro a julho teremos US$11 bilhões em Eurobonds vencendo, o que alimenta expectativas voláteis sobre o comportamento do câmbio.

É normal que o câmbio tenha uma subida forte no primeiro momento, cedendo depois para

o equilíbrio, especialmente quando há uma desconfiança inicial sobre a eficácia da política econômica. Se o governo fizer bem o seu "dever de casa", a questão poderá se inverter e, mais tarde, o Banco Central terá que lidar com um fluxo positivo de capitais externos, cuidando para evitar uma valorização excessiva.

As perspectivas para o agribusiness

Os preços das principais *commodities* são formados nos mercados internacionais; logo, uma desvalorização é benéfica ao produtor, aumentando a renda agrícola em um momento difícil em que o mercado de grãos se encontra estocado e a busca por compradores se torna mais competitiva. Além do benefício direto ao exportador de soja, café, laranja, açúcar e outros, o encarecimento do dólar trará vantagens aos que concorrem com importações, como o trigo, arroz etc.

Considerando que parte dos custos está atrelada ao dólar, como defensivos, fertilizantes e máquinas com componentes importados, e que a recessão não permite um repasse total do aumento da taxa de câmbio para as vendas domésticas, o resultado final para o produtor será positivo.

A desvalorização não terá efeito sobre o volume ofertado para este ano: a safra já está plantada. Mas deverá estimular o crescimento da área plantada para a safra do ano 2000.

A visão dos economistas

Além das aparências

Em um mercado globalizado, as tendências e os impactos setoriais ganham uma nova dimensão

GUILHERME BASTOS
Economista agrícola da Universidade de Maryland (EUA) e do Banco Mundial

O *timing* de desvalorização e liberação cambial não poderia ter sido melhor. As exportações agrícolas devem ajudar a pressionar as cotações para baixo. Mas é difícil perceber se isso será suficiente para trazer as cotações a níveis razoáveis de 1,50 a 1,60 – ou seja, 1 + inflação em real desde julho de 1994.

Por outro lado, o comportamento das exportações não parece tão linear quanto se poderia acreditar à primeira vista. As análises de equilíbrio parcial, diante de um mercado globalizado, são cada vez mais inadequadas e restritas para se acompanhar tendências e avaliar impactos setoriais. Por exemplo, o mercado internacional em geral ainda se encontra pressionado para baixo – levando em conta o processo de deflação pelo qual diversos países desenvolvidos estão passando, entre eles o Japão.

Grandes países como Rússia e Indonésia também sofreram processos de desvalorização cambial recentemente. Da mesma forma como acontece no Brasil, os importados desses países ficaram mais caros enquanto suas exportações ficaram mais baratas. A ameaça de processo semelhante na China pode ainda perturbar o mercado significativamente. Como tudo isso afetará o desempenho das nossas exportações, é uma incógnita.

A mudança do regime cambial é um fato positivo porque permite interromper o processo destrutivo em que nos encontrávamos.

Pouco confiável

O governo afirma que não vai taxar as exportações; mas a fonte de arrecadação das tarifas de importação deverá diminuir. Para quem procura balanço fiscal, com gastos ainda exorbitantes, essa não parece ser uma medida muito confiável. Se as exportações ficarem um pouco acima do usual e os preços aumentarem no mercado interno, é bem possível que o governo volte atrás.

Por enquanto, tudo não pode passar de suposições.

Contra a corrente

Os setores mais afetados são os que apresentam maiores volumes de produtos transacionáveis com o exterior

Marcos Sawaya Jank

Professor da Esalq-USP e pesquisador-sênior do Programa de Agribusiness da USP (Pensa)

Eduardo Luís Leão de Sousa

Doutorando em economia aplicada pela Esalq/USP e pesquisador da Fipe-Agrícola e do Pensa

Commodities transacionáveis em geral têm seus preços fixados a partir da cotação em dólar nos mercados físicos e futuros das bolsas internacionais, convertidos em moeda nacional pela taxa de câmbio vigente. É caso típico do complexo soja e do café, produtos que sofreram aumentos expressivos nos seus preços em reais após a desvalorização.

Recentemente, o porta-voz do presidente espelhou a desinformação generalizada que reina no país sobre o assunto, quando associou o aumento do preço do frango a um suposto consumo de "ração importada". Na realidade, a ração ingerida pelas aves e suínos é totalmente nacional, porém parte dos seus componentes têm preços fixados pela Bolsa de Chicago, como o farelo de soja. Numa economia aberta, esses preços caem quando ocorre uma valorização real da moeda, e aumentam quando ocorre uma desvalorização. É por isso que durante os dois primeiros anos do Real a agricultura foi chamada de âncora verde do Plano, já que a moeda, então sobrevalorizada, forçou pesadas reduções nos preços dos produtos agrícolas e dos alimentos. Com a desvalorização, os produtos transacionáveis tendem a recuperar o espaço perdido, só que infelizmente de forma um tanto abrupta.

Efeitos diferenciados

É incorreto, entretanto, afirmar que todos os setores do agribusiness estariam agora aumentando preços e melhorando os termos de troca. Os primeiros estudos a respeito do impacto da desvalorização mostram que os efeitos serão bastante diferenciados. Tudo vai depender do produto ser exportável, importável ou simplesmente não-transacionável (restrito ao mercado doméstico) e do grau de dependência e inserção no mercado internacional de cada produto. Além disso, os efeitos são também distintos para cada elo da cadeia produtiva (indústrias de insumos, agricultura, processamento etc.), gerando importantes efeitos redistributivos.

Além dos efeitos tipicamente domésticos, a desvalorização da moeda brasileira atinge o processo de consolidação do Mercosul. A integração ampliou a fronteira comercial do bloco, que hoje vai do extremo Norte brasileiro aos confins da Patagônia. Porém o jogo competitivo foi ocorrendo sem que as regras para os jogadores fossem adequadamente harmonizadas. É como uma grande partida de futebol comandada, em cada campo, por juízes diferentes que se utilizam de regras estabelecidas no calor da própria conjuntura. Mas as três regras mais importantes – taxa de câmbio, taxas de juros e matriz de impostos – ainda não têm paralelos minimamente confiáveis, principalmente por parte do maior jogador, o Brasil. A consolidação do mercado comum exige uma boa dosagem de regras estáveis supranacionais que disciplinem a conduta dos governos, sob o risco de pôr tudo a perder.

Como fica o futuro

No agribusiness, a retomada das exportações passa pelo equacionamento do problema tributário, pela redução do custo Brasil (principalmente na eficiência do transporte interno e da estrutura portuária), pela melhora dos sistemas de financiamento da produção e das exportações e por uma ação incisiva nos fóruns internacionais em relação ao protecionismo dos países ricos. Neste último aspecto, é fundamental iniciar imediatamente um esforço dos setores público, privado e acadêmico para definir os reais interesses do país e o mandato negociador para a próxima rodada de negociações agrícolas da OMC.

No Mercosul, o jogo competitivo foi ocorrendo sem que as regras para os jogadores fossem adequadamente harmonizadas.

Sangue, suor e lágrimas

A desvalorização cambial pode trazer benefícios para o agribusiness, mas isso impõe sacrifícios

Paulo Rabello de Castro e Ivan Wedekin
Sócios-diretores da RC,W Consultores

"A desvalorização significa um empobrecimento geral do país. No entanto, ela não produzirá impactos iguais sobre todos. Seus efeitos sobre os setores econômicos e as pessoas podem ser classificados em a) direto ou indireto; b) permanente ou temporário; e c) imediato ou defasado.

Alguns exemplos:

- efeito direto, imediato e permanente: aumento do valor da dívida líquida, denominada em dólar, de empresas que não tinham no momento da desvalorização qualquer tipo de proteção ou *hedge* cambial;
- efeito direto, permanente e defasado: alteração (não imediata) da matriz produtiva com aumento de participação dos produtos exportáveis e substituidores de importação;
- efeito indireto, temporário e defasado: eventual queda da qualidade dos produtos nacionais pela diminuição da competição de produtos importados e compras de insumos de fora; caso ocorra, este será um efeito indireto, não imediato e deverá ser temporário, sob pena de reações negativas dos consumidores (diminuição de compra e preferência pelo produto importado, mesmo que mais caro).

Checklist dos impactos

- *Passivos em moeda estrangeira* – Serão fortemente afetadas as empresas e pessoas com débito em moeda estrangeira sem proteção cambial. Empresas que importaram e venderam produtos a prazo (veículos, por exemplo), com certo equilíbrio entre ativo e passivo, só serão afetadas caso se registre uma piora no contas a receber.
- *Custos e coeficiente de importação* – O impacto será mais profundo em empresas com preponderância de insumos importados na sua matriz produtiva, como trigo e petróleo, por exemplo. O Brasil importa 45% do petróleo processado e cerca de 75% do trigo consumido.
- *Estrutura do mercado e capacidade de transferência do aumento de custos para o consumidor* – Nos mercados mais competitivos ocorrerá diminuição da margem do produtor ou indústria, pois não será possível repassar integralmente o aumento de custos para os preços, principalmente pela queda de renda do consumidor. Nos mercados monopolizados, oligopolizados ou controlados pelo setor público (caso dos combustíveis, por influência da Petrobras), a tendência é de repasse integral do aumento de custos, sob pena de redução da demanda.
- *Produtos essenciais e supérfluos* – Os produtos supérfluos, principalmente os de origem importada, sofrerão uma queda acentuada de demanda resultante do aumento de preços simultaneamente à diminuição da renda disponível do consumidor. Os produtos essenciais tendem a ter um consumo mais estável. O aumento do preço do trigo tende a ser repassado na íntegra para o preço da farinha e seus derivados. No entanto, a indústria moageira – que opera com margens baixas nesta *commodity* – enfrentará queda de margem, pelo menos no curto prazo.
- *Reordenamento no comércio exterior* – A desvalorização amplia a competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo, caso os países concorrentes não desvalorizem suas moedas em igual proporção.

A desvalorização produz forte impacto sobre o balanço de pagamentos, pela diminuição das importações e aumento das vendas externas.

A desvalorização produz forte impacto sobre o balanço de pagamentos, pela diminuição das importações e aumento das vendas externas. A razão principal é que a desvalo-

rização aumenta a relação câmbio/salários, significando uma redução de custos para as empresas exportadoras.

Os ramos exportadores tradicionais (agribusiness, materiais de transporte, produtos de mineração etc.) serão privilegiados pela correção cambial. Serão também favorecidos os segmentos produtivos que enfrentaram a enxurrada de produtos estrangeiros no mercado doméstico, inclusive os produtos importados com subsídios na origem (leite e derivados provenientes da União Européia, por exemplo).

Segundo estudos sobre os países emergentes, num período inicial de até seis meses de duração, ocorre uma queda das exportações, por conta da redução do crédito e do virtual desmantelamento dos contratos e até processos produtivos. A taxa máxima de crescimento das exportações dos países foi atingida cerca de 18 meses após a correção cambial. Mas a reversão do saldo da balança comercial acontece no curto prazo, devido ao mergulho das importações.

- *Renda interna do agribusiness* – Em 1999, a renda interna em reais do *agribusiness* será ampliada mais pelo efeito-preço do que pelo efeito-quantidade exportada. Não é possível alterar a quantidade produzida de grãos, cuja safra de verão já foi há muito plantada e começou a ser colhida em fevereiro. No entanto, ocorrerá um aumento da quantidade exportada em função da diminuição do poder de compra da população (este é o outro lado da moeda da relação câmbio/salário). O aumento da quantidade exportada deverá ocorrer a partir do ano 2000, favorecendo a recuperação do *market share* (mais em volume do que em valor) do Brasil no mercado internacional.
- *Reordenamento da matriz produtiva* – O consumo será mais restritivo em relação à importação, propiciando um incentivo ao aumento da produção nacional, caso as empresas nacionais não aumentem seus preços na proporção da desvalorização da moeda. A alteração cambial modifica a matriz produtiva, ampliando a produção, a renda e o emprego no país.

Nos últimos anos, a abertura comercial, a valorização do real e as altas taxas de juros reduziram a força competitiva da produção doméstica. Cresceu a importação de matérias-primas e de produto acabado. O algodão produzido do país foi preterido pela indústria e, mais ainda, os tecidos e as confecções nacionais foram substituídos por bens importados. O Brasil passou a importar mais borracha e, ainda por cima, pneus novos e usados, com grandes prejuízos à produção e ao emprego internos.

Agora, os setores anteriormente mais atingidos serão os mais beneficiados, caso tenham sobrevivido até os dias atuais.

- *Preços dos produtos exportáveis* – O exportador tende a auferir um aumento de renda em reais na exportação dos produtos. No entanto, esse aumento depende da estrutura do mercado mundial e da estratégia empresarial. As empresas poderão utilizar parte do aumento da receita em reais para reduzir seus preços (em dólares) ao importador, como forma de ampliar o volume de vendas e o *market share* internacional. Poderão até mesmo fazê-lo por pressão do importador, notadamente os de grande poder de compra. A queda recente dos preços do açúcar, café e outras *commodities* agrícolas confirma esta tese.

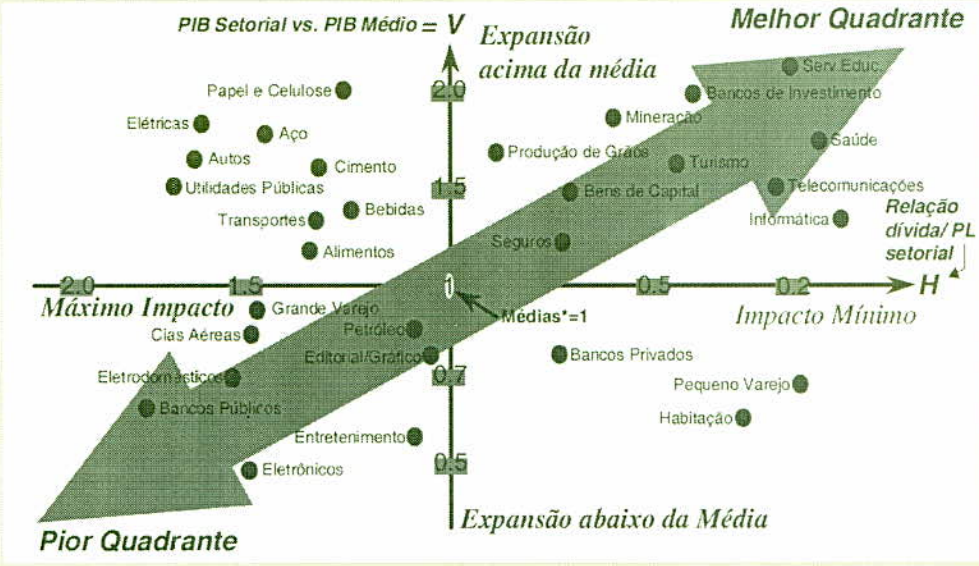
Além da estrutura do mercado e da recomposição de forças entre exportadores e importadores, não se deve esquecer que a variação dos preços das *commodities* de origem agrícola e mineral depende dos fatores fundamentais do balanço de oferta e demanda mundial. A queda excepcional dos preços da soja abaixo do patamar de US$4,5/*bushel* é o exemplo mais claro da conjunção de fatores: a recomposição dos estoques mundiais e a desvalorização da moeda brasileira.

O inverno rigoroso nos EUA certamente reduzirá a produção de laranja da Flórida, facilitando o aumento de preços ao produtor paulista. O Brasil não é competitivo na exportação de milho, mas parte da desvalorização será repassada para os preços internos caso o país precise importar quantidades significativas do cereal. Certamente, o cereal cederá espaço para a soja e o algodão no plantio da safra de verão de 1999/2000, a partir de setembro próximo.

A variação dos preços das commodities de origem agrícola e mineral depende dos fatores fundamentais do balanço de oferta e demanda mundial.

- *Preços relativos* tradables versus non tradables – Os preços dos produtos e serviços não transacionados com o exterior (*non tradables* – principalmente os serviços, como consertos em geral, cabeleireiros etc.) perderão em relação ao comportamento dos pre-

Matriz de Ganhos e Perdas na Desvalorização Cambial



** Médias: Vertical (V) = PIB Médio Projetado para 1999*

Horizontal (H) = Relação Média Dívida x Patrimônio Líquido entre Setores

ços de bens transacionados.

Ganhos e perdas setoriais na desvalorização

A matriz setorial apresentada no gráfico distribui os setores econômicos segundo o nível de impacto financeiro da desvalorização (eixo horizontal) e segundo as perspectivas de crescimento de cada setor (eixo vertical).

Os setores foram quantificados segundo o grau de exposição líquida de seus passivos às variações cambiais. Também foram analisadas as estruturas de custos dos segmentos, punindo importadores líquidos.

O setor de eletroeletrônicos também será punido, pela elevação dos preços dos insumos e produtos finais, devendo apresentar um desempenho de produção bem abaixo do PIB médio.

As empresas de papel e celulose terão suas exportações incentivadas pela desvalorização do real e deverão crescer bem acima do PIB médio nacional. Serão punidas no entanto pelo fato de terem uma relação dívida/PL bem acima da média dos setores econômicos. A indústria de alimentos está localizada nesse mesmo quadrante, devendo mostrar uma atividade produtiva razoavelmente acima do desempenho setorial médio.

Vê-se que a produção de grãos, principalmente de soja, está posicionada no melhor quadrante, pois o setor tenderá a crescer acima do PIB médio, ao mesmo tempo em que tem uma posição razoável no indicador H (relação entre a sua dívida e o seu PL – patrimônio líquido).

No episódio anterior da desvalorização da moeda brasileira em 1983 incentivou-se também a produção de grãos no Brasil. No primeiro plantio seguinte (safra 1983/84), registrou-se um aumento de 1 milhão de hectares na área plantada com cereais e oleaginosas, que passou de 36,3 milhões para 37,3 milhões de hectares. Em duas safras, o ganho acumulado de área foi de 2,2 milhões de hectares. Com isso, a produção de grãos saltou do patamar de 50 milhões de toneladas no início dos anos 80 para 57 milhões de toneladas na safra 1985/86.

O novo regime cambial

A experiência internacional mostra que as economias emergentes estão migrando desde a década de 70 de um regime cambial fixo para um regime cambial flexível. Em relação aos países de regime cambial rígido, as economias emergentes que trabalham sob câmbio flexível apresentam: a) superávit na balança comercial; b) taxas de inflação maiores e mais instáveis; c) maiores taxas de crescimento. Quando a situação é de crise cambial, porém sem crise bancária, o tempo médio de recuperação dos mercados emergentes é de um ano e meio.

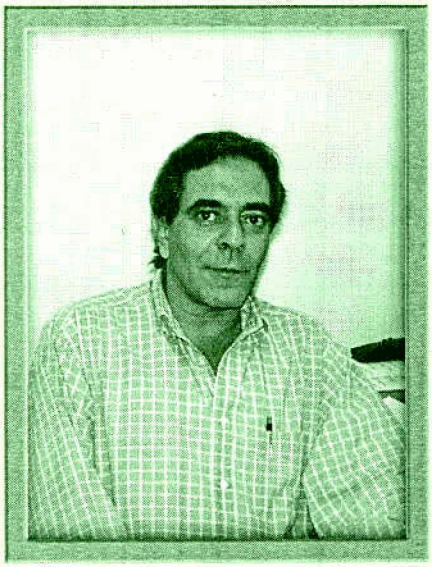
O Brasil não é competitivo na exportação de milho, mas parte da desvalorização será repassada para os preços internos se o país precisar importar.

Em síntese, a desvalo-

rização cambial poderá trazer benefícios duradouros para o setor produtivo nacional e o agribusiness em particular. No entanto, para que tais ganhos sejam alcançados, será preciso mais do que "sangue, suor e lágrimas", a começar por um ajuste fiscal rigoroso, sem procrastinações, o que parece ainda não estar na ordem do dia do poder público nacional.

Se der certo, ótimo

Se der certo, a liberalização cambial será um instrumento de promoção do crescimento econômico



Regis Alimandro
Redator-chefe de AgroanalysiS

O objetivo maior da recente liberalização cambial é a obtenção de resultados melhores na balança comercial, via estímulo às exportações e desestímulo às importações. Há um custo óbvio a ser pago – alguma inflação, pois os produtos transacionados com o exterior e os que se valem de insumos importados obrigatoriamente encarecerão.

Uma desvalorização bem-sucedida é a que promove mudança duradoura e em nível adequado na relação entre preços externos e internos da economia, em favor dos primeiros. Uma desvalorização malsucedida é aquela cuja alteração nos preços relativos se perde em razão da contaminação inflacionária, risco ao qual não estamos imunes.

Se lograrmos uma desvalorização bem-sucedida, ótimo para o agribusiness. É claro que serão favorecidos os segmentos que têm maior inserção comercial com o exterior, como café, soja, suco de laranja de um lado e milho, trigo e algodão de outro. Os segmentos cuja relação com o exterior é nula, como mandioca, por exemplo, serão prejudicados, pois haverá acréscimo de custo e dificuldades de repasse desses custos ao consumidor final.

Durante os quatro primeiros anos do Plano Real, alguns dos principais segmentos do agronegócio foram fortemente prejudicados pela chamada âncora verde. Café e soja, por exemplo, tiveram sua competitividade artificialmente rebaixada em razão da sobrevalorização cambial. Da mesma forma, segmentos cujo consumo doméstico é parcialmente atendido por importações apresentaram menor capacidade de competir com as importações. Em outras palavras, o Brasil reduziu sua produção de trigo, de algodão e de milho gerando perda de renda e de empregos, por razões artificiais – o nível da taxa de câmbio.

Se tivermos uma desvalorização bem-sucedida, este quadro terá mudado e haverá estímulos ao aumento da produção. Política monetária apertada e política fiscal austera são condições necessárias para que esse objetivo seja alcançado. Mas não são condições suficientes. É preciso que o impacto inflacionário ocorra de uma única vez, sendo rapidamente isolado. É preciso ainda que o país recupere sua credibilidade internacional, para que as linhas de crédito sejam normalizadas rapidamente; é preciso que a austeridade fiscal ocorra de fato, para que as taxas de juros possam rapidamente retornar a patamares civilizados. Ao contrário, seu impacto sobre a execução da política fiscal será suicida.

É preciso que a austeridade fiscal ocorra de fato, para que as taxas de juros possam rapidamente retornar a patamares civilizados.

Se isso tudo der certo, a liberalização cambial será instrumento adequado de promoção do crescimento econômico, do emprego e do bem-estar. Se der errado, teremos perdido não só o esforço do processo de liberação do câmbio como todo o longo período já percorrido em busca da estabilidade, que custou empregos, renda e tudo mais.

BRASIL
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO CAFÉ - 1999

O II Seminário Internacional do Café será realizado no Rio de Janeiro nos dias 17 e 18 de Maio de 1999 no Hotel Sofitel Rio Palace, na praia de Copacabana, com o apoio da ABIC, ABICS, FEBEC, ABECAFÉ, Caccer, CNC, Cooperativas e outras associações regionais, Banco do Brasil S/A, Bolsa de Mercadorias & Futuros, UNCTAD e OIC.

Seguindo o sucesso do I Seminário, realizado em Janeiro de 1997, o Brasil será a sede novamente de uma reunião de abrangência mundial para a comunidade cafeeira e para especialistas em comércio internacional.

O setor cafeeiro brasileiro tem diante de si importantes desafios:

- A produção nacional de café tem potencial bienal para safras médias de 35 milhões de sacas.
- O FUNCAFÉ agora vale USD 500 milhões mas ainda dispõe de 6 milhões de sacas de estoque.
- O consumo interno pode sofrer em conseqüência da crise econômica.
- O País precisa de divisas externas da exportação para ajudar sua balança de pagamentos.
- O setor privado administrará safras altas com fluxo regular de exportações?
- Quais e de que porte são as linhas de crédito necessárias para a economia cafeeira?
- Quais são os colaterais?
- De onde virão os fundos?
- Como os riscos podem ser minimizados?

Esses e muitos outros tópicos serão extensivamente apresentados e discutidos por membros do CDPC, representantes do setor privado, bancos, especialistas em crédito e da UNCTAD.

II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO CAFÉ - 1999 - Rio de Janeiro

- FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO -
REGISTRE-SE JÁ:

Envie este formulário por FAX para: (55-11) 210-6278 ou 210-0612

☐ **SIM, Eu quero participar do seminário de 1999 ao preço de inscrição (*) de R$ 390,00. Inscrição com pagamento recebido até 9 de Abril de 1999 terá preço promocional de R$ 290,00.**

EMPRESA:_____, **PARTICIPANTE:**_____
ENDEREÇO:_____, **CIDADE:**_____
PAÍS:_____, **FONE:**_____, **FAX:**_____

FORMA DE PAGAMENTO:

POR:

AMEX; VISA; CREDICARD; MASTERCARD; DINERS
No. CARTÃO:_____, **VENCIMENTO:**_____,
TITULAR:_____, **ASSINATURA:**_____

OU POR:

Transferência bancária para o Banco do Brasil S.A., Agência No 2962-9, conta No 690888-8, em favor de InterNews Comunicação Empresarial e Editora Ltda., cidade de São Paulo. SP, Brasil.

Inscrição cobre (*) participação no Seminário, tradução Inglês - Português - Inglês.

Amarga travessia

É difícil identificar no Brasil outra cadeia produtiva em situação tão pungente para o produtor

Luiz Antonio Pinazza e Regis alimandro

A cada dia um grande número de propriedades rurais abandona a atividade leiteira no país. É um quadro dramático do ponto de vista econômico e social para muitas pequenas comunidades rurais. A avalanche arrasta até mesmo granjas sofisticadas: muitos rebanhos de elite estão indo a leilão. Uma pergunta vem à baila: é impossível mudar tal reestruturação? E logo uma segunda: não haverá meios de amainar sua virulência?

A realidade não se mostra nada branda em termos de velocidade de exclusão e seleção: a situação é pungente para o produtor de leite e derivados.

Dos discursos inócuos à dura realidade

Entre técnicos e lideranças, embora os discursos sobre as causas desse expurgo sejam muitos, as diferenças entre eles são mais semânticas do que substantivas. As explicações recaem basicamente sobre a fraca capacidade de competição do setor para suportar, sem qualquer proteção, a globalização e a abertura comercial. Em outras palavras, não foram concebidas nem muito menos implementadas estratégias elementares para enfrentar tais situações.

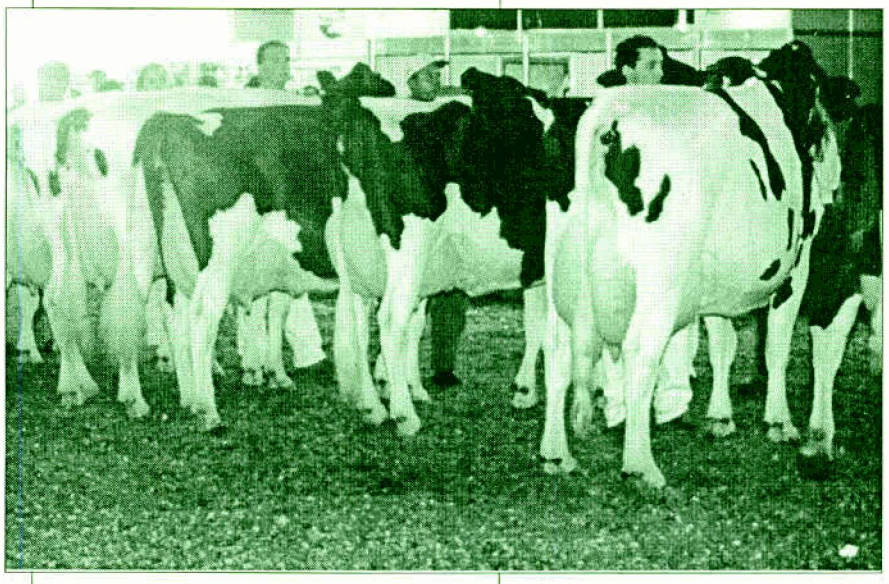
Em pouco tempo e de forma abrupta, a exploração ficou totalmente exposta às leis de mercado. Não foram estabelecidas medidas de natureza econômica institucional – barreiras comerciais ou tecnológicas e organização da escala de produção – para enfrentar esse novo ambiente. Na UE, EUA e Oceania a história teria um enredo bem diverso.

É claro que existem problemas crônicos enraizados em todo o

Recepção de leite sob inspeção federal

Mês	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*
Janeiro	946.199	970.492	1.079.019	961.309
Fevereiro	797.656	849.581	854.301	822.540
Março	832.416	863.658	971.610	859.876
Abril	761.181	783.698	886.791	797.398
Maio	749.183	814.737	890.410	805.641
Junho	719.600	791.884	845.938	785.539
Julho	711.984	826.678	846.155	871.526
Agosto	726.363	855.594	860.864	865.418
Setembro	699.012	818.488	882.157	847.627
Outubro	723.075	933.652	1.009.650	955.810
Novembro	835.367	1.002.846	1.044.547	969.701
Dezembro	939.382	1.065.821	1.094.731	1.015.211
Total	9.441.418	10.577.129	11.366.183	10.557.599

Fonte: SIF/MA.



Produção, importação e consumo de leite

Ano	*Produção*[1]	*Importação*[2]	*Consumo*[3]
1986	12,4	2.319	94
1987	12,9	813	110
1988	13,5	214	101
1989	14,1	1.357	98
1990	14,9	906	109
1991	15	1.313	106
1992	15,8	276	112
1993	15,6	632	108
1994	16	1.250	107
1995	18	3.200	113
1996	19	2.450	136
1997	20,4	2.000	138
1998	22,3	2.220	143

Fonte: IBGE, MA, MF, CAN.

[1] Bilhões de litros; [2] mil t; [3] litros por ano.

Cenários para sustentar a produção em 97

Cenário	Produção por propriedade (litros por dia)	Número de propriedades
1997	43	1.300.000
A	250	223.561
B	500	11.780
C	1.000	55.890
D	2.000	27.945
E	4.000	13.973

Fonte: Embrapa, 1997.

agribusiness brasileiro, e com o leite não foi diferente. De um lado, uma legislação anacrônica em ternos de normas e padrão de qualidade. De outro, a inspeção sanitária ineficiente que vaza pelos quatro cantos. O mercado informal grassa em âmbito nacional com a expressiva cifra, em 1997, de 45% da comercialização de leite e 31% da renda bruta.

Perspectivas sombrias

Para terceiros, essa descrição pode até surpreender. Afinal, olhando por alto a bovinocultura de leite, os números são ofuscantes. A produção teve um crescimento espetacular entre 1990 e 1998, de 50%. Contam-se nos dedos as atividades que tiveram desempenho semelhante ou superior no país. Mesmo para as importações, que também se expandiram significativamente, cabe o lenitivo de envolver apenas 10% da produção nacional. É bem provável que o maior problema esteja muito mais concentrado em torno das conseqüências na formação do preço interno do que nas quantidades propriamente envolvidas.

Efetivamente, as estatísticas trazem à tona algumas perspectivas sombrias. A cadeia evolui atropeladamente e a pas-

Com a desvalorização, a festa fica mais cara

Para estupefação dos criadores nacionais, em 1998 registrou-se um novo recorde de entrada de produtos lácteos no Brasil, grande parte deles carregada de subsídios na origem. Péssima notícia, já que em 1997 isso já havia ocorrido como nunca se vira antes. Frente a essa concorrência desleal e inimiga, os produtores dão sinais de organização e reagem com energia, como no caso do movimento SOS Leite.

Depois de longa e constante pressão, em fevereiro de 1998 o governo federal tomou duas medidas importantes de apoio ao setor:

- aumentou a alíquota de importação de 27% para 33%, de sorte a reduzir o interesse de outros países em negociarem o leite e seus derivados com o país;
- reduziu o prazo de produtos importados para 30 dias, interrompendo a mordomia do importador, que podia saldar sua dívida em até 400 dias.

Mesmo assim a quantidade de produtos importados continuou expressiva. Eram mercadorias oriundas principalmente da UE e da Oceania, que passavam por países do Mercosul e entravam no Brasil sem a alíquota de importação. Com essa manobra – a denominada triangulação – ficavam contempladas apenas com a tarifa externa comum (TEC), uma exclusividade dos países membros. A solução curta e grossa envolveria um aumento na TEC, semelhante ao que acontece com os países fora do Mercosul, submetidos a uma taxa de 33%. Essa proposta permanece em estudo na Câmara de Comércio Exterior, órgão ligado ao Gabinete Civil da Presidência.

As medidas anunciadas pelo governo representaram uma vantagem, mas o jogo continuou. No período de janeiro a agosto de 1998, entre leite em pó, soro, creme e derivados, o país importou 273,4 mil toneladas, contra 223,54 mil em 1997. As internalizações certamente tendiam a se acelerar. Isso foi refreado porque no segundo semestre o Ministério da Agricultura tomou duas medidas de caráter higiênico-sanitário, a saber: a) anuência prévia para liberação das Licenças de Importação (LI); e b) exigência de Serviço de Inspeção Federal (SIF) nos locais de armazenamento e processamento de produtos importados.

Antes, para adquirir produtos estrangeiros as empresas requisitavam apenas um documento chamado Declaração de Importação (DI). Dentro das novas regras estabelecidas pelo MA, as solicitações de compra passam agora por avaliações criteriosas no Sistema de Comércio Exterior (Siscomex). A própria exigência SIF é também restritiva, pois muitos importadores não cumprem as suas regulamentações.

Mesmo com decisões governamentais de apoio à produção e com o suporte institucional das entidades do setor, a preocupação prevalece com toda razão. Os produtos subsidiados do exterior representam forte ameaça. Freqüentemente de qualidade inferior, eles entram no país sem a devida fiscalização. Até o fim do primeiro semestre de 1998, cerca de 14 fábricas no Centro-Oeste foram autuadas e cerraram as portas por vender produtos estrangeiros a preços menores.

O risco da triangulação do leite continua assombrando os brasileiros. Quando se faz o balanço de 1998, constata-se que o Brasil importou US$511 milhões de produtos lácteos. Desse total, US$209 milhões foram trazidos da Argentina, um incremento de 8,5% em relação a 1997. Somente em leite em pó argentino foram despendidos US$169 milhões. Embora a desvalorização do real perante o dólar encareça as importações, até que ponto elas não serão incentivadas pela concessão de facilidades de crédito e juros dos exportadores aos importadores?

As negociações entre o governo e as entidades representativas do setor evoluem. Mas a velocidade desse processo não corre de acordo com as mudanças conjunturais e a necessidade de adaptação da cadeia produtiva. Entre os elos do agronegócio ainda prevalecem interesses conflitantes para garantir margens e rentabilidade nas operações. Quanto menor a organização, mais vulnerável fica o criador. Nessa situação, o governo possui um papel relevante de coordenação e modernização das relações entre fazendas, cooperativas e indústrias.

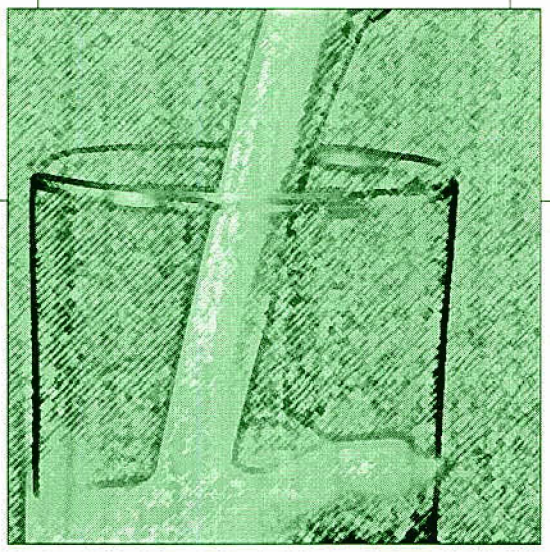
Granelização permeia a cadeia produtiva

As normas para coleta do leite a granel, criadas por força da Portaria nº. 255, de 5 de setembro de 1997, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, trouxeram luzes institucionais para o aprimoramento e qualificação dos elos da produção, beneficiamento, industrialização e distribuição da cadeia produtiva.

Por sua vez, a Portaria SIF/MG nº 120, de 10 de junho de 1998, proibiu o transporte de leite a granel sem resfriamento. A coleta da

sos largos, de maneira extremamente heterogênea. Metade do universo de criadores nacionais responde pela migalha de 10% da oferta de matéria-prima. Em contraponto, aqueles que extraem acima de 200 litros diários representam 10% do total e participam com 50% da oferta. É muito contraste.

As seqüelas dos prejuízos sofridos pelas propriedades leiteiras deixam marcas indeléveis. No estado de São Paulo, segundo o Instituto de Economia Agrícola (SP), no curto intervalo de 1994 a 1996 a quantidade de criadores se reduziu de 193,7 mil para 172,9 mil (dois por dia). Os cenários elaborados pela Embrapa dão a verdadeira dimensão do potencial e alcance dessa problemática.



Cooperativas: um caso a pensar

No plano teórico, amiúde se argumenta que o cooperativismo pode mitigar ou dosar a força implacável dos mercados em competição do tipo darwiniano. Ou seja, ante o pior dos males, pelo menos evita que o estrago seja absorvido a curto prazo. Com isso ganha-se tempo para acomodação e melhor distribuição da renda gerada pela atividade.

Nada errado: a ponderação tem sólidos fundamentos, tendo em vista as experiências pretéritas e as vividas em outros países e continentes. As cooperativas controlam o Milk Marketing Board na Inglaterra e o New Zealand Dairy Board na Nova Zelândia. O mesmo se sucede na Dinamarca com a MD Foods, na

produção de uma ou mais propriedades deve ser feita em um tanque de resfriamento. A seguir, o leite é transferido para o tanque de transporte, com dispositivo para descarga na plataforma de recepção. O tanque comunitário de refrigeração é permitido para o máximo de 2.500 litros de leite C.

Mais recentemente, em 11 de agosto último, o governo federal assumiu a bandeira da granelização, sob o Programa Nacional de Melhoria e Qualidade do Leite. A meta é chegar a 100% a curto prazo, até 2001, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Para o Norte e o Nordeste, a previsão é um pouco mais longa, para 2003. Ou seja, em meados da próxima década os postos de recepção e resfriamento terão desaparecido e o latão será mera lembrança.

Com a dispensa da intermediação entre o criador e a indústria surge um novo modelo de administração: o enfoque de processo sobre a visão cliente e fornecedor de cada elo ganha espaço, enquanto cresce a adoção de relações contratuais formais na captação da matéria-prima. A situação atual, em que a granelização abrange menos de 10% da produção nacional, mudará de figura rapidamente. O mercado de tanques resfriados se expandirá muito nesse período. As grandes empresas apostam nessa tendência e jogam suas fichas em produtos e serviços, como fazem a Westfalia, a Alfa Laval, a DEC Internacional, a Líder, a Packo Plurinox e a Cepem, entre outras.

A granelização por si só desencadeia novos comportamentos e enterra hábitos centenários na relação entre a produção e a comercialização do leite das fazendas, o conhecido primeiro percurso. A coleta a granel traz resultados imediatos e positivos, como a escala de produção. A viabilidade econômica do uso de tanques de resfriamento nas propriedades começa a partir da produção diária de 200 litros.

As empresas e cooperativas envasadoras e transformadoras do leite disputam os médios e grandes produtores, estimulando-os a adquirirem equipamentos por intermediação de bancos ou oferta de financiamento. No Sul do país há lugares onde o transporte do leite da fazenda já alcança 80% do total. Nessa corrida ficar para trás significa atraso e perda de competitividade.

O lado crítico se concentra nas regiões do interior cuja infra-estrutura em vias de transporte e eletricidade é precária. Trata-se de dois itens fundamentais para o funcionamento dos resfriadores e a saída das matérias-primas. A Federação da Agricultura do Estado do Rio Janeiro informa que somente 34% das propriedades leiteiras estaduais são eletrificadas. É um obstáculo a ser superado. Também os caminhões empregados na granelização são maiores do que os usados no transporte de latões, exigindo manutenção constante das estradas.

Um fato é certo: o caminho no sentido da granelização não tem retorno no Brasil. Se a cadeia láctea nacional está atrasada ou não na incorporação e implementação desse serviço, existem referências para avaliação. As raízes da coleta a granel foram fincadas nas bacias leiteiras próximas a Los Angeles, no estado da Califórnia, nos EUA, por volta de 1939. Trinta anos depois era a único meio adotado em todo o país. Na Comunidade Econômica Européia, atual UE, foi na virada dos anos 70 para os 80 que esse processo ganhou corpo e definição. Na América do Sul, a Argentina aparece na vanguarda.

Em termos qualitativos, a granelização acarreta benefícios para o agronegócio. No interior das granjas, as tarefas da ordenhas terão de levar mais a sério os padrões de limpeza e higiene. As perdas no transporte da matéria-prima até a usina diminuem em 5%. Da mesma forma, o pagamento pela qualidade estimula o produtor e oferece ao laticínio matéria-prima de maior aproveitamento industrial. Em decorrência do resfriamento, as bactérias que se desenvolvem à temperatura ambiente não prosperam no leite. A exigência mínima para receber no laticínio, de acordo com o Plano Nacional de Melhoria e Qualidade do Leite, é de 500 mil bactérias por mililitro, quase 1/10 do que se registra na prática.

No tocante à racionalidade, além da qualidade, os elos da cadeia recebem outras vantagens relevantes. A economia do produtor ganha pelo aumento na produção com duas ordenhas e com a redução no custo do frete, entre outras vantagens. Para o carreteiro, o trabalho fica mais fácil, dispensa o ajudante e a responsabilidade de medição do leite nas propriedades. Nas usinas, o carreto é feito em menor número mas em maior quantidade, com entregas escalonadas; as plataformas de recepção são eliminadas e acabam as despesas com energia, água, ingredientes químicos etc.

Agronegócios de leite e derivados

Projeção para 1999 – US$ milhões

Mercado	*Tipo*		*Unidade*	*Quantidade*	*Faturamento*
1 Formal	1.1 Leite	A e B	Milhões l	440	330
		C	Milhões l	2.500	1.450
		Longa Vida	Milhões l	2.800	2.050
		Pó	Mil t	275	1.450
		Condensado	nd	nd	320
	1.2 Derivados	Creme	nd	nd	220
		Iorgurtes	Mil t	380	780
		Queijos	Mil t	245	870
		Manteigas	Mil t	80	330
		Outros	nd		300
	Subtotal (1)				8.100
2.Informal	2.1 Leite cru		Mil t	7.500	3.180
	2.2 Queijos		Mil t	240	620
	Subtotal (2)				3.800
	Total (1) + (2)				11.900

Participação no mercado

Empresa	*Creme de leite*			*Leite condensado*		
	1995/96	1996/97	1997/98	1995/96	1996/97	1997/98
Nestlé	45,6	41,6	40,7	61,1	56,4	54,7
Glória	15,5	17,7	18,7	14,4	20,1	23,1
Parmalat	13,3	13,4	13	13,2	12,5	11,9
Mococa	10,5	9,7	7,9	0	0	0,9
Paulista	2	2,4	4,3	-	-	-
Batavo	4,2	4,8	4,2	-	-	-
Leco	1,9	1,9	2,2	-	-	-

Fonte: Nielsen – junho-julho 1998.

São Paulo, 1998: preços do leite ao produtor

(em R$ por litro)

Mês	*Leite B*	*Leite C (cota)*	*Leite C (extracota)*
Janeiro	0,269	0,235	0,131
Fevereiro	0,285	0,235	0,136
Março	0,281	0,24	0,133
Abril	0,33	0,256	0,145
Maio	0,33	0,262	-
Junho	0,345	0,268	-
Julho	0,322	0,26	-
Agosto	0,319	0,246	-
Setembro	0,305	0,236	0,153
Outubro	0,295	0,222	0,14
Novembro	0,288	0,219	0,145
Dezembro	0,281	0,215	0,146

Fonte: Faeasp.

No mês de janeiro passado, enquanto os preços do leite tipo B entregue às indústrias no Estado de São Paulo apresentaram uma pequena alta, os preços do leite C mostraram uma significativa retração em relação ao mês anterior (-7,4%). O leite C extracota ficou com preço estável.

Importação dos principais lácteos (t)

Produto	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1997 1°semestre*	*1998 2°semestre*
Longa vida	17.039	56.540	89.161	123.014	77.297	83.632
Pó	119.401	270.623	196.277	146.116	90.490	112.381
Manteiga	13.450	20.840	12.257	6.996	5.578	8.982
Queijos	23.825	89.281	33.865	31.865	19.217	14.052
Outros	3.443	21.474	25.366	22.230	8.895	21.853
Total	153.693	458.758	356.926	329.819	201.477	240.900

Fonte: Saemf.

França com a Sodiaal e na Alemanha. Os vizinhos de fronteira, Argentina e Uruguai, seguem por esse caminho, respectivamente, com a Sancor e a Conaprole. Esse rol também integra a maior da América Latina, a mexicana Lala.

O problema não está propriamente na organização jurídica mas sim no gerenciamento dessas entidades. Na história da constituição e evolução das cooperativas de sucesso dos outros países, há um verdadeiro cordão umbilical: o processo de integração e a reestruturação. O governo da Nova Zelância chegou à decisão radical de impedir a entrada de empresas estrangeiras em seu mercado. Mas as 12 cooperativas neozelandesas existentes atualmente – 180 na década de 60 – serão três até 2002. Na Alemanha, no ano 2000 estarão operando cinco, contra 14 hoje e 3.500 nos anos 70. Lições para serem estudadas e analisadas no Brasil.

A recém-criada supercooperativa dos EUA, a Dairy Farmers of America, é o exemplo máximo de união de forças entre gigantes do mundo cooperativista. Comungando as mesmas visões, missões, estratégias e políticas sob um único estilo administrativo, se juntaram a South Ampi, MMI's, Mid-am's e WDCI's. Distribuída em 42 estados, essa nova organização abraçará 22 mil associados e administrará 1/5 da produção leiteira nacional.

Sobre as 300 cooperativas de laticínios nacionais pesa uma ameaça bem real, de acordo com Jorge Rubez, presidente da Associação de Leite Brasil: há 10 anos, as nove cooperativas centrais existentes detinham 80% do mercado.

Números que atraem

O faturamento dos agronegócios de leite e derivados projetado para 1999 no Brasil cintila na ordem de US$11,9 bilhões, quantia que agu-

ça o apetite das corporações lácteas mundiais: elas já abocanham 35% do mercado brasileiro de leite fluido. Estão nesse caso a italiana Parmalat, a suíça Nestlé e a norte-americana Fleischmann Royal. Essas empresas e mais a Itambé programam investimentos de US$270 milhões na granelização da coleta do leite, na modernização das plantas processadoras e em campanhas de *marketing*.

O choque de competitividades altera também o mercado de leite e derivados no país. Há cinco anos a Nestlé tinha maior participação na comercialização desses produtos, mas a agressividade maior das concorrentes modifica esse quadro.

Enfim, as potencialidades brasileiras dessa matéria-prima e de consumo ainda estão para ser exploradas.

A CADEIA EVOLUI de maneira extremamente heterogênea. Metade do universo de criadores nacionais responde pela migalha de 10% da oferta de matéria-prima. Em contraste, aqueles que extraem acima de 200 litros diários representam 10% do total e participam com 50% da oferta.

Se o traçado futuro da pecuária leiteira nacional derivar para o modelo norte-americano, basta deixar o mercado selecionar os criadores profissionais. Será uma vitória de Pirro: a produção cresce concentrada em poucos sobreviventes e a grande parcela dos produtores busca outras atividades. Nos EUA, em 1955 havia 2,7 milhões de propriedades produtoras de leite, de onde se extraíam 57 bilhões de litros por ano. Passados 40 anos, ficaram 130 mil granjas para produzir 70 bilhões de litros anuais. Perguntar não ofende: isso interessa ao Brasil?

Email: pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.br

PECUARIA DE LEITE: MERCADO EXTERNO

A qualidade faz a diferença

O melhoramento genético e das técnicas de manejo permite que a produção de leite continue crescendo

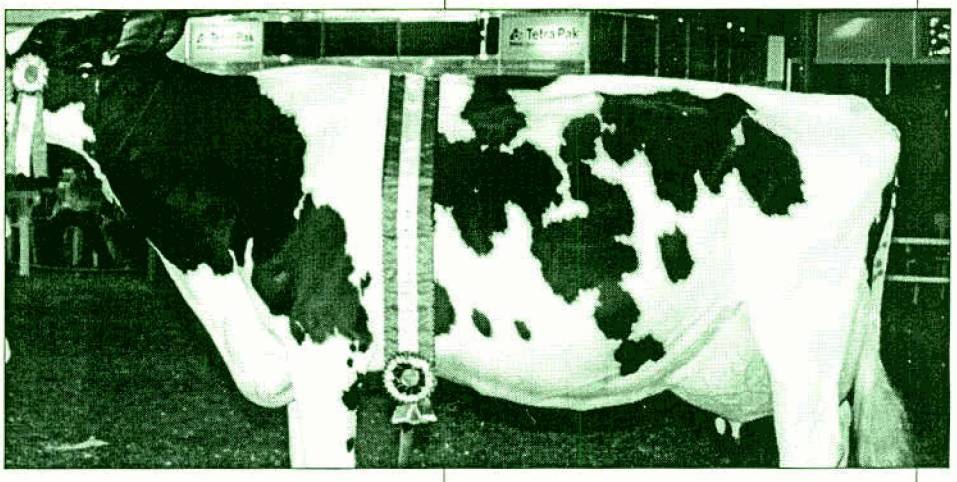
LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

Tomando por base os países selecionados pelo Usda, a produção leiteira das matrizes bovinas cresceu 1% em 1998. Brasil, Índia, China, Argentina e Austrália tiveram os melhores desempenhos. A UE, apesar de ser a maior produtora do planeta, teve queda. Lá, depois dos cortes promovidos nos subsídios em 1996 e 1997, a oferta ficou ajustada à demanda. Mas os estoques recrudesceram em 1998 e deverão persistir no presente ano, quando se espera um incremento de 2,6 milhões de toneladas.

Nos EUA, o preço médio do litro recebido pelo produtor é de 30 centavos de dólar. Esse valor varia de acordo com região, época do ano e disponibilidade do produto. A coleta a granel ocorre na plenitude. Os fazendeiros ganham pelo teor de proteína, embora as gorduras sejam mais valorizadas nas área de fabricação de queijo e manteiga. O critério de pagamento pela qualidade da matéria-prima usa como parâmetro a contagem de células somáticas: na relação número de células/mililitro, Wisconsin adota 700 mil, a Califórnia, 400 mil. Esses números tendem a ser padronizados, segundo o modelo adotado pela UE.

Reduzem-se os rebanhos, valoriza-se a qualidade

Quanto ao tamanho do rebanho, no cômputo global a tendência continua de queda em muitos países. Contudo, graças a trabalhos de aprimoramento genético aliados a melhores técnicas de manejo, a produtividade segue em firme ascensão em algumas regiões. Isso permite



1. Mundo: tendências recentes na pecuária leiteira

EUA e UE	Alta produção de leite
	Elevada produção por vaca
	Estagnação na produção total
	Aumento na produção por vaca
	Diminuição no número de vacas
Europa Oriental	Redução gradual na produção total
	Pequeno aumento na produção total
	Baixo grau de adoção tecnológica
Oceania, Argentina e Uruguai	Grande crescimento na produção total
	Crescimento via maior número de vacas
África do Sul	Alta produção e volução por vaca
	Atividade em desaquecimento
Brasil	Crescimento na produção
	Tecnologia incipiente

Fonte: IFCN – International Farm Comparison Network.

que não se registre baixa na produção.

A Oceania constitui uma dessas exceções, com produção e rebanho crescentes. Segundo o Australian Bureau of Agricultural and Resource Economics (Abare) o agronegócio tem melhorado a sua coordenação no continente. A cada ano cresce o número de usinas que mudam os critérios tradicionais de pagamento da matéria-prima: os criadores passam a receber com base na qualidade, volume e estabilidade de entrega anual da matéria-prima. Na média, um criador

Nova Zelândia: paradigma da pecuária leiteira

Há mais de 15 anos a Nova Zelândia extinguiu as políticas protecionistas até hoje praticadas na UE, EUA e em outros cantos do planeta. Num território de 1.500km2, menor que o do Rio Grande do Sul, cerca de 14,5 mil criadores neozelandeses extraem de 3,1 milhões de vacas mais de 11,5 bilhões de litros anuais. A produção *per capita* do país é exuberante: 2.400 litros.

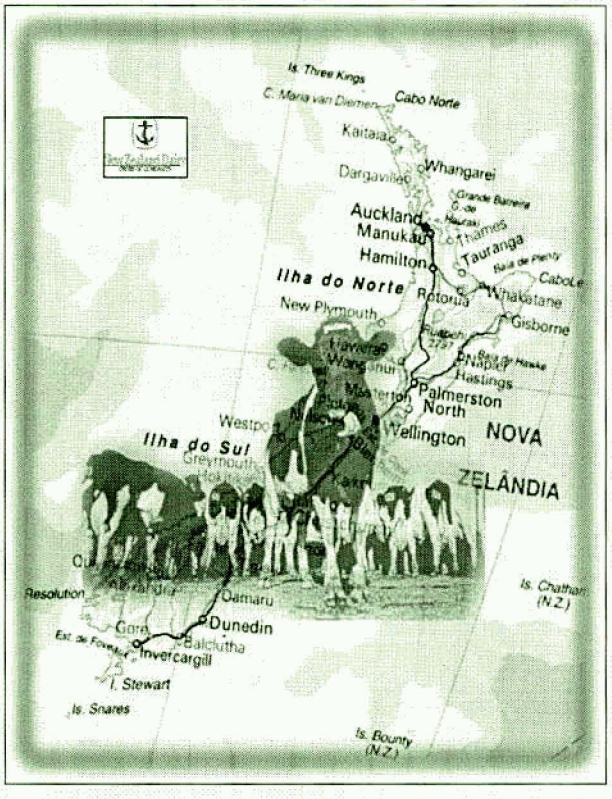
Essa posição invejável exigiu a implementação de muitas reformulações no sistema de produção e comercialização do leite. A partir do final dos anos 80 detonou-se um processo irreversível de enxugamento nas 180 cooperativas então existentes. atualmente o cenário é outro: o número se limita a 12, nas quais se concentra a comercialização da matéria-prima.

No mercado doméstico, a competição corre solta entre as cooperativas, na busca de maiores participações nas vendas de leite e derivados. Acomodação é palavra morta. Sob o estímulo da competitividade, criou-se o consenso de que é preciso reduzir ainda mais o número de cooperativas.

Introduzido na virada dos anos 70, o sistema de remuneração dos produtores visa diminuir os valores registrados nas planilhas de custos das usinas de processamento. Há 50 anos pagavam-se de US$6,50 a US$7,80 o litro de leite. Matérias-primas com 3,6% de proteína e 4,9% de gordura valem agora a metade – redução que dá grande poder de fogo ao país para competir.

O planejamento se faz sobre a logística armada na coleta do leite nas propriedades. As distâncias entre a unidades processadoras e as fontes de produção são menores a 200km. Atingidas as cotas predeterminadas pelas processadoras para os meses de maio a julho, os criadores recebem bonificações de até 50%. É um estímulo que traz resultados práticos. As cooperativas fornecem os tanques de refrigeração, absorvem o custo de transporte e indenizam o leite deteriorado durante essa fase. Os produtores porém estão sujeitos a penalidades.

Sempre a menos de 7° de temperatura, isentos de substâncias inibitórias e antibióticos, os leites são enquadrados em três tipos de pagamentos pela qualidade, em função da quantidade de células somáticas: superior, até 400 mil, médio, de 101 a 600 mil e inferior, acima de 601 mil.



A composição racial do rebanho também mudou ao longo das últimas décadas. Nos anos 60 predominavam a Jersey e a Holandesa, respectivamente com 81% e 11%. O cruzamento de Jersey com Holandesa agora participa com 24% e a Jersey sozinha com 24%. As propriedades possuem, em média, 170 vacas, o triplo do número registrado em 1980.

A gestão das exportações é conduzida pelo New Zealand Dairy Board, com poderes de monopólio outorgados pelo Dairy Board Act. Apesar de produzir 1,5% do leite do mundo, o país representa 25% do comércio internacional do produto. É com base na expectativa de comercialização externa que se forma o preço a ser pago mensalmente ao criador. Não há sistema de quota de produção no país, a exemplo do que ocorre na UE.

Países selecionados: produção de leite (em mil t)

Região	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998*	*1999*
I. América do Norte	84.998	85.819	85.447	86.983	87.575	89.040
EUA	69.701	70.500	69.971	71.035	71.375	72.650
México	7.547	7.399	7.586	7.848	8.000	8.050
Canadá	7.750	7.920	7.890	8.100	8.200	8.340
II. América do Sul	28.300	30.745	32.292	33.772	35.364	36.625
Argentina	7.800	8.500	8.900	9.060	9.400	9.750
Brasil	16.700	18.375	19.480	20.600	21.630	22.495
Chile	1.800	1.905	1.982	2.112	2.185	2.230
Peru	641	665	730	850	910	950
Venezuela	1.359	1.300	1.200	1.150	1.239	1.200
III. UE	120.530	121.740	121.505	121.186	120.478	120.026
Áustria	3.245	3.116	3.004	3.060	3.124	3.145
Bélgica-Luxemburgo	3.067	3.645	3.681	3.660	3.460	3.455
Dinamarca	4.641	4.673	4.695	4.633	4.660	4.650
Finlândia	2.510	2.473	2.431	2.460	2.450	2.450
França	25.311	25.413	25.083	24.957	24.700	24.500
Alemanha	27.866	28.621	28.776	28.700	28.500	28.500
Grécia	750	738	755	750	750	750
Irlanda	5.598	5.655	5.677	5.623	5.581	5.476
Itália	10.365	10.500	10.800	10.818	10.800	10.800
Holanda	10.964	11.294	11.013	10.922	11.200	11.100
Portugal	1.485	1.669	1.731	1.770	1.750	1.750
Espanha	5.900	6.000	5.900	5.700	5.600	5.600
Suécia	5.900	6.000	5.900	5.700	5.600	5.600
Grã-Bretanha	14.920	14.700	14.640	14.830	14.600	14.550
IV. Oeste europeu						
Suíça	3.910	3.936	3.856	3.867	3.850	3.840
V. Leste europeu	17.037	17.305	17.178	17.370	17.380	17.850
Polônia	11.822	11.420	11.690	11.980	12.100	12.550
Romênia	5.215	5.885	5.488	5.390	5.280	5.300
VI. Federação Russa	60.938	56.481	51.800	47.750	47.700	46.600
VII. Ásia	44.676	36.646	48.453	49.816	51.250	52.100
Índia	31.000	32.500	33.500	34.500	35.500	36.900
China	5.288	5.764	6.296	6.674	7.200	7.600
Japão	8.388	8.382	8.657	8.642	8.550	8.500
VIII. Oceania	18.019	18.117	19.362	20.774	21.295	21.390
Austrália	8.300	8.433	8.957	9.274	9.655	9.930
Nova Zelândia	9.719	9.684	10.405	11.500	11.640	11.460
Total	378.408	380.789	379.893	381.518	384.892	387.471

Fonte: Usda.

Países selecionados: estoque final de leite em pó (A) e manteiga (B) (em mil t)

Região	*1994*		*1995*		*1996*		*1997*		*1998*		*1999*	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
América do Norte	124	44	111	23	94	19	123	29	137	26	115	23
América do Sul	14	8	27	8	23	9	21	7	26	10	26	11
UE	178	200	93	208	205	235	202	195	204	208	210	219
Oeste europeu	4	4	5	4	3	3	3	3	2	3	0	4
Leste europeu	0	10	2	16	10	4	5	12	15	12	0	13
Federação Russa	0	40	0	126	0	45	2	53	1	46	1	42
Ásia	43	42	57	28	63	22	68	20	73	22	78	24
Oceania	73	114	54	94	115	159	91	121	92	120	99	119
Total	436	462	349	507	514	496	515	440	550	448	529	455

Fonte: Usda.

australiano recebe por litro de leite 20 centavos de dólar, acima dos 16 centavos pagos ao neozelandês.

Na verdade, em termos agregados, seja do lado da produção, seja do rebanho, o grande peso negativo vem da Federação Russa. Além de sofrer violenta crise econômica, principalmente após a declaração da moratória em outubro último, a região foi castigada por um inverno extremamente rigoroso na última estação. O resultado é um quadro dramático para a produção agrícola e as criações pecuárias. O alimento para nutrição animal é cada vez mais escasso e caro, enquanto a oferta de leite encontra uma demanda de poder aquisitivo em pleno declínio. As indústrias processadoras consideram o custo de importação das mercadorias do estrangeiro muito dispendioso para a desvalorizada moeda local (rublo).

Produção industrial e comércio

Quanto ao leite em pó desnatado, a produção em 1998 foi de 3,1 milhões de toneladas, pouco abaixo do patamar de 1997. Já para o queijo, manteiga e leite em pó integral, com produções respectivamente de 12,2; 5,3 e 2,7 milhões de toneladas, cada um registrou leve aumento se comparado ao exercício anterior. Para 1999, estimam-se aumentos de 3% a 4% na fabricação do leite em pó desnatado e queijo, e para o leite em pó integral projeta-se um aumento menor.

Os fluxos comerciais envolvendo derivados lácteos em 1998 tiveram fraco desempenho. As exportações de manteiga totalizaram 707 mil toneladas, o que significa uma baixa de 8%, em decorrência da redução de embarques dos EUA. Para o corrente exercício, a Oceania deverá aumentar ainda mais suas exportações, que passaram de 111,2 para 149,2 mil toneladas de

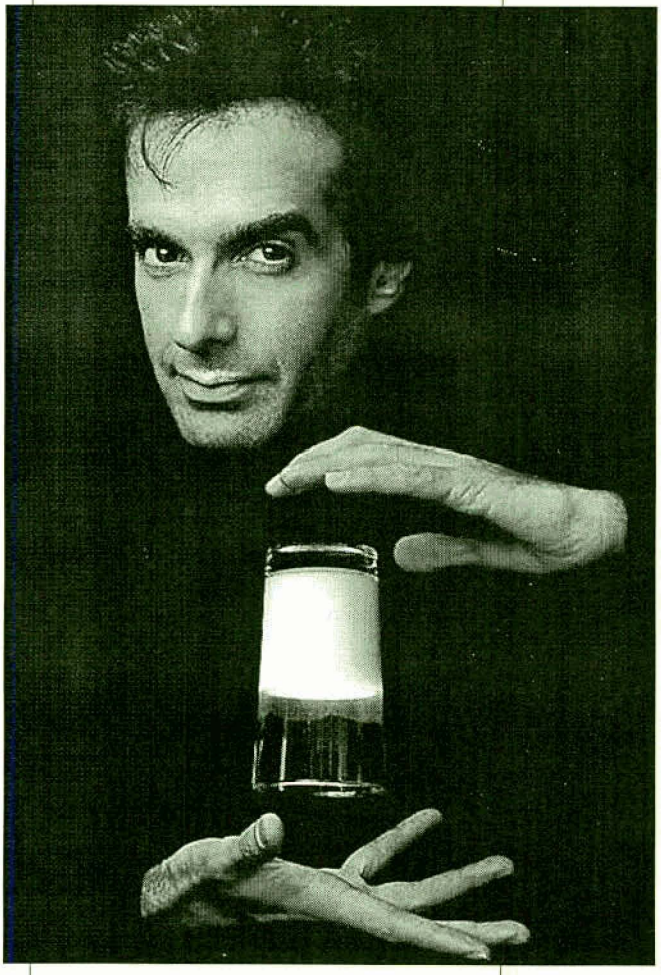
Produção de leite por vaca/ano (em t)

País	*1992*	*1994*	*1996*	*1998*
EUA	7	7,3	7,5	7,7
Holanda	6,3	6,5	6,6	7,1
Reino Unido	6,3	6,4	6,7	6,9
África do Sul	5,1	6,1	6,2	6,1
França	5,2	5,5	5,4	5,6
Alemanha	5,2	5,3	5,5	5,6
Hungria	4,6	4,8	4,9	4,9
Itália	4,5	4,5	5,1	4,9
Austrália	4,2	4,7	4,9	4,7
Áustria	3,9	4	4,3	4,5
República Tcheca	3,9	4	4,3	4,5
Nova Zelândia	3,3	3,4	3,9	3,8
Argentina	3,3	3,4	3,9	3,8
Polônia	3	3,1	3,4	3,3
Uruguai	2,6	2,7	2,9	3
Bulgária	3	3	3,1	2,8
Brasil	0,9	1	1,1	1,2

Fonte: Usda.

1994/95 a 1997/98, o que poderá melhorar o desempenho geral do setor.

No setor queijeiro, as vendas externas caíram 2% e foram para 994 mil toneladas em 1998. Os grandes volumes adquiridos pela Rússia em 1997 não voltaram a se repetir. No âmbito global, o mercado sofre retração. Dos quatro grandes países importadores do mundo – EUA, Rússia, Grã-Bretanha e Japão –, apenas este último deverá continuar a aumentar suas compras, que de 1994 a 1997 pularam de 143 mil para 171,3 mil toneladas.



Na comercialização de leite em pó, houve uma recuperação nas entregas dos EUA, em função do Dairy Export Incentive Program (Deip), que fixa preços mais baixos. Esse aumento não foi suficiente para compensar as quedas de Oceania e UE, em face da retração do mercado asiático. Na UE, com estoques aumentados para 210 mil toneladas, foi detonado um incremento de 11,5% nos subsídios para exportação do leite em pó desnatado – um subsídio equivalente a US$975 por tonelada. Com a perspectiva de maiores compras por parte da Rússia e de alguns países asiáticos, os prognósticos são de que o mercado melhore em 1999.

MILK MUSTACHE

O caso dos lácteos

Uma glamurosa campanha promocional detona um conflito entre os componentes da cadeia agroindustrial do leite nos EUA.

Criadores e laticínios norte-americanos assinaram no princípio deste ano um contrato publicitário para promover o consumo dos produtos lácteos. A iniciativa na verdade reforça um trabalho similar implementado com certo sucesso alguns anos atrás. Na mente do consumidor ficou gravado o slogan do bigode branco – *milk mustache*. Astros e estrelas da música e do cinema apareciam em comerciais com a marca de leite nos lábios.

Os recursos envolvidos na campanha estão orçados em US$187 milhões. É uma verba respeitável. Os produtores participam com US$87 milhões e os processadores com US$100 milhões. A campanha se intitula *Got Milk*, e o mágico David Copperfield é uma das figuras contratadas para atrair a atenção do consumidor.

A Dairy Management Inc. (DMI) administra os fundos dos criadores leiteiros sem fins lucrativos. Foi em torno dela que os produtores se aglutinaram para elaborar um estudo sobre a segmentação do mercado consumidor de leite e derivados. Esse trabalho foi realizado e encaminhado para o *milk mustache* (formalmente conhecido como Milk Pep – Milk Processor Education Program). Daí surgiu um programa de parceria entre os dois segmentos da cadeia produtiva – criadores e processadores – chamado Fluid Milk Strategic Thinking Project, com a missão de estimular o consumo do leite fluido via marcas, embalagens, sabores de produtos etc.

Seria de imaginar que tudo corre às mil maravilhas: é mais uma daquelas tacadas monumentais de *marketing* articuladas pelas competentes lideranças

setoriais do agribusiness norte-americano. Ledo engano. Ao contrário do que se poderia esperar, o ambiente que cerca a campanha é de discórdia.

A gestão do *milk mustache* está na mira do Office Inspector General (OIG), ligado ao Departamento de Agricultura e auditor das contas dos fundos arrecadados pelos criadores e processadores. A crítica incide sobre o National Fluid Milk Processor Promotion Board (Fluid Milk Board), administrador do fundo recolhido pelos processadores – uma contribuição de 20 centavos de dólar por tonelada.

O olho do conflito é a relação entre o Board e a Milk Industry Foundation (MIF), um dos três grupos de processadores integrantes da International Dairy Foods Association (IDFA), associação comercial composta por 850 membros que, entre outros papéis, coordena o *lobby* político dos processadores.

Depois de dois anos de diligente auditoria, o OIG acaba de levantar uma série de indagações para serem dirimidas pelo Board. As contestações começam na estrutura administrativa, passam pela organização burocrática e chegam à natureza dos gastos envolvidos. Até mesmo a efetividade do programa está sendo posta em xeque. O desconforto cresce com o fato de não ter evoluído nos últimos anos o consumo de leite fluido por parte dos norte-americanos.

O processo terá destino certo: as mesas do Agriculture Marketing Service (MAS), responsável em última instância pelo cumprimento da legislação do Fluid Milk Promotion Act de 1990 e da Fluid Milk Order. Nada permanecerá como antes. É inexorável que o Board sofra uma reestruturação de suas atividades. O secretário do Departamento de Agricultura dos EUA (Usda), Dan Glickman, inclusive, já baixou ordem nesse sentido.

O caso dos produtos lácteos pode arrastar outras *commodities* cuja situação na administração de fundos arrecadados entre os elos das cadeias produtivas seja similar. Um exemplo tido como líquido e certo é o Fundo Nacional para o Algodão, o próximo alvo do OIG. A história ainda pode render outros capítulos e surpresas.

Email: pinaza@agriceres.com.br e regis@fgv.br

Países selecionados: rebanho leiteiro – milhões de cabeças

Região	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998*	*1999*
I. América do Norte	17.204	17.142	17.038	17.011	17.032	17.075
EUA	9.500	9.458	9.361	9.258	9.190	9.135
México	6.480	6.440	6.440	6.500	6.600	6.700
Canadá	1.224	1.244	1.237	1.253	1.242	1.240
II. América do Sul	21.813	21.860	21.281	21.367	21.405	21.270
Argentina	2.300	2.350	2.300	2.400	2.500	2.550
Brasil	17.500	17.500	17.100	17.067	16.900	16.750
Chile	760	770	720	725	615	615
Peru	563	580	553	575	610	615
Venezuela	690	660	608	600	780	740
III. UE	22.639	23.434	21.940	21.648	21.362	21.088
Áustria	804	747	698	685	671	656
Bélgica-Luxemburgo	754	720	682	657	650	643
Dinamarca	699	703	712	697	695	690
Finlândia	415	413	399	393	388	385
França	4.615	4.754	4.672	4.562	4.453	4.370
Alemanha	5.301	5.273	5.229	5.195	5.091	4.989
Grécia	230	210	205	200	198	195
Irlanda	1.274	1.267	2.100	2.100	2.100	2.100
Itália	2.287	2.167	2.100	2.100	2.100	2.100
Holanda	1.698	1.709	1.664	1.660	1.650	1.640
Portugal	375	368	366	364	362	360
Espanha	1.379	1.351	1.350	1.300	1.322	1.320
Suécia	490	482	466	473	454	450
Grã-Bretanha	2.318	2.268	2.130	2.090	2.060	2.030
IV. Oeste europeu						
Suíça	761	759	752	742	735	730
V. Leste europeu	5.646	5.493	5.218	5.290	5.186	5.080
Polônia	3.866	3.715	3.442	3.550	3.496	3.400
Romênia	2	1.778	1.776	1.740	1.690	1.680
VI. Federação Russa	27.878	26.218	24.650	22.165	20.750	19.620
VII. Ásia	34.570	36.286	36.106	37.652	38.192	38.235
Índia	31.500	33.000	33.500	34.500	35.000	35.500
China	2.018	2.252	2.071	2.120	2.170	2.220
Japão	1.052	1.034	1.035	1.032	1.022	1.015
VIII. Oceania	4.570	4.780	4.975	5.237	5.272	5.312
Austrália	1.762	1.786	1.822	1.977	2.002	2.027
Nova Zelândia	2.808	2.994	3.153	3.260	3.270	3.285
Total	73.425	73.536	71.701	71.086	70.135	68.977

Fonte: Usda.

Custo de produção do leite* (US$/100kg)

EUA	50 para fazendas até 30 vacas
	38 para fazendas de 60 a 70 vacas
Europa Ocidental, África do Sul, Leste Europeu, EUA e Brasil	De 25 a 35
Argentina, Uruguai e Oceania	Cerca de 20

Fonte: IFCN – International Farm Comparison Network.

* Inclui venda de leite, de animais para reposição, descarte de vacas e subsídios.

MPES AGROPECUÁRIAS

O que esperar de 1999

Alguns fatores decisivos apontam para um aumento da produção agropecuária em 1999

ARAGUACY AFFONSO REGO, EDEN GONÇALVES DE OLIVEIRA, GLÁUCIA MARIA VASCONCELLOS VALE, MARIA CÉLIA TAVARES E PAULO CESAR STILPEN

Maior área plantada e uso mais intenso de sementes, mudas e insumos estimulam a expansão da produção agrícola na safra 1998/99, assim como alimentação melhorada, manejo animal e a perspectiva de melhores condições climáticas apontam para um aumento de produção da pecuária em 1999. Os preços recebidos pelos produtores, no entanto, combinados com menor demanda de animais, freiam o crescimento.

Em novembro de 1998, a situação dos negócios foi julgada insatisfatória por 69% das MPEs agropecuárias, satisfatória por 30% e muito boa por 1%. O preço elevado dos insumos (principalmente adubos químicos, sementes, sal mineral, ração e medicamentos) inibia a expansão dos negócios. Havia ainda dificuldade de acesso ao crédito (juros elevados, muita burocracia e demora na liberação), clima desfavorável (estiagem em Goiás, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo), escassez de mão-de-obra, escassez de maquinário, má conservação de rodovias vicinais (falta de cascalho e pontes em condições precárias), escassez de insumos (adubos químicos), escassez de meios de transporte e problemas com armazenamento.

Segundo 42% das respostas, o que limita as atividades das MPEs agropecuárias são baixos preços recebidos pelos produtores (GO, MG, PE, RJ e SP), conjuntura socioeconômica desfavorável (GO, MG, RJ e SP), requisitos de assistência técnica (GO e MG), falta d'água e de pastagem (MG e PE), falta de eletrificação rural (GO, MG e RJ) e infestação de pragas (RJ).

Em Pernambuco, 93% das MPEs agropecuárias consideravam insatisfatória a situação dos negócios em novembro do ano passado. Em Minas foram 70%; 63% de São Paulo; 62% de Goiás e 43% do Rio de Janeiro.

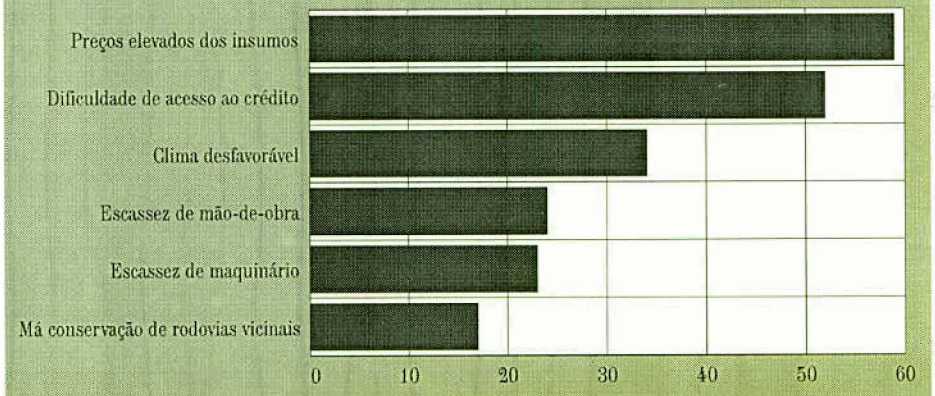
O que está faltando para melhorar os resultados?

Acesso a novas tecnologias, assistência técnica, acesso a informações, treinamento de mão-de-obra e treinamento gerencial são, nessa ordem, as mais urgentes necessidades do setor agropecuário.

Outros requisitos foram também mencionados: crédito rural subsidiado e desburocratizado (GO, MG, PE, RJ e SP); redução das

Principais limitadores dos negócios das MPEs agropecuárias

Resultados relativos a 69% das empresas que julgam insatisfatória a situação em novembro dec1998



Fonte: FGV/IBRE/CET – Sebrae.

Como se faz a sondagem

Com base no Censo Agropecuário de 1985 do IBGE, procedeu-se à extração de uma amostra de estabelecimentos (com áreas entre 10 e 100ha) aqui denominados micro e pequenas empresas (MPEs) em Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, cujo conjunto é aqui denominado agregado estadual, e segmentou-se esse extrato para as microempresas (10 a 50ha).

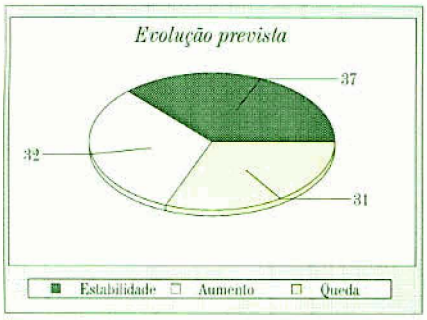
A pesquisa visa identificar o sentimento do produtor acerca da evolução em perspectiva da produção e da atuação dos fatores condicionantes, tanto no que tange às culturas quanto às criações principais, assim como acerca da situação dos negócios agropecuários.

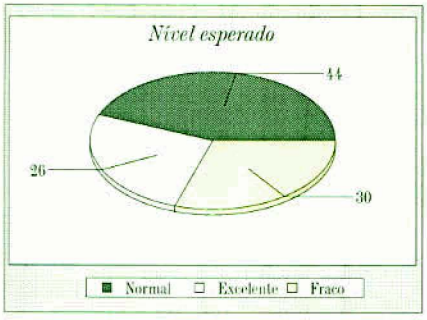
As questões da sondagem em geral admitem apenas uma resposta do produtor, mas há casos em que são admitidas respostas múltiplas (portanto, não totalizando necessariamente 100%). Os percentuais em cada item concernem ao total das empresas informantes na unidade territorial. Os percentuais referentes ao agregado estadual são a média ponderada dos resultados das unidades estaduais.

O termo saldo usado algumas vezes neste trabalho – diferença entre os percentuais das avaliações positivas e negativas dos empresários acerca do estado ou da evolução de variáveis pesquisadas – permite a leitura de tendências dominantes de curto prazo.

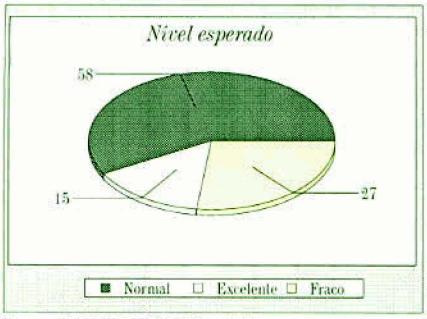
O universo de interesse da pesquisa são os micro e pequenos estabelecimentos agropecuários brasileiros, que representam cerca de 37% das empresas existentes no setor e 19% da área total desses estabelecimentos. De acordo com o Censo Agropecuário de 1985, 90% deles têm menos de 100ha.

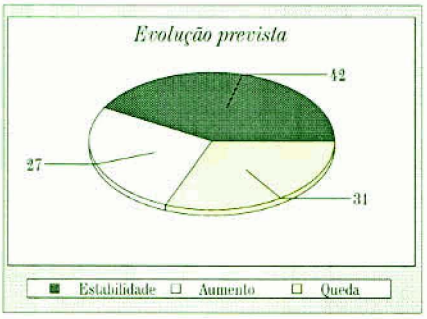
Produção agrícola – safra 98/99 (%)





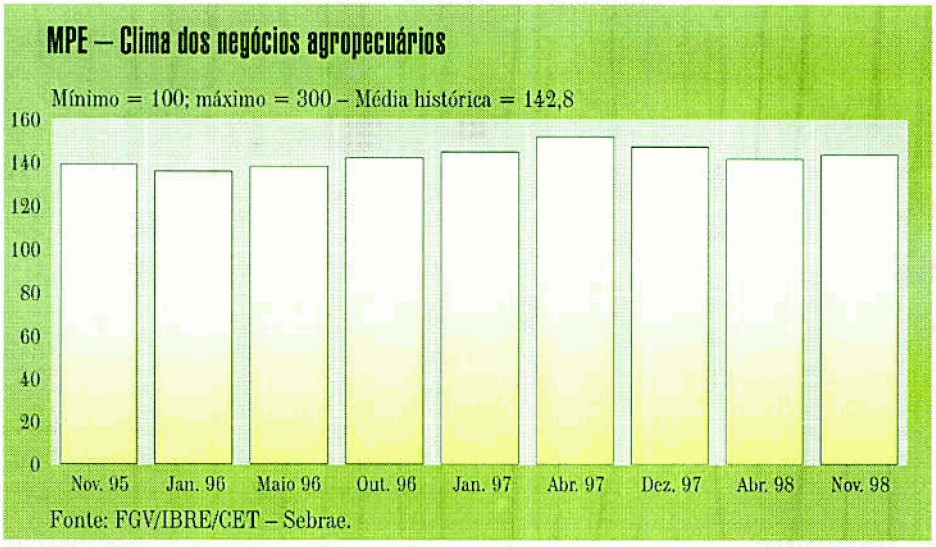
Criação animal – 1999 (%)





Fonte: FGV/IBRE/CET – Sebrae

MPE – Clima dos negócios agropecuários



Fonte: FGV/IBRE/CET – Sebrae.

MPEs agropecuárias: principais limitadores dos negócios

nov.98 (%)

Discriminação	*GO*	*MG*	*PE*	*RJ*	*SP*	*Agregado*
Preços elevados dos insumos	88	40	68	55	78	59
Dificuldade de acesso ao crédito	57	49	72	49	46	52
Clima desfavorável	21	26	88	9	34	34
Escassez de mão-de-obra	28	28	25	29	14	24
Escassez de maquinário	31	27	11	11	22	23
Má conservação das rodovias vicinais	17	14	20	32	18	17
Escassez de insumos	20	2	21	6	14	9
Escassez de meios de transporte	2	6	4	8	7	6
Problemas com armazenamento	3	3	1	5	8	4
Outros fatores	44	40	49	46	42	42

Fonte: FGV/IBRE/CET - Sebrae

taxas de juros (GO, MG, PE, RJ e SP); política agrícola mais favorável (GO, MG, RJ e SP); majoração dos preços dos seus produtos (GO, MG, RJ e SP); menor custo de insumos e maquinário (GO, MG, RJ e SP); maior disponibilidade de energia elétrica (GO, MG e RJ); melhores condições climáticas (MG, PE e RJ); maior assistência técnica/cursos (MG, PE e RJ); necessidade de abertura de poços artesianos/melhor sistema de irrigação (MG, PE e RJ); melhor sistema de telefonia rural (RJ e SP); melhor conservação de estradas (RJ); maior disponibilidade de mão-de-obra (MG); melhor conservação de estradas (RJ); e formação de cooperativas (SP).

As micro e pequenas agropecuárias que não necessitam de apoio reduziram-se de 11% para 6% de abril para novembro de 1998.

Previsões para a safra agrícola 1998/99

O nível de produção deverá ser fraco para 30% das MPEs agrícolas e excelente para 26%. A produção deve crescer em 32% das empresas, mas declinar para 31% (saldo de +1%).

Nas lavouras temporárias, 28% das MPEs esperam expansão da produção na safra 1998/99 e 27% queda (saldo de +1%); nas permanentes, 37% prevêem incremento da produção e 30% declínio (saldo de +7%).

Fatores que afetarão a produção agrícola

As MPEs que pretendem ampliar as áreas das plantações são 21%; as que devem reduzi-las, 14% (saldo de +7%). Sementes e mudas serão utilizadas em maior quantidade por 21% das MPEs agrícolas e em menor por 15% (saldo de +6%). Insumos para produção de culturas deverão ser utilizados mais intensamente por 26% das MPEs agrícolas; menos, por 19% (saldo de +7%). Equipamentos mecânicos, utilizados menos intensamente por 14% das MPEs agrícolas, e mais por 11% (saldo de -3%).

Os preços recebidos pelos produtores foram desestimuladores, em novembro de 1998, para 40% das MPEs agrícolas e estimuladores para 16% (saldo de - 24%, contra - 5% em abril de 1998). Condições climáticas piores, ao longo da safra 1998/99, para 28% das MPEs agrícolas e melhores para 28% (saldo nulo).

MPEs agropecuárias: o que é preciso melhorar

Unidades da federação	Acesso às informações do setor	Assistência técnica	Treinamento gerencial	Acesso a novas tecnologias	Treinamento de mão-de-obra	Outras necessidades	Não necessitam apoio
Goiás	42	40	50	65	44	34	0
Minas Gerais	30	58	27	46	36	49	10
Pernambuco	73	46	27	87	37	23	0
Rio de Janeiro	32	27	34	50	50	55	1
São Paulo	39	45	17	57	26	23	6
Agregado estadual	39	50	27	56	35	38	6

Fonte: FGV/IBRE/CET – Sebrae.

MPEs agropecuárias: nível esperado e evolução da produção agrícola

Safra 1998/99

Unidades da federação	Nível esperado			Evolução		
	EX	NO	FR	(+)	(=)	(-)
Goiás	37	53	10	41	48	11
Minas Gerais	26	43	31	34	37	29
Pernambuco	16	40	44	25	25	50
Rio de Janeiro	30	51	19	37	44	19
São Paulo	29	42	29	31	39	30
Agregado estadual	26	44	30	32	37	31

Fonte: FGV/IBRE/CET – Sebrae.

Obs.: EX - excelente, NO - normal, FR - fraco.

(+), (=), (-), respectivamente, maior, igual e menor do que a safra anterior.

MPEs agropecuárias: fatores de variação da produção agrícola

Safra 1998/99 – saldo das respostas (%)

Unidades da federação	Área plantada	Sementes e mudas	Insumos para produção	Equipamentos mecânicos	Preços recebidos pelos produtores	Condições climáticas
Goiás	+20	+21	+31	+9	+1	+39
Minas Gerais	+10	+7	+9	-8	-36	+14
Pernambuco	-3	-9	-19	-14	-10	-42
Rio de Janeiro	+20	+15	+11	-1	-17	+14
São Paulo	+4	+7	+9	+5	-21	-12
Agregado estadual	+7	+6	+7	-3	-24	0

Fonte: FGV/IBRE/CET – Sebrae.

MPEs agropecuárias: criação animal

Previsão para 1999 (%)

Unidades da federação	Nível de produção			Evolução da produção		
	EX	NO	FR	(+)	(=)	(-)
Goiás	15	72	13	45	38	17
Minas Gerais	18	47	35	29	34	37
Pernambuco	17	57	26	33	38	29
Rio de Janeiro	10	74	16	12	58	30
São Paulo	7	73	20	8	63	29
Agregado estadual	15	58	27	27	42	31

Obs.: EX - excelente, NO - normal, FR - fraco.

(+), (=), (-), respectivamente, maior, igual e menor do que a safra anterior.

A criação animal em 1999

A produção animal neste ano deverá ser normal para 58% das MPEs, fraco para 27% e excelente para 15%. Está previsto declínio para 31%, e para 27%, expansão (saldo de - 4%).

PARTICIPARAM DESTA PESQUISA, realizada com o apoio do Sebrae/GO, do Sebrae/MG, da Emater/PE, da Emater/RJ e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral/Secretaria de Agricultura e Abastecimento/SP, 1.736 empresas.

A produção animal vai variar

Com relação ao manejo animal, 70% das MPEs estimam que neste ano será igual ao de 1998; 20% acham que vai aumentar, e 10% que será menor (saldo de +10%).

O percentual das MPEs que devem aumentar em 1999 a alimentação animal totaliza 26%; mas 11% vão diminuí-la (saldo de +15%).

A demanda de produtos de origem animal deve declinar para 33% das MPEs mas se expande para 14% (saldo de -19%). O preço recebido pelo produtor continua influenciando significativamente as atividades do segmento: desestimulador para 57% delas e estimulador para 9% (saldo de - 48%).

Com relação às condições climáticas, em geral se acredita que melhorem em comparação a 1998.

Quanto à bovinocultura, especificamente, o nível de produção previsto para 1999 deverá ser normal para 58% das MPEs, fraco para 27% e excelente para 15%. Quanto à evolução da produção, 42% das MPEs acham que haverá estabilidade, 31% expansão e 27% retração (saldo de +4%).

Dentre os fatores que deverão influir negativamente sobre a produção bovina, destacam-se: preço recebido pelo produtor (desestimulador para 60% delas e estimulador para 9%, logo, um saldo de -51%) e menor demanda de animais (-21%). Maior alimentação animal (saldo de +14%), melhores condições climáticas (+10%) e maior manejo animal (+9%) deverão exercer influência positiva.

Clima dos negócios agropecuários: morno

Para a agropecuária define-se um indicador denominado clima dos negócios, média geométrica do produto de duas expressões lineares; uma, função do saldo da situação dos negócios, outra da evolução da produção em pers-

MPEs agropecuárias: criação animal, fatores de variação da produção

Saldos das respostas (%), 1999

Unidades da federação	*Manejo animal*	*Alimentação animal*	*Demanda*	*Preço recebido pelo produtor*	*Condições climáticas*
Goiás	+26	+33	-7	-59	+31
Minas Gerais	+11	+34	-30	-60	+15
Pernambuco	+6	-4	+4	-2	-14
Rio de Janeiro	+16	+14	-14	-38	+17
São Paulo	-5	+5	-9	-35	-6
Agregado estadual	+10	+15	-19	-48	+10

Fonte: FGV/IBRE/CET – Sebrae.

MPEs agropecuárias: bovinocultura

Previsão para 1999

	Nível de produção			*Evolução da produção*		
Unidades da federação	EX	NO	FR	(+)	(=)	(-)
Goiás	14	74	12	83	17	0
Minas Gerais	18	48	34	27	40	33
Pernambuco	16	58	26	45	20	35
Rio de Janeiro	8	75	17	4	54	42
São Paulo	7	73	20	7	70	23
Agregado estadual	15	58	27	31	42	27

Fonte: FGV/IBRE/CET – Sebrae.

Obs.: EX - excelente, NO - normal, FR - fraco.

(+), (=), (-), respectivamente, maior, igual e menor do que a safra anterior.

MPEs agropecuárias: bovinocultura

Fatores de variação da produção – Saldos das respostas (%), 1999

Unidades da federação	*Manejo animal*	*Alimentação animal*	*Demanda*	*Preço recebido pelo produtor*	*Condições climáticas*
Goiás	+24	+32	-9	-62	+25
Minas Gerais	+10	+16	-33	-63	+16
Pernambuco	+5	-4	0	-9	-15
Rio de Janeiro	+13	+11	-20	-42	+17
São Paulo	-3	+7	-8	-34	-7
Agregado estadual	+9	+14	-21	-51	+10

Fonte: FGV/IBRE/CET – Sebrae.

A DEMANDA DE PRODUTOS de origem animal deve cair para 33% das MPEs; se expande para 14%. O preço recebido pelo produtor continua sendo considerado ruim para 57% delas e estimulador para 9%. O saldo é negativo em 48%.

pectiva. *O clima dos negócios agropecuários* sintetiza o sentimento do produtor acerca dos negócios para o ano agrícola em curso, e foi definido analogamente ao indicador de mesmo nome, construído para a indústria, amplamente utilizado nas economias européias como indicador antecedente das atividades econômicas.

Esse indicador varia numa escala de 100 a 300 pontos, cujas extremidades apontam as seguintes perspectivas: (i) um clima dos negócios generalizadamente desfavorável (100 pontos); e (ii) generalizadamente favorável (300 pontos). Na pesquisa de novembro de 1998, o clima dos negócios agropecuários dos micro e pequenos estabelecimentos alcançou 143,6 pontos, situando-se 0,8 ponto acima da média histórica (142,8 pontos).

Os autores são, respectivamente, técnico do Sebrae, chefe do Centro de Estudos Tendenciais do IBRE/FGV, gerente de Planejamento, Estudos e Pesquisas do Sebrae e técnicos do Centro de Estudos Tendenciais do IBRE/FGV.

O Sebrae e a FGV realizaram a pesquisa sobre a evolução conjuntural prospectiva do setor e os fatores de variação da produção de micro e pequenos estabelecimentos agropecuários.

Em abril, edição especial

AGRISHOW - 99

Para anunciar:
Redação (021) 536-9269 – SP: (011) 3061-9754
RJ (021) 533-3121
Visite-nos no stand 14

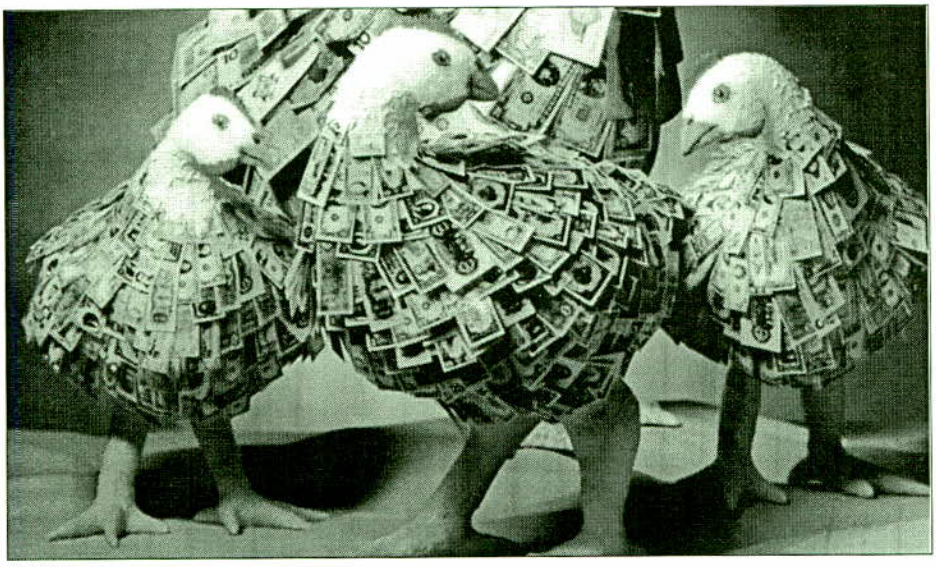
AVICULTURA DE CORTE

Novo modelo

As exportações devem aumentar, mas o consumo de frango per capita *pode cair neste ano*

A Apinco contou com três variáveis em sua projeção para o ano: expectativa de produção da quantidade alojada de matrizes de corte em 1998; possibilidades de exportação; comportamento do consumidor brasileiro em relação às compras da carne de frango.

Luiz Antonio Pinazza



A Associação Brasileira de Pintos de Corte é reconhecida pelo seu trabalho de competência na coleta, organização e análise dos dados da avicultura de corte nacional. Dentro do agribusiness brasileiro, bem poucas entidades conseguem desenvolver setorialmente atividades com padrão de qualidade equivalente.

Com base nas expectativas do comportamento socioeconômico e sob o pressuposto de que a avicultura de corte nacional possui condições para atender à demanda potencial do país, a Apinco traça três cenários a cada ano: pessimista, realista e otimista. Todos eles trazem o desafio de estabelecer o máximo de capacidade de produção de acordo com o quadro conjuntural vigente da oferta e procura.

Embora reconheça que diante da desvalorização cambial ficou mais difícil projetar o ano de 1999, a Apinco contou com três variáveis: a expectativa de produção da quantidade alojada de matrizes de corte em 1998; as possibilidades de exportação; e o comportamento do consumidor brasileiro em relação às compras da carne de frango.

A projeção baseia-se na fórmula de cálculo habitual da entidade, tendo em vista que até 1997 a produção efetiva de pintos de corte representava 98,84% do potencial estimado. Esse modelo precisa mudar, tendo em vista os novos elementos que passaram a desenhar a avicultura de corte. Com a passagem do El Niño, a manifestação do subtipo J da leucoce viária e a maior participação das linhagens de conformação no mercado nacional, a realidade passou a ser outra.

Ainda não se dispõe de um padrão médio de produtividade para as linhagens de conformação. Assim, na construção do cenário realista tomou-se como base de que todo o potencial disponível está sendo utilizado (há um déficit generalizado na oferta de ovos férteis e de pintos de um dia). Isso corresponde a uma produção de pintos na casa de 250 milhões por mês, com tendência de aumento de 10% no segundo semestre. Nessa perspectiva, haverá 3.150 milhões de pintos em 1999, quase 10% a mais que no ano anterior.

No terreno das exportações, projeta-se uma expansão de 15%, que significam 700 mil. Como a desvalorização aumenta a competitividade do produto nacional, esse número poderá ser suplantado. No consumo *per capita*, se a queda de renda do Brasil de fato ocorrer, a retração na demanda do frango poderá ser de 1,2%, redução que só não será maior se for contrabalançada pelo crescimento vegetativo da população, de 1,25% ao ano.

Brasil: cenários da Apinco para 1999

Item	*Unidade*	*Cenário*		
		Pessimista	*Realista*	*Otimista*
Produção	Mil toneladas	4.350	4.585	4.800
Demanda interna	Mil toneladas	3.735	3.885	4.000
Exportação	Mil toneladas	615	700	800
Consumo *per capita*	Quilos/ano	23	24	24
Produção potencial	Milhões de pintos	3.150	3.150	3.150
Alojamento	Milhões de pintos	2.718	2.865	3.000
Excedente anual	Milhões de pintos	432	285	150
Excedente mensal	Milhões de pintos	36	24	13

FUMO

Queda-de-braço

Produtores insatisfeitos e empresas compradoras irredutíveis caracterizam os negócios do fumo nas safras mais recentes

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Os resultados do setor fumageiro do Brasil em 1998 não foram dos melhores. A quantidade colhida na região Sul, onde se produzem cerca de 90% da safra total do país, ficou em 460 mil toneladas, de acordo com o IBGE, ou seja, cerca de 10% aquém da expectativa inicial de 510 mil toneladas.

O motivo do mau resultado deve ser atribuído ao El Niño, que atingiu com chuvas e enchentes as lavouras sulinas no período de desenvolvimento das plantas. O rendimento médio da cultura desceu ao menor patamar dos últimos 15 anos – 1.500kg/ha ou 22% a menos do que o verificado um ano antes.

Pelo lado do comércio exterior, o quadro foi igualmente frustrante. Embora o Brasil tenha mais uma vez confirmado sua posição de maior exportador mundial de fumo em folha, a quantidade dirigida a outros países diminuiu 11% em relação à registrada em 1997, tendo chegado a 274 mil toneladas. Foi o pior resultado desde 1995. O preço médio recebido nessas vendas, de US$3.200/t, foi 7,2% inferior ao do exercício anterior.

O país sofreu a concorrência representada pela grande produção mundial de fumo em folha de 1997, que empurrou os estoques iniciais de 1998 para o patamar até então inédito de 6,8 milhões de toneladas. Não estranha, portanto, que o Brasil tenha tido dificuldade em colocar seu produto no mercado externo.

Produtores desgostosos

No que diz respeito aos fumicultores, o resultado da comercialização no ano passado não agradou. A despeito de seus argumentos quanto à elevação dos custos de produção no período, a indústria transformadora não concordou em pagar pelo fumo TO2 (Virgínia) mais do que os R$ 2,00/kg praticado nas três últimas safras. Ademais, houve novas reclamações (à semelhança do ocorrido no ano anterior) quanto à rigidez das empresas nos critérios de classificação do produto recém-colhido, o que teria depreciado ainda mais a receita auferida pelos agricultores.

Desgostosos com os acontecimentos que antecederam a temporada 1998/99, os fumicultores sulistas não queriam expandir a área plantada. A indústria, por sua vez, tinha interesse em que isso não acontecesse, devido ao baixo estoque inicial do fumo em folha para 1998/99. Foi então concedido reajuste de 5% no pagamento do produto novo, passando o preço do fumo Virgínia para R$2,10/kg. O que não evitou, porém, que a área cultivada no Sul do país decrescesse – ainda que marginalmente – com relação à da safra anterior, ficando em 261,7 mil hectares.

As avaliações iniciais da Afubra são de que a colheita sulina da temporada 1998/99 tenha alcançado 485 mil toneladas. Ou seja, o rendimento médio seria de praticamente 1.900kg/ha, por conta das condições climáticas mais estáveis proporcionadas pelo fenômeno meteorológico La Niña.

Apesar do quadro de melhores números para a fumicultura brasileira, a comercialização do produto novo não vem agradando os agricultores, que, mais uma vez, se dizem prejudicados pelo critério de classificação do produto adotado pelas empresas adquirentes. Elas alegam que, devido à baixa umidade no momento da colheita, depois de curado o fumo está adquirindo coloração diferente daquela mais valorizada no mercado.

Segundo a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag) do Rio Grande do Sul, esse nível de exigência vem trazendo perda na remuneração que ultrapassa muito o reajuste de 5% concedido ao preço, já que o valor mais recebido no estado tem sido de R$1,60/kg. Já os cálculos da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) vêm apontando preço médio recebido de R$1,80/kg, 16% superior ao custo de produção médio da lavoura calculado pela entidade.

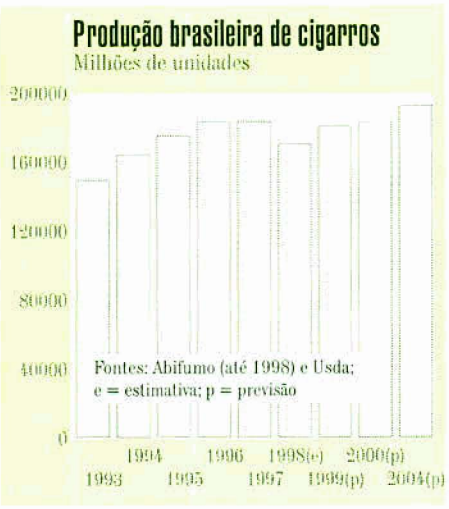
A estratégia adotada pelos produtores para minimizar seu prejuízo tem sido reter o produto colhido, represando a venda às empresas como forma de pressioná-las em sua necessidade de

Brasil: cigarros – balanço de oferta e demanda

1993 a 1998 em mil unidades*

	1993	1994	1995	1996	1997	1998*
Produção	149.200	163.050	174.600	182.600	182.800	178.000
Exportação	29.719	54.754	64.980	63.309	72.000	79.000
Consumo interno	119.481	108.296	109.620	119.291	110.800	99.000

Fontes: Abifumo (1993 a 1997) e Usda (1998).
*Estimativa.



O vaivém dos cigarros brasileiros

Os números preliminares da Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo) para a produção brasileira de cigarros do ano passado informam que ela foi 7% inferior à do exercício precedente, alcançando 170 bilhões de unidades. Como a exportação manteve-se praticamente inalterada – 72 bilhões de unidades de 1997 –, conclui-se que o consumo interno aparente, 98 bilhões de unidades, ficou em seu nível mais baixo desde o início dos anos 80.

Na realidade, porém, o quadro foi muito diferente. O tradicional contrabando de cigarros se incumbiu de garantir oferta e consumo internos muito maiores do que os informados pelos números oficiais.

Obviamente, os dados relativos ao comércio ilegal se originam de observação informal, o que significa que não se pode ter nenhuma segurança a respeito. Mas a indústria cigarreira admite que 2/3 dos cigarros exportados pelo Brasil são contrabandeados de volta, o que explica por que o Paraguai é o nosso maior cliente.

Essa suposição indicaria que o consumo interno real de cigarros em 1998 teria chegado a pouco mais de 158 bilhões de unidades, 60% a mais do que o consumo interno aparente.

É muito provável que essa distorção detectada desde 1992 desapareça das estatísticas brasileiras do setor cigarreiro em 1999, porque desde o início do ano está em vigor um imposto de 150% sobre o cigarro brasileiro exportado para a América do Sul e o Caribe.

matéria-prima. Além do mais, o campo está ciente da melhoria que a desvalorização cambial trouxe aos negócios de exportação, subentendendo-se aí maior capitalização das empresas adquirentes de fumo.

A manutenção dessa postura dependerá de dois fatores. Um deles é o clima que, apresentando baixo teor de umidade, poderá colaborar para que o produto bem armazenado não se altere.

O outro fator é a capacidade dos fumicultores para sustentar essa queda-de-braço com as empresas. A rigidez na classificação do fumo já fora acentuada na compra da safra 1997/98. É de supor que a capitalização no campo esteja longe de ser suficiente para garantir a sustentação continuada desta estratégia.

E-mail: irene@fgv.br

Conjuntura

INDICADOR DO MILHO FGV/BM&F

'Just in time'

Compras de lotes pequenos, diretamente ao produtor: essa é a postura dos compradores no início do ano

ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA

O mês de abril está apontando um cenário de preços mais baixos para o milho no mercado interno. Mesmo sendo um período típico de colheita de safra, em que os preços têm comportamento baixista, outros fatores vêm contribuindo para acentuar essa tendência.

Há aceleração na colheita. Historicamente, a logística é a favor da cultura da soja. Este ano, com os preços da soja em queda e com uma tendência de não-recuperação no preço, muitos produtores estão acelerando a entrada da soja afim de aproveitar melhores preços. Assim, para receber a soja, o mercado despeja o milho, aumentando a oferta. Os compradores de milho, acreditando em preços ainda mais baixos, evitam compras excessivas e a formação de estoques no médio e longo prazos.



A postura do agente comprador está praticamente determinando a tendência dos preços nesses três primeiros meses do ano. Compras de lotes pequenos, compras diretamente ao produtor e compras de balcão. Ou seja, o mercado não está absorvendo o milho disponível com tanta intensidade como se esperava.

No mercado futuro do milho realizado na BM&F, os contratos para o curto prazo – abril e maio – estão com preços altos em relação ao mercado físico, devendo se ajustar à medida que o mercado assimilar a tendência de baixa para o período.

Já para os contratos mais longos, há indefinição, uma vez que falta liquidez para esse tipo de contrato. A indefinição em grande parte está relacionada à política cambial, já que alguns agentes acreditam em ajuste no câmbio para o próximo semestre.

Outro aspecto que está sendo levado em conta pelo mercado é a possibilidade de aperto na oferta no segundo semestre, já que com o câmbio alto eleva-se o custo da importação do milho. No ano passado, as importações tiveram um papel importante no abastecimento interno, equilibrando o mercado. No ano em curso os consumidores provavelmente não terão mais a alternativa de produtos importados.

E-mail: roger@fgv.br

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Incentivo à tecnologia

A Resolução nº 2.594, cuja íntegra se reproduz abaixo, estende a aplicação dos recursos do Pronaf a investimentos que visem ao "repasse de tecnologia ao agricultor por parte de indústrias adquirentes e processadoras do produto". Anteriormente, a linha de crédito Agregar, para investimentos ao amparo do Pronaf, só se aplicava a "a) o beneficiamento, processamento e comercialização da produção agropecuária ou de produtos artesanais desenvolvidos por famílias rurais, de forma isolada ou grupal; e b) a exploração de turismo e lazer rural".

Resolução nº 2.593, de 25 de fevereiro de 1999, do Bacen – *dispõe acerca da liberação de encaixe obrigatório sobre recursos captados em caderneta de poupança rural para aplicação em financiamentos rurais.*

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25.02.1999, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da citada Lei, e 4º da Lei nº 4.829, de 05.11.1965, resolveu:

Art. 1º Alterar o art.1º, inciso II, da Resolução nº 2.511, de 17.06.1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.1º Admitir que até 60% (sessenta por cento) do encaixe obrigatório mantido no Banco Central do Brasil, previsto no art. 1º, inciso I, da Resolução nº 1.898, de 29.01.1992, seja atendido com base em saldo de aplicações em crédito rural formalizadas:

II- a partir de 19.06.1998, destinadas a custeio agrícola das safras 1998/99 e 1999/99, e a partir de 26.02.1999, destinadas a custeio agropecuário e comercialização (Empréstimo do Governo Federal – EGF), sob as condições gerais aplicáveis às operações da espécie com recursos controlados, em especial à taxa efetiva de juros de 8,75% a.a. (oito inteiros e setenta e cinco por cento ao ano)."

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução nº 2.594, de 25 de fevereiro de 1999, do Bacen – *dispõe acerca da Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural – Agregar, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), de que trata a Resolução nº 2.507, de 17.06.1998.*

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31.12.1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 25.02.1999, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da citada Lei, e 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 05.11.1965, resolveu:

Art. 1º Acrescentar alínea "c" ao inciso I do art. 1º da Resolução n. 2.507, de 17.06.1998, com a seguinte redação:

"Art.1º Instituir a linha de crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural – Agregar, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Assistência Financeira (Pronaf – MCR 8-10), com as seguintes características:

I- finalidades: investimentos, inclusive em infra-estrutura, que visem:

c) a evolução do processo de produção agrícola, mediante repasse de tecnologia ao agricultor por parte de indústrias adquirentes e processadoras do produto e a inserção da produção familiar no mercado, via integração da cadeia produtiva, e gerem agregação de renda;

"Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

E-mail: mjcyhlar@fgv.br

Em abril, AGRISHOW-99

ASSINE AGROANALYSIS

Sim! desejo assinar AGROANALYSIS por um ano (12 edições).
Assinatura anual – opções de pagamento:
Assinatura pessoa física ☐ Assinatura pela empresa ☐

☐ R$55,00 (cheque nominal à Fundação Getulio Vargas)
☐ R$55,00 (ficha de compensação bancária)
☐ R$55,00 (cartão de crédito)

Nome: .....
Empresa: .....
Endereço: .....
CEP: ..... Cidade: ..... Estado: .....
Tel.: ..... Ramo de atividade: .....
Função na empresa: .....
Data: ..... / ..... / ..... Assinatura: .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido essa a opção escolhida)
Nome do cartão: ..... Nº do cartão: ..... Validade: ...../ ...../ .....

Visite nossa home page: http://www.fgv.br – E-mail: assine@fgv.br – Caixa postal: 62.591 – CEP: 22252-970; Endereço: Praia de Botafogo, 190, sala 607, Rio de Janeiro - RJ – CEP: 22253-900 Tels.: (021) 536-9197/9196 – Fax: (021) 536-9155

Ligue grátis 0800-21-7777

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Primeiros dados

No início de março o IBGE divulgou os primeiros dados nacionais para a safra a ser colhida em 1999

Os números ainda são provisórios, uma vez que os dados das regiões Norte e Nordeste, onde o plantio se inicia mais tarde, ainda não estão disponíveis. Mas para 1999 espera-se que a produção nordestina seja favorecida por condições climáticas regulares, permitindo mudar os resultados da safra anterior, muito prejudicada pela estiagem. Nas principais safras da região Centro-Sul, as estimativas confirmam previsões anteriores: aumento das colheitas de arroz, feijão e milho, redução da produção de soja. O algodão herbáceo deverá registrar também aumento de safra em função do excelente rendimento agrícola que a malvácea vem obtendo no Centro-Oeste. Nas demais áreas produtoras, a comercialização decepcionante do ano anterior levou a uma redução significativa da área plantada.

Tradicionalmente, nos próximos meses esses números deverão mudar. Além da consolidação das informações decorrentes da conclusão da colheita no Centro-Sul e do progresso do plantio da região Nordeste, só então será possível conhecer os dados relativos à safra de inverno e das segundas e terceiras safras de lavouras como amendoim, batata-inglesa e feijão. Espera-se também uma expansão do milho safrinha que ano a ano vem ganhando destaque. Com a nova política cambial, é de se esperar que a produção de trigo venha a crescer.

E-mail: mjcyhlar@fgv.br

Brasil: produção e área colhida de lavouras selecionadas

	Área (em ha)				*Produção (em t)*			
	Participação (%)	*Safra 1998*	*Safra 1999*	*Variação %*	*Participação (%)* *	*Safra 1998*	*Safra 1999*	*Variação %*
Total		32.310.472	32.760.713	1,39				
Abacaxi	39,73	19.925	19.910	-0,08	40,98	438.962	492.521	12,20
Algodão		697.815	607.038	-13,01		1.169.396	1.276.511	9,16
Algodão arbóreo	52,52	6.308	7.374	16,90	56,65	699	1.887	169,96
Algodão herbáceo (em caroço)	83,96	691.507	599.664	-13,28	96,00	1.168.697	1.274.624	9,06
Amendoim		91.294	89.075	-2,43		181.362	160.878	-11,29
Amendoim (em casca) 1ª safra	100,00	72.694	70.475	-3,05	100,00	150.662	130.178	-13,60
Amendoim (em casca) 2ª safra	78,95	18.600	18.600	0,00	86,19	30.700	30.700	0,00
Arroz (em casca)	79,48	2.441.972	2.901.565	18,82	87,28	6.804.335	9.406.571	38,24
Banana	38,96	203.729	203.857	0,06	34,44	189.139	193.780	2,45
Batata-inglesa		130.790	125.761	-3,85		1.854.848	1.902.613	2,58
Batata-inglesa 1ª safra	100,00	93.992	94.234	0,26	100,00	1.294.043	1.452.340	12,23
Batata-inglesa 2ª safra	60,75	36.798	31.527	-14,32	63,27	560.805	450.273	-19,71
Cacau (em amêndoa)	2,20	16.296	16.296	0,00	2,44	6.892	6.892	0,00
Café (em coco)	62,43	1.308.163	1.285.859	-1,70	69,13	2.336.770	2.110.140	-9,70
Cana-de-açúcar	86,68	4.285.282	4.290.110	0,11	92,28	312.240.102	312.669.560	0,14
Cebola	87,87	58.718	54.595	-7,02	85,91	715.485	753.436	5,30
Feijão		1.723.221	2.049.398	18,93		1.103.662	1.402.904	27,11
Feijão (em grão) 1ª safra	79,21	1.466.730	1.787.548	21,87	92,64	914.037	1.204.666	31,80
Feijão (em grão) 2ª safra	19,82	256.491	261.850	2,09	20,85	189.625	198.238	4,54
Laranja	84,27	848.287	847.385	-0,11	89,11	102.417.936	83.273.049	-18,69
Mandioca	48,39	767.526	747.332	-2,63	52,89	10.477.505	10.671.134	1,85
Milho (em grão) 1ª safra	88,08	7.409.848	7.812.142	5,43	94,56	22.279.170	23.789.030	6,78
Soja (em grão)	95,31	12.628.862	12.030.606	-4,74	95,76	30.026.579	29.284.927	-2,47
Sorgo	40,35	133.982	8.943	-93,33	48,95	293.497	202.691	-30,94
Tomate	75,81	45.886	40.302	-12,17	84,13	2.264.764	1.960.823	-13,42
Uva	79,03	45.648	44.824	-1,81	71,46	527.486	572.059	8,45

Fonte: IBGE, LSPA. *Levantamento sistemático da produção agrícola,* jan. 1999.

*Refere-se à participação das unidades da Federação, informantes no mês de janeiro, em relação ao total da área e da produção nacional.

Nas colunas relativas ao ano anterior não foram consideradas as unidades da Federação que ainda não informaram suas estimativas neste ano.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

CARNE BOVINA

Argentina em queda

Com o esvaziamento da capacidade produtiva na Europa, o Brasil está conseguindo vender mais carne bovina para os europeus

Os abates de bovinos no fim de 1997 aumentaram os preços dos animais e estimularam a queda na produção de carne em 1998

Brasil

(mil t)

	1996	1997	1998	1999(p)
Produção	6.150	6.050	6.140	6.213
Importação	144	113	90	80
Exportação	274	290	335	335
Consumo	6.060	5.883	5.895	5.958

(p) previsão.

O crescimento de 15% nas exportações brasileiras em 1998 deveu-se a mais vendas à União Européia, conseqüência da menor oferta do produto argentino.

EUA

(mil t)

	1996	1997	1998	1999(p)
Produção	11.749	11.714	11.787	11.016
Importação	940	1.063	1.150	1.252
Exportação	851	969	957	968
Consumo	11.903	11.767	12.011	11.322

(p) previsão.

Os preços da carne bovina norte-americana devem subir em 1999, estimulando as importações, principalmente do produto destinado a processamento posterior.

Argentina

(mil t)

	1996	1997	1998	1999(p)
Produção	2.580	2.570	2.250	2.315
Importação	0	0	0	0
Exportação	470	437	280	285
Consumo	2.120	2.150	2.010	2.065

(p) previsão.

As fortes secas que afetaram a produção local de grãos em 1995-96 estimularam os abates de bovinos, aumentando-lhes os preços no fim de 1997. A conseqüente retenção dos animais explica a queda na produção de carne em 1998 e o crescimento discreto esperado para 1999.

União Européia

(mil t)

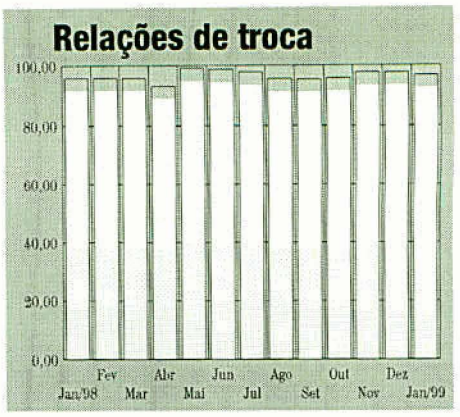
	1996	1997	1998	1999(p)
Produção	7.789	7.755	7.604	7.513
Importação	365	379	369	371
Exportação	913	909	714	574
Consumo	6.870	7.001	7.132	7.133

(p) previsão.

Desde 1997, o consumo europeu de carne bovina vem patinando ao redor de 7 milhões de toneladas, devido ao gradual esvaziamento da capacidade de produção local.

Preços recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de novembro 1998/unidade



Relação de trocas reverte tendência

Depois de um período de melhoria, a relação de troca entre preços das lavouras comercializadas pelo produtor rural e os insumos por ele utilizados reverteu sua tendência. Com a nova política cambial há o perigo de um aumento nos preços dos insumos e conseqüente piora da relação de trocas.

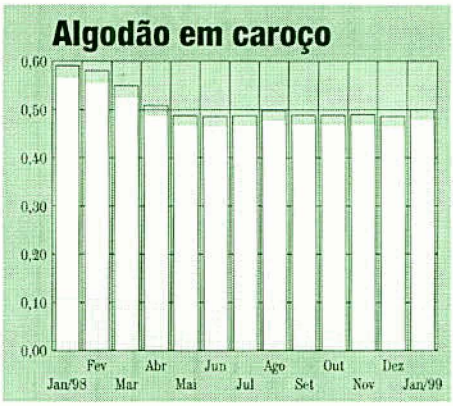
Produtos	*Lavouras*	*Lavouras - Produtos PGPM*	*Demais Lavouras*	*Produtos animais*	*Agropecuária - IPR*	*Sementes*	*Fertilizantes*	*Agrotóxicos*	*Serviços*	*Combustíveis*	*Mão-de-obra*	*IPP*
1990	0,002	0,002	0,001	0,002	0,002	0,002	0,004	0,003	0,003	0,002	0,003	0,003
1991	0,010	0,013	0,007	0,012	0,010	0,014	0,017	0,015	0,014	0,011	0,016	0,015
1992	0,112	0,141	0,079	0,121	0,114	0,144	0,170	0,163	0,182	0,153	0,147	0,159
1993	2,602	3,215	1,903	2,829	2,670	2,914	3,062	3,184	3,380	3,260	3,012	3,113
1994	70,490	73,192	66,860	70,140	70,348	70,358	69,590	69,556	70,490	69,377	78,287	71,441
1995	106,133	106,894	104,206	102,881	105,057	107,525	111,208	105,203	118,388	101,834	193,854	125,843
1996	125,690	136,944	108,126	101,925	117,128	119,544	130,937	113,884	126,825	110,525	239,794	144,119
1997	140,435	140,688	136,530	106,792	128,048	130,709	136,852	121,774	132,098	122,487	259,292	154,506
1998	154,263	158,255	143,619	109,529	137,453	138,743	137,114	129,473	136,252	124,986	270,458	159,693
Jan/97	130,327	140,020	114,176	103,065	120,442	129,050	138,159	118,209	128,737	121,987	252,438	152,415
Fev.	131,777	135,086	123,631	104,313	121,822	130,683	138,376	119,346	130,737	121,987	253,013	153,217
Mar.	136,668	137,347	132,195	106,269	125,569	129,952	137,932	119,933	130,715	121,987	254,498	153,319
Abr.	140,938	140,161	138,541	108,246	128,940	129,793	137,784	120,327	131,271	121,987	256,774	153,795
Maio	144,970	143,560	143,460	107,590	131,080	129,142	137,263	120,638	132,250	121,987	258,617	154,058
Jun.	143,798	139,410	146,948	107,585	130,380	128,780	136,485	120,983	132,101	121,987	260,862	154,235
Jul.	138,342	136,114	137,999	109,252	127,836	129,868	136,215	121,986	132,822	121,987	261,452	154,646
Ago.	137,947	136,114	136,991	107,908	127,051	130,188	136,427	122,595	132,289	121,987	261,839	154,821
Set.	141,021	139,841	138,954	107,874	128,883	131,573	136,073	123,289	132,986	121,987	262,462	155,230
Out.	143,467	143,862	138,891	106,705	129,854	131,553	135,769	123,757	132,948	121,987	262,118	155,126
Nov.	145,821	146,738	140,402	106,063	130,975	133,468	135,623	124,503	133,571	124,986	262,246	156,047
Dez.	150,141	150,002	146,178	106,631	133,749	134,455	136,122	125,721	134,753	124,986	265,186	157,169
Jan/98	151,632	148,744	151,815	106,432	134,528	135,030	136,300	126,541	136,101	124,986	267,369	157,977
Fev.	151,480	148,995	151,032	106,448	134,447	134,975	136,119	127,184	136,223	124,986	266,398	157,819
Mar.	151,552	147,506	153,598	108,022	135,178	135,335	136,609	128,043	136,341	124,986	266,872	158,200
Abr.	148,128	144,400	149,760	108,479	133,386	135,896	137,723	128,778	137,161	124,986	267,932	158,964
Maio	158,331	163,234	145,695	109,987	140,022	137,049	137,693	129,491	137,300	124,986	269,810	159,587
Jun.	157,884	164,206	143,268	110,904	140,168	137,763	137,568	129,652	136,786	124,986	270,932	159,831
Jul.	156,561	165,808	137,992	111,471	139,646	138,638	137,558	130,056	136,632	124,986	270,878	159,981
Ago.	153,418	160,229	138,143	112,079	138,083	140,210	137,881	130,209	135,897	124,986	271,983	160,448
Set.	152,737	160,354	136,396	112,003	137,648	141,204	136,555	130,156	135,446	124,986	271,532	160,111
Out.	153,861	161,818	137,040	110,195	137,540	141,491	136,672	130,840	135,164	124,986	273,050	160,509
Nov.	157,487	166,499	139,180	108,611	138,980	142,944	137,379	130,902	135,429	124,986	273,380	161,030
Dez.	158,080	167,272	139,512	109,714	139,811	144,382	137,313	131,830	136,546	124,986	275,354	161,855
Jan/99	158,031	165,712	141,449	110,379	140,076	146,054	139,078	133,934	136,726	128,100	275,709	163,383

Fonte dos dados primários, brutos: Empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e Prefeituras Municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas/Ibre/FGV

[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos

Preços recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de novembro 1998/unidade



Cotações do algodão não se recuperam

Em 1998 os preços da malvácea recuaram para os menores níveis da década em função da expresssiva safra. Em 1999 as cotações não deverão se recuperar devido à produção e à retração do mercado interno. No mercado mundial as cotações também estão deprimidas.

Anos/ Produtos	*Algodão em caroço*	*Amendoim em casca*	*Arroz em casca*	*Banana*	*Batata-inglesa*	*Cacau*	*Café em coco*	*Cana-de-açúcar*	*Feijão*	*Fumo em folha*
	(kg)	*(kg)*	*(kg)*	*(dúzia)*	*(kg)*	*(15 kg)*	*(kg)*	*(t)*	*(kg)*	*(kg)*
Média 1990	0,592	0,513	0,308	0,405	0,467	19,838	0,789	17,241	0,914	2,032
Média 1991	0,611	0,607	0,391	0,408	0,500	22,473	0,750	18,425	0,908	2,108
Média 1992	0,539	0,422	0,287	0,300	0,323	22,260	0,647	19,126	0,706	2,924
Média 1993	0,606	0,537	0,284	0,315	0,353	19,669	0,818	17,082	0,886	2,621
Média 1994	0,612	0,482	0,275	0,403	0,552	20,670	1,457	17,620	1,065	2,250
Média 1995	0,536	0,434	0,225	0,600	0,406	19,124	1,318	15,837	0,635	2,085
Média 1996	0,555	0,444	0,234	0,471	0,313	17,997	1,084	17,252	0,695	2,319
Média 1997	0,602	0,528	0,243	0,368	0,340	22,832	1,422	17,652	0,626	2,078
Média 1998	0,512	0,410	0,293	0,377	0,414	24,396	1,271	17,219	1,061	2,069
Jan. 1997	0,577	0,446	0,250	0,392	0,196	19,702	1,067	17,732	0,675	2,079
Fev. 1997	0,564	0,444	0,249	0,379	0,217	18,069	1,312	17,451	0,650	2,103
Mar.	0,589	0,471	0,236	0,386	0,289	19,704	1,436	17,593	0,632	2,079
Abr.	0,607	0,543	0,234	0,373	0,383	21,890	1,438	17,544	0,650	2,066
Maio	0,616	0,563	0,234	0,393	0,499	23,332	1,519	17,427	0,648	2,060
Jun.	0,612	0,548	0,232	0,390	0,475	23,919	1,603	17,939	0,654	2,035
Jul.	0,611	0,601	0,232	0,358	0,379	23,614	1,391	17,913	0,611	2,044
Ago.	0,611	0,601	0,232	0,358	0,380	23,603	1,392	17,910	0,611	2,045
Set.	0,629	0,608	0,241	0,356	0,272	24,691	1,488	17,701	0,576	2,023
Out.	0,616	0,574	0,251	0,355	0,313	25,411	1,473	17,275	0,585	2,099
Nov.	0,601	0,487	0,259	0,342	0,342	25,098	1,419	17,433	0,601	2,155
Dez.	0,586	0,453	0,267	0,329	0,339	24,946	1,522	17,910	0,617	2,150
Jan. 98	0,591	0,438	0,265	0,326	0,428	24,198	1,611	17,540	0,612	2,080
Fev.	0,581	0,377	0,265	0,347	0,408	22,950	1,621	17,332	0,683	2,059
Mar.	0,549	0,366	0,264	0,356	0,448	22,896	1,546	17,760	0,732	2,085
Abr.	0,509	0,397	0,255	0,356	0,489	23,579	1,436	17,641	0,805	2,047
Maio	0,488	0,417	0,274	0,386	0,457	26,086	1,270	17,560	1,331	2,053
Jun.	0,486	0,415	0,284	0,395	0,446	25,893	1,176	17,279	1,490	2,007
Jul.	0,488	0,437	0,295	0,397	0,417	25,095	1,078	17,079	1,333	2,024
Ago.	0,499	0,418	0,296	0,397	0,377	24,527	1,101	17,180	1,264	2,018
Set.	0,489	0,428	0,316	0,398	0,357	24,584	1,070	16,991	1,121	2,069
Out.	0,489	0,418	0,326	0,398	0,377	24,490	1,071	16,833	1,142	2,111
Nov.	0,490	0,409	0,337	0,388	0,378	24,606	1,113	17,048	1,093	2,176
Dez.	0,486	0,405	0,334	0,384	0,384	23,851	1,163	16,386	1,133	2,104
Jan. 1999	0,500	0,400	0,320	0,390	0,370	23,960	1,200	15,950	1,080	2,070

Preços recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de novembro de 1998/unidade

Câmbio dificulta baixas nas cotações

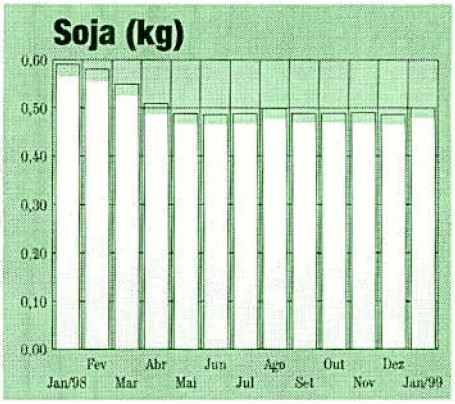
O expressivo aumento da produção na atual safra já se reflete na reversão dos preços. Entretanto, a nova situação cambial impedirá que eventuais importações exerçam pressão baixista sobre os preços.



Anos/ Produtos	*Laranja*	*Milho*	*Mandioca (raiz)*	*Soja*	*Tomate*	*Trigo em grão*	*Cebola*	*Mamona*	*Pimenta-do-reino*	*Sisal*	*Uva*
	(cento)	*(kg)*	*(t)*	*(kg)*	*(kg)*	*(kg)*	*(kg)*	*(kg)*	*(kg)*	*(kg)*	*(kg)*
Média 1990	4,230	0,206	61,295	0,246	0,555	0,199	0,801	0,293	1,422	0,212	0,383
Média 1991	3,253	0,220	73,404	0,303	0,474	0,199	0,471	0,241	1,172	0,212	0,334
Média 1992	3,200	0,196	82,972	0,315	0,443	0,236	0,500	0,261	0,965	0,195	0,283
Média 1993	2,534	0,201	82,339	0,311	0,417	0,217	0,509	0,295	1,041	0,207	0,581
Média 1994	3,423	0,173	59,142	0,272	0,531	0,180	0,402	0,298	1,682	0,250	0,375
Média 1995	3,271	0,143	83,419	0,205	0,489	0,180	0,553	0,297	1,984	0,301	0,510
Média 1996	2,088	0,165	87,340	0,262	0,406	0,221	0,254	0,293	1,735	0,287	0,211
Média 1997	2,376	0,132	81,291	0,283	0,333	0,159	0,526	0,259	3,358	0,324	0,292
Média 1998	2,856	0,146	75,493	0,229	0,416	0,156	0,444	0,240	4,361	0,286	0,890
Jan. 1997	2,406	0,142	85,231	0,283	0,283	0,142	0,294	0,283	2,144	0,294	0,381
Fev. 1997	2,840	0,130	81,587	0,271	0,325	0,141	0,325	0,293	2,450	0,314	0,369
Mar.	2,850	0,129	89,616	0,279	0,311	0,150	0,407	0,279	2,475	0,332	0,343
Abr.	2,823	0,128	87,250	0,288	0,437	0,160	0,543	0,277	2,940	0,309	0,000
Maio	2,549	0,138	85,437	0,287	0,404	0,181	0,669	0,265	2,942	0,308	0,000
Jun.	2,246	0,127	79,055	0,274	0,359	0,179	0,770	0,253	3,037	0,327	0,601
Jul.	2,202	0,126	77,722	0,263	0,285	0,169	0,717	0,253	3,151	0,348	0,601
Ago.	2,203	0,127	77,693	0,264	0,285	0,169	0,717	0,253	3,152	0,348	0,601
Set.	2,075	0,126	78,359	0,293	0,304	0,157	0,555	0,241	3,815	0,314	0,000
Out.	1,995	0,136	79,324	0,292	0,292	0,157	0,491	0,240	4,637	0,334	0,000
Nov.	2,072	0,135	79,468	0,300	0,342	0,155	0,404	0,238	5,625	0,352	0,000
Dez.	2,253	0,144	74,746	0,298	0,370	0,154	0,422	0,237	3,930	0,309	0,607
Jan. 98	2,509	0,143	73,503	0,286	0,408	0,153	0,438	0,245	4,079	0,286	0,612
Fev.	2,590	0,143	75,803	0,265	0,398	0,153	0,449	0,234	3,895	0,285	0,663
Mar.	2,980	0,142	74,284	0,244	0,417	0,153	0,448	0,234	4,577	0,264	0,722
Abr.	2,679	0,143	70,065	0,224	0,448	0,153	0,407	0,234	4,176	0,265	0,733
Maio	2,469	0,152	71,135	0,224	0,498	0,152	0,356	0,234	4,309	0,274	1,179
Jun.	2,655	0,142	73,604	0,213	0,497	0,162	0,426	0,223	4,854	0,284	1,013
Jul.	2,685	0,153	77,970	0,214	0,488	0,163	0,427	0,234	4,750	0,285	1,027
Ago.	2,925	0,143	76,996	0,204	0,438	0,163	0,397	0,245	4,606	0,296	1,029
Set.	3,129	0,143	76,432	0,214	0,357	0,153	0,438	0,255	4,373	0,306	0,948
Out.	3,161	0,143	77,813	0,214	0,357	0,153	0,551	0,245	4,262	0,285	0,918
Nov.	3,217	0,153	79,181	0,225	0,357	0,163	0,521	0,245	4,188	0,306	0,929
Dez.	3,277	0,152	79,128	0,223	0,324	0,152	0,475	0,253	4,268	0,293	0,910
Jan. 1999	3,480	0,160	72,690	0,210	0,340	0,150	0,430	0,260	4,160	0,280	1,000

Preços recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de novembro 1998/unidade



Grande produção de soja induz a queda

Perspectivas de uma grande produção mundial impulsionam a tendência da queda de preços. O câmbio, contudo, deverá trazer alívio aos exportadores.

Anos/ Produtos	*Bezerro até um ano*	*Boi gordo para corte*	*Vaca leiteira de raça*	*Vaca leiteira comum*	*Suíno para corte*	*Frango/galinha para corte*	*Leite*	*Lã*	*Ovos*	*Mel de abelha*	*Boi magro*
	(cabeça)	*(15 kg)*	*(cabeça)*	*(cabeça)*	*(15 kg)*	*(kg)*	*(l)*	*(15kg)*	*(dz)*	*(l)*	*(cabeça)*
Média 1990	195,609	39,852	959,649	588,840	23,822	1,725	0,404	35,642	1,070	4,007	366,350
Média 1991	173,266	36,731	773,817	483,828	22,790	1,474	0,379	21,043	0,935	4,695	316,704
Média 1992	157,910	35,048	662,273	413,007	19,744	1,293	0,356	33,326	0,910	3,028	294,901
Média 1993	170,207	37,146	706,855	439,711	22,064	1,305	0,369	27,689	1,018	3,147	309,176
Média 1994	196,242	36,057	884,517	537,587	20,300	1,243	0,331	32,841	0,953	3,655	345,793
Média 1995	173,589	29,326	974,365	545,850	18,396	1,013	0,345	40,680	0,773	6,204	305,193
Média 1996	133,097	24,973	793,639	428,118	14,921	0,947	0,305	30,351	0,852	6,113	248,062
Média 1997	127,251	25,263	734,745	393,049	16,987	0,887	0,266	32,682	0,825	5,202	239,230
Média 1998	128,616	26,428	691,978	369,275	15,678	0,894	0,252	26,750	0,786	5,520	238,269
Jan. 1997	125,126	24,644	743,462	397,932	16,382	0,914	0,272	31,785	0,773	5,268	237,549
Fev. 1997	125,888	24,735	740,226	397,986	16,823	0,911	0,271	31,033	0,824	5,300	239,668
Mar.	128,638	24,643	727,312	390,244	17,872	0,900	0,268	30,965	0,879	5,304	237,369
Abr.	130,166	24,979	744,216	396,112	18,289	0,873	0,277	30,401	0,873	5,241	239,540
Maio	131,495	24,861	736,221	392,541	17,863	0,860	0,276	30,543	0,860	5,225	241,017
Jun.	128,243	24,742	737,281	396,572	17,085	0,865	0,274	31,607	0,875	5,284	239,844
Jul.	127,752	25,658	739,284	397,102	16,754	0,896	0,274	31,812	0,875	5,110	239,108
Ago.	127,692	25,648	738,965	396,928	16,751	0,896	0,274	31,794	0,875	5,113	239,002
Set.	126,178	25,791	724,604	389,875	16,443	0,901	0,262	32,289	0,817	5,093	240,179
Out.	126,584	25,682	723,492	382,969	16,627	0,898	0,251	34,769	0,804	5,065	241,167
Nov.	124,910	25,854	736,241	391,364	16,521	0,870	0,249	38,170	0,715	5,127	239,523
Dez.	124,340	25,913	725,641	386,959	16,439	0,864	0,247	37,013	0,730	5,288	236,798
Jan. 98	125,591	25,871	720,335	389,562	16,092	0,857	0,245	35,069	0,704	5,333	233,429
Fev.	124,149	25,723	698,710	374,568	16,027	0,928	0,234	29,454	0,734	5,393	233,179
Mar.	125,243	25,734	688,529	366,332	15,858	0,926	0,244	28,064	0,753	5,238	238,596
Abr.	128,172	25,820	686,900	366,652	15,828	0,917	0,244	29,670	0,805	5,429	241,698
Maio	129,446	25,649	682,412	360,951	15,772	0,904	0,254	28,109	0,854	5,416	238,009
Jun.	129,371	25,548	682,529	367,056	15,596	0,902	0,263	26,389	0,831	5,493	234,472
Jul.	130,631	26,173	690,855	365,874	15,645	0,895	0,264	27,312	0,834	5,625	237,348
Ago.	129,536	26,688	690,914	366,321	15,713	0,907	0,265	28,919	0,805	5,727	237,947
Set.	130,421	27,275	693,292	366,567	15,472	0,887	0,265	27,988	0,785	5,789	238,612
Out.	130,219	27,498	692,836	366,330	15,212	0,867	0,255	23,358	0,785	5,730	240,873
Nov.	130,589	27,487	694,049	368,081	15,178	0,868	0,245	20,194	0,786	5,710	242,803
Dez.	130,026	27,674	682,374	373,003	15,739	0,870	0,243	16,477	0,759	5,351	242,259
Jan. 1999	129,340	27,350	671,560	365,570	16,320	0,870	0,240	16,180	0,730	5,460	247,720

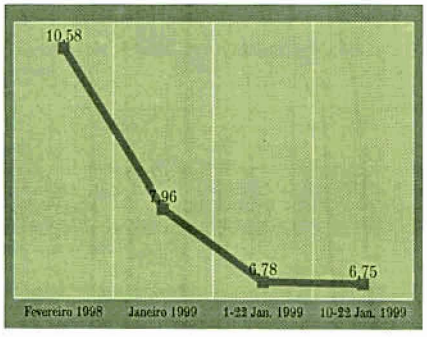
ELIANA LEITE E CARLOS COGO*

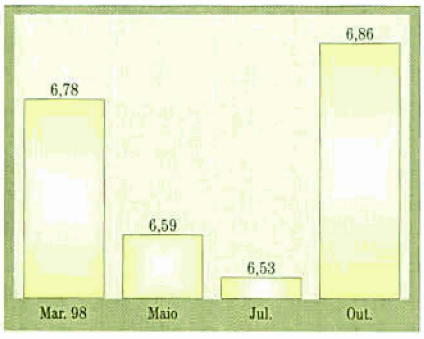
Mercado externo

As previsões de mercado foram feitas no dia 20 de fevereiro último e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de março de 1999.

Média dos primeiros futuros | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

Açúcar

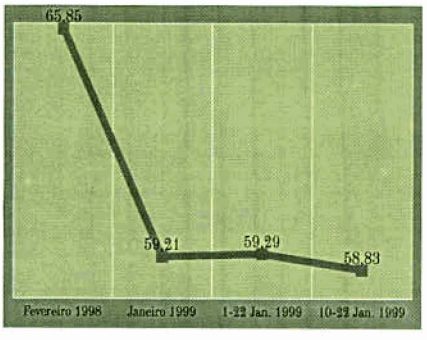


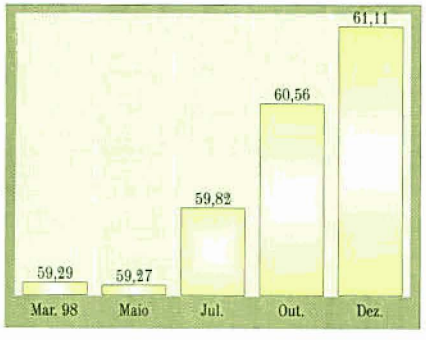


US¢/lb.-peso mundial branco

A fraqueza das moedas do Brasil e da Rússia empurraram os preços para os níveis mais baixos dos últimos 11 anos e devem manter baixos os preços mundiais nesse primeiro semestre de 1999. Estima-se um modesto aumento nos próximos meses.

Algodão

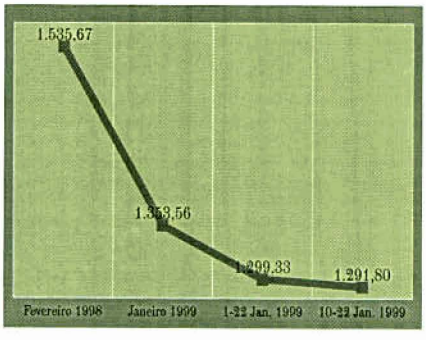


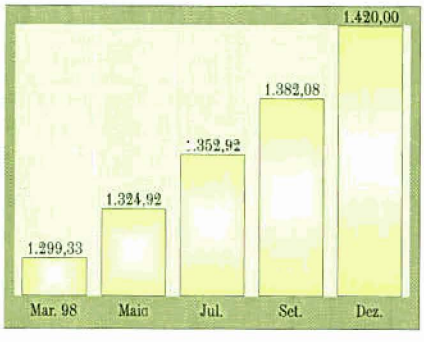


1-1/16" US¢/lb.-peso

Demanda retraída na Ásia e fraqueza das moedas asiáticas e russa mantém a pressão de baixa nas cotações externas.

Cacau

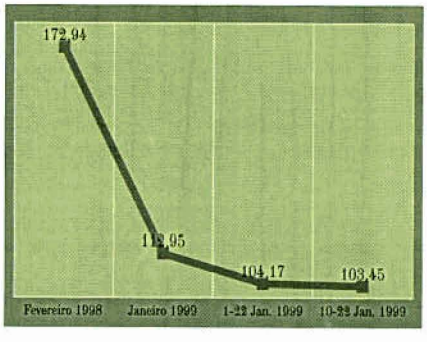


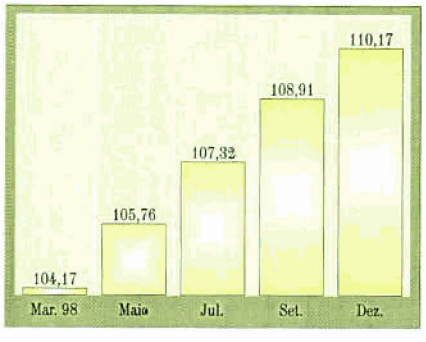


Bahia US$/t

Sem compradores (indústria), que usam seus estoques, os fundos especulativos participam como uma maior força. Assim, os preços deverão oscilar até meados do ano, porém mantendo a tendência de queda.

Café



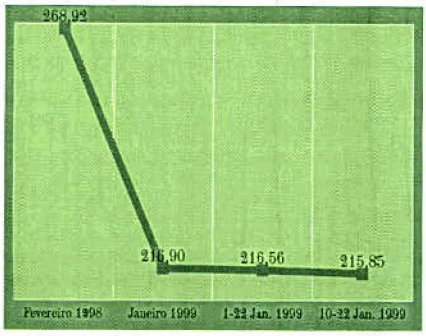
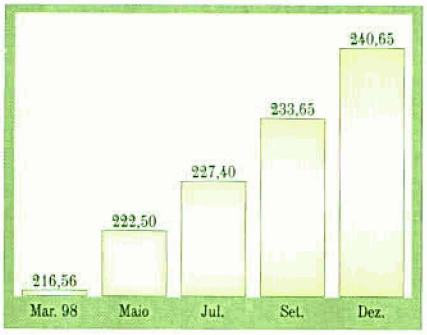
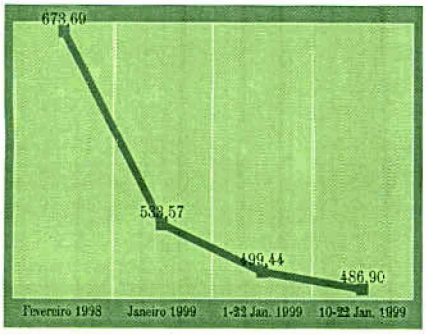
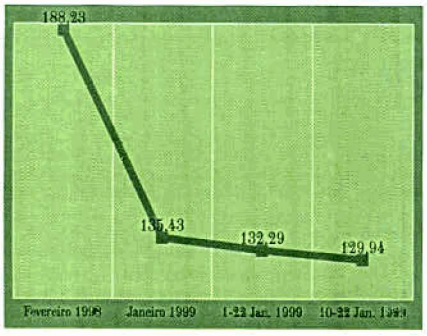
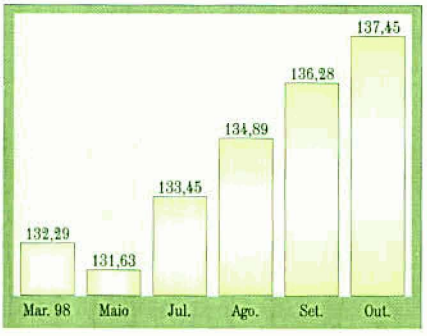
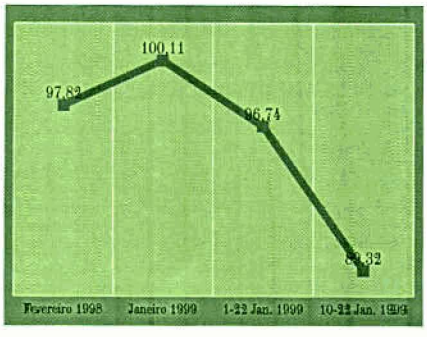
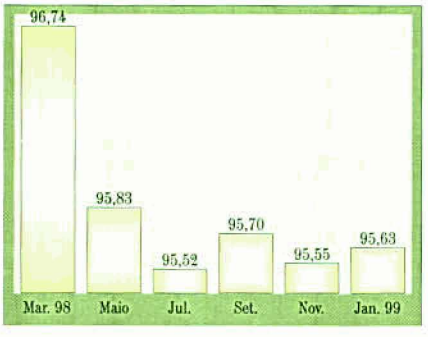
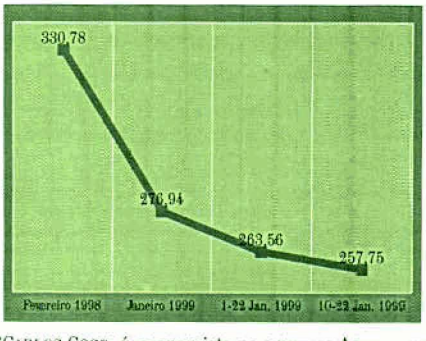


Contrato "C" Nova York US¢/lb.-peso

Rumores sobre imposto de importação e o câmbio levaram exportadores brasileiros a embarcar grandes quantidades. Quando o mercado de câmbio encontrar novo equilíbrio, os fatores altistas, voltarão a prevalecer.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado

AGROANALYSIS

Média dos primeiros futuros	*Futuros*	*Tendência*	*Fatores ponderáveis*
		**Milho**	**two yellow US¢/bushel de 56lb.** Os estoques finais mundiais de milho na safra 1998/99 deverão ficar em 98 milhões de t., de acordo com a previsão de fevereiro do USDA.
		**Soja-grão**	**grão one yellow US¢/bushel de 60lb.** Clima favorável na safra da América do Sul e o aumento da competitividade exportadora brasileira pressionam para baixo as cotações futuras, que caíram para o menor nível nos últimos 23 anos.
		**Soja, farelo**	**farelo US¢/bushel de 56lb.** Maior competitividade das exportações brasileiras de farelo e o clima favorável à safra sul-americana do grão pressionam para baixo as cotações futuras do farelo na CBOT.
		**Laranja, suco**	**suco US¢/lb.-peso** A safra de laranjas da Flórida 1998/99 foi estimada pelo USDA em 194 milhões de caixas, patamar 2,1% maior do que o previsto em setembro.
		**Trigo**	**soft red US¢/bushel de 60lb.** Problemas climáticos devem reduzir a safra 99/00 para 571 milhões de t, abaixo do consumo estimado em mais de 600 milhões de t, o que deverá voltar a fortalecer as cotações futuras.

*CARLOS COGO é economista na empresa Agromercados. Organização: ELIANA LEITE. Colaborou: ALESSANDRA S. VAZ. Fontes dos dados: Bolsas de Nova York e Chicago.

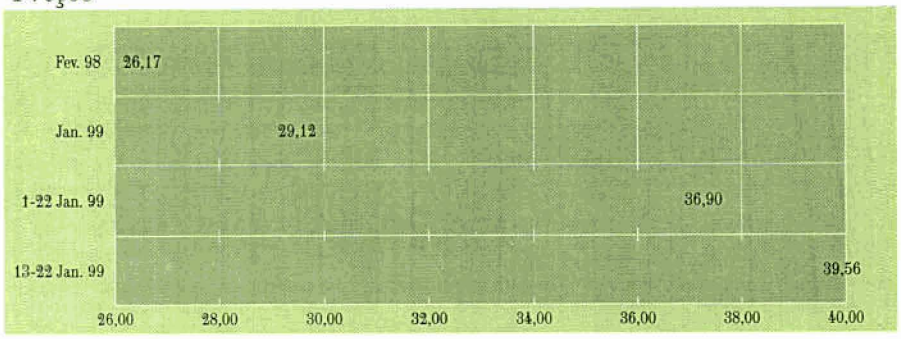
AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado

ELIANA LEITE E CARLOS COGO

Mercado interno

As previsões de mercado foram realizadas no dia 22 fevereiro último e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de março de 1999. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para dezembro de 1998. Os preços de janeiro de 1999 são nominais.

Preços



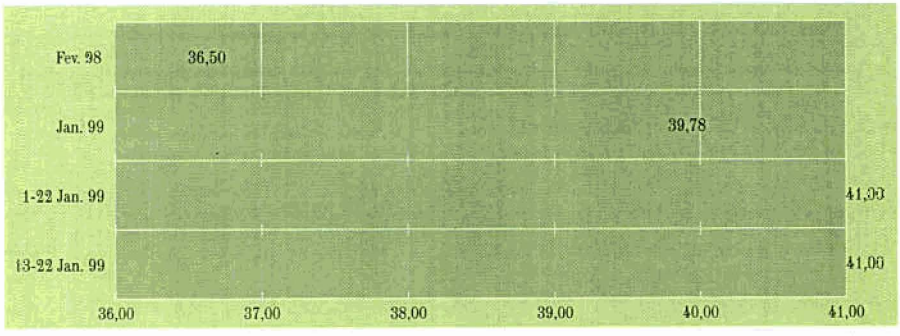
Tendência

Algodão

Fatores ponderáveis

(6) Sul do Brasil – R$/15kg disponível

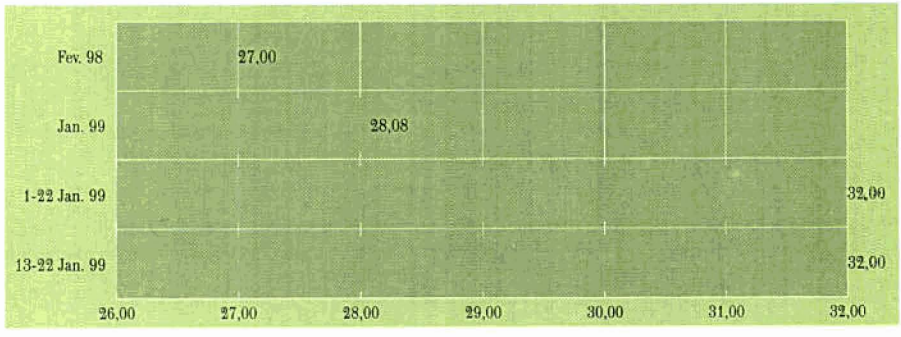
Após a correção das cotações domésticas pela desvalorização cambial, os preços devem recuar com a safra do Mercosul estimada em 970 mil t, suficiente para a demanda da região.



Arroz

agulhinha R$/sc. 60kg

A continuação da colheita de safra recorde de aproximadamente 5 milhões de t, no Rio Grande do Sul, até o mês de abril deverá manter os preços do produto sob pressão.



Boi

gordo R$/arroba

A dificuldade na reposição e a previsão de incremento nas exportações de carne bovina mantém os preços do boi gordo firmes.



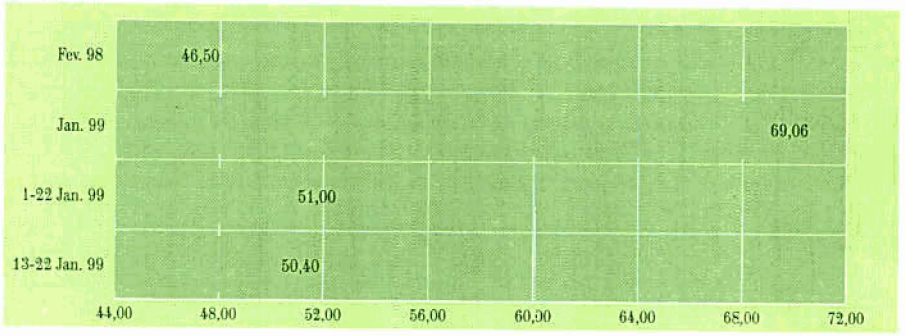
Café

tipo 6 R$/sc. 60kg arábica

Os preços em reais e em dólares experimentaram alta expressiva em reais e declínio em dólares. Isso persistirá até que o mercado de câmbio encontre novo equilíbrio.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado

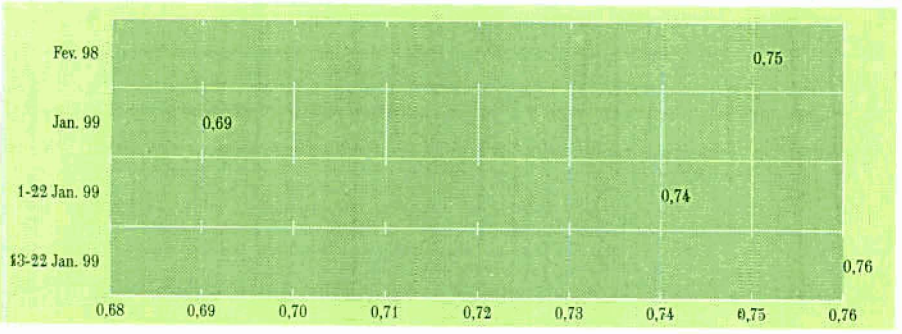
Preços *Tendência* *Fatores ponderáveis*



Feijão

Carioquinha t. 2 esp. R$/sc. 60kg

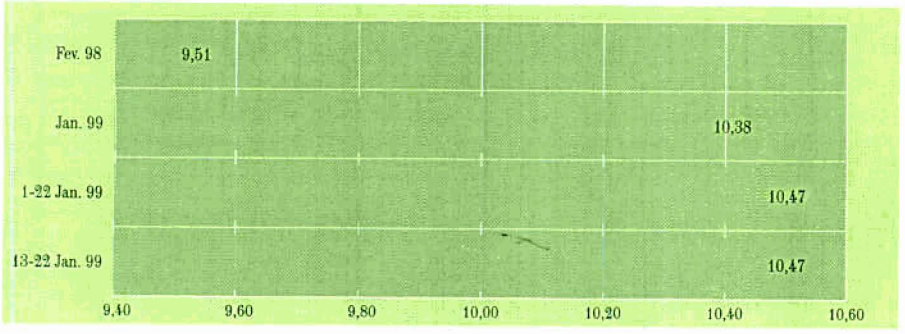
Com as chuvas nas regiões mineiras e paulistas em processo de colheita, a tendência das cotações será de alta, temperada pela contração sazonal da demanda durante o feriado carnavalesco.



Frango

Vivo R$/kg

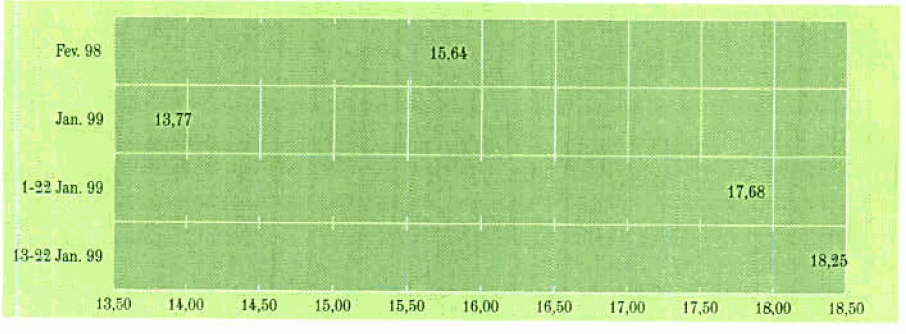
A desvalorização cambial descontrolou os custos avícolas. Mas a acentuação da colheita do milho e a iminência da colheita da soja no Centro-Sul devem arrefecer esta tendência.



Milho

Amarelo semiduro R$/60kg

Neste período em que aumenta a colheita do milho e ainda não se inicia a colheita da soja, a tendência é de os preços do cereal se depreciarem.



Soja

Grão industrial R$/60kg

Após as altas determinadas pela desvalorização cambial, o avanço da colheita de uma safra superior a 31 milhões de t, deve promover um recuo nas cotações futuras do farelo na CBOT.

Fontes dos dados brutos: algodão e café – BM&F; arroz – Instituto Rio Grandense de arroz; feijão – Sandra Hetzel; milho e soja – Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo – IEA-SP; frango vivo – APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado

DIÁRIO *de bordo*

Onda ou maremoto?

ROBERTO RODRIGUES



O que muda nos problemas das cooperativas em todo o mundo é o grau de sua intensidade. Capitalização, profissionalização, gestão, integração, fusões, alianças estratégicas, imagem, comunicação, filiação são palavras sempre presentes.

O conservadorismo dos dirigentes e a lentidão na tomada de decisões são parte do superado modelo de consultas às bases. Os mercados ficam mais e mais agressivos; a globalização exige agilidade, informação precisa e em tempo real e profissionalismo.

Fala-se muito da *segunda onda* do cooperativismo, caracterizada pela construção de um novo tipo de comportamento, determinado pelas mudanças radicais na economia mundial. Não faz mais sentido ver o cooperativismo como a *terceira via*, ao lado do capitalismo e do socialismo. Esses modelos eram margens por entre as quais fluía o cooperativismo, até que uma delas caiu com o muro de Berlim, gerando um período de perplexidade e perda de identidade para o movimento.

A *primeira onda* – após a Revolução Industrial em resposta ao desemprego e à pobreza – se desfez. *Terceira via* é hoje um outro conceito, manejado pelo primeiro-ministro Tony Blair e seus seguidores, e sinaliza a ação entre o Estado e o setor privado.

Neste caso o cooperativismo tem seu espaço, mas a *segunda onda* se baseia em outros pressupostos. Após a reforma dos princípios rochdalianos – aos quais se voltou com outra leitura –, feita pela ACI em 1995, surgiu um novo fluxo para o caudal cooperativo.

De um lado o mercado, onde as cooperativas precisam estar inseridas de forma competitiva, buscando o que antes seria considerado uma heresia: o lucro – mas não como um fim em si mesmo, porque a outra margem consiste na felicidade e no bem-estar de seus associados e da comunidade (novo sétimo princípio), que só podem ser alcançados por serviços de excelência prestados pela cooperativa eficiente no mercado e de resultados positivos.

Grande característica da *segunda onda*: as cooperativas precisam ser eficientes nos negócios. A receita é conhecida, mas três pontos são essenciais.

O primeiro: as fusões, que acontecem entre as empresas capitalistas do mundo em nome do poder de barganha, na dura guerra pelos mercados. Não há como fugir dessa via, única para o crescimento expressivo. Nos bancos cooperativos, ramo mais moderno do setor, assim como nos seguros, já se estudam fusões de empresas em nível internacional: seguradoras e bancos que não têm com quem se juntar em seus países buscam parceiros extrafronteiras.

A agricultura ainda não se deu conta de que esse ponto é básico, não para crescer, mas para sobreviver. O pequeno poder local impede o processo de fusões e incorporações, no qual não há a decantada aproximação entre produtores e consumidores, salvo exceções na Ásia e na América do Norte. O princípio da cooperação entre cooperativas ainda é muito acadêmico: o discurso é solidário, mas a prática é solitária.

Essencial é a imagem: no mundo concorrencial, a propaganda como sempre é a alma do negócio. É preciso ainda associar os produtos à diferença, pois a cooperativa existe para servir pessoas – diferença básica – e não para se servir delas visando lucros para empresários que invistam em suas empresas.

Uma última questão relativa à inserção competitiva são as novas cooperativas que surgem aos milhares em todo o mundo, geram empregos e crescem para segmentos como o habitacional, de crédito, escolar etc.

Jovens recém-saídos das universidades em todo o mundo, sem chance de emprego em suas profissões, encontram um excelente caminho em cooperativas de trabalho, serviços, na área social. Muitos deles não têm a menor informação sobre cooperativismo, apenas querem um emprego.

É preciso investir em sua formação, sob pena de colocar em risco a doutrina e a unidade do movimento.

A cooperativas anteriores à globalização e que não se renovam, se antepõe um setor novo e ágil, sem muita base doutrinária. É preciso promover um encontro entre os dois e usar a juventude instruída do segundo para fortalecer o primeiro.

Mas a questão pragmática não pode sepultar a social. Dois pontos controvertidos da *segunda onda*: o novo papel político das cooperativas como defensoras da democracia e outro, mais complicado, de agente contra a crescente iniqüidade no mundo.

A OIT fala em 2 bilhões de desempregados, o que não é uma minoria e ameaça a democracia. Por outro lado, cresce no mundo o poder político das grandes empresas sobre os governos – outro problema para a democracia.

Gerando emprego e associando pessoas, as cooperativas podem ter uma resposta a esses problemas, e se os governos entendessem isso poderiam aliar-se às cooperativas, braço econômico da organização social.

Os abismos sociais se alargam, engolem conceitos fundamentais como cidadania, família e pátria, ética e moral. A luta pela sobrevivência inibe tais noções e abre espaço para a violência, a insegurança, o vício e o terrorismo.

Faltam líderes mundiais capazes de encontrar a saída. As cooperativas devem assumir parte da responsabilidade. A solução para a iniqüidade passa pela organização da sociedade local, onde atua a cooperativa. É preciso surfar essa *onda* com competência, antes que se transforme em maremoto para o movimento.

Roberto Rodrigues é engenheiro-agrônomo, agricultor, professor de Economia Rural na Linesp de Jaboticabal e presidente da Aliança Cooperativa Internacional.

"O AGRONEGÓCIO DO MERCOSUL E SUA INSERÇÃO NA ECONOMIA MUNDIAL"

37° Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural

A Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural confirma a condição do 37° Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural como o maior evento científico da América Latina a tratar de questões relacionadas à economia do agronegócio.

O tema central "O Agronegócio do Mercosul e sua Inserção na Economia Mundial" é debatido este ano em Foz do Iguaçu, PR, no período de 1 a 5 de agosto de 1999, oferecendo uma oportunidade ímpar para o aprofundamento do debate das importantes e influentes atividades do complexo agroindustrial nas economias dos países do Mercosul.

A ampla e diversificada programação do Congresso dá conta dos mais variados aspectos da questão. Os painéis cobrem assuntos de conjuntura, cooperativismo, questão agrária, impacto das políticas setoriais, regulamentação da economia mundial, impactos sociais e econômicos da globalização, infra-estrutura e competitividade, financiamento e gerenciamento de risco no agronegócio.

Os grupos de pesquisa, em número de 36, constituem fórum privilegiado para a apresentação e discussão dos resultados de estudos recentes sobre o complexo agroindustrial, em seus aspectos econômicos e sociais.

1 a 5 de agosto de 1999
Foz do Iguaçu - PR
Brasil

Garanta já a sua participação no 37° Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.

SOBER

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL
SRTN - Av. W/3 Norte - Quadra 702 - Ed. Brasília Rádio Center - salas 1049-1050
CEP 70770-900 - Brasília - DF - Brasil
Tel./Fax: (061) 328-3144 / Tel.: (061) 327-1579 - E-mail: sober@tba.com.br

Visite a nossa home page http://www.ufv.br/der/sober

Gaucho®

Proteja as plantas via tratamento de sementes



www.bayer.com.br

TeleBayer
Discagem Direta Gratuita
0800-115560

Bayer

Proteção das Plantas

ATENÇÃO

É este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte sempre um Engenheiro Agrônomo

Venda sob receituário agronômico

ANDEF

Assessoria de Propaganda da Bayer